

AGU diz que desoneração foi prorrogada sem estabelecer o impacto financeiro

Quatro ministros apoiam o fim da desoneração

Zanin diz que há urgência em se evitar o desajuste fiscal de proporções bilionárias caso o controle venha a ser feito apenas ao final do julgamento de mérito

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem placar de 4 votos a 0 para manter a decisão individual do ministro Cristiano Zanin que derrubou a desoneração de impostos sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e de determinados municípios até 2027. Na ação protocolada no STF, a AGU sustentou que a desoneração foi prorrogada até 2027 pelo Congresso sem estabelecer o impacto financeiro da renúncia fiscal. A petição foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias. O presidente da Frente

Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), Joaquim Passarinho (PL-PA), afirmou que o governo Lula tensiona a relação com o Legislativo ao judicializar a desoneração. "Não há dúvidas de que o movimento do Poder Executivo contribuirá para prolongar o tensionamento nas relações com o Legislativo, que fez valer em cada um dos votos no Congresso Nacional o anseio da sociedade civil organizada, que procura segurança jurídica e redução do Custo Brasil para gerar empregos e renda. Nesse sentido, a judicialização da política simboliza um retrocesso em termos sociais e econômicos", disse o deputado.

PÁGINA 2

INFLAÇÃO

Campos Neto: juro real no Brasil é o mais alto

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, avaliou que a taxa de juro real no Brasil é mais alta, e que isso é uma realidade histórica, mas que ela vem diminuindo. Ele criticou comparações feitas entre as taxas de juros do Brasil e de outros Países, como o Chile, dizendo que é preciso comparar o esforço monetário, não só as taxas de juros, porque o juro real pode levar a conclusões enganosas.

PÁGINA 3

PLANO DE SAÚDE



IPCA-15 registrou alta de 0,21% em abril

O IPCA-15 subiu 0,21% em abril, após ter avançado 0,36% em março. O movimento foi impulsionado pelos aumentos no plano de saúde e nos produtos farmacêuticos. Os produtos farmacêuticos subiram 1,36% em abril, resultando numa contribuição conjunta de 0,05 ponto percentual para o IPCA-15, após a autorização do reajuste de até 4,50% nos preços dos medicamentos, a partir de 31 de março.

PÁGINA 3

CORTE DE GASTOS

Pacheco expõe 'antagonismo' com o governo e cobra austeridade

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), um dos principais aliados do governo Lula no Legislativo, disse na sexta-feira que a suspensão da desoneração da folha de pagamento de empresas e municípios pelo Supremo Tribunal Federal, após pedido da Advocacia Geral da União (AGU), coloca a Casa Alta em antagonismo com o Executivo federal. Pacheco também disse que a desoneração não é o principal obstáculo para o equilíbrio das contas públicas e cobrou corte de gastos do governo.

PÁGINA 2



DESPESAS

Necessidade de crédito do governo subiu 7,6%

A necessidade líquida de financiamento do Governo Geral (que inclui Governo Central, Estados e municípios) avançou 3,6 pontos percentuais no ano passado, passando de 4% do PIB em 2022 para 7,6% do PIB em 2023. Segundo o Tesouro, isso é explicado pelo aumento nominal de 12,7% da despesa em relação ao ano anterior.

PÁGINA 3

INSULINA



O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA PARTICIPOU, NA SEXTA-FEIRA (26), DA INAUGURAÇÃO DA FÁBRICA DE INSULINA DA EMPRESA BIOMM, em Nova Lima, Minas Gerais. Com a nova unidade, o Brasil retoma a produção do hormônio no país, com capacidade de suprir a demanda nacional de insulina. O investimento da empresa biofarmacêutica na construção da nova estrutura foi de R\$ 800 milhões.

PÁGINA 6

FALHA

X nega que tenha flexibilizado bloqueios

PÁGINA 6

BACIA DE CAMPOS

Petrobras assina contrato para a cessão de campos

PÁGINA 8

VIAGEM

Bolsonaro pede a Moraes que devolva passaporte

PÁGINA 7



IBOVESPA 126.526,27 ↑ 1,51%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
AZUL PN N2	9,77	+5,97%	+0,55
MRV ON NM	6,67	+5,54%	+0,35
VAMOS ON NM	7,250	+5,07%	+0,350
EZTEC ON NM	13,95	+4,89%	+0,65
HYPERA ON EJ NM	28,55	+5,16%	+1,40

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
P.ACUCAR-CBDON NM	2,76	-2,47%	-0,07
CASAS BAHIA ON NM	5,440	5,440	-0,080
KLABIN S/A UNT N2	23,09	-0,69%	-0,16
FLEURY ON NM	14,61	-0,34%	-0,05
CEMIG PN N1	12,59	-0,16%	-0,02

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETROBRAS PN EDR N2	41,65	+1,27%	+0,52
VALE ON NM	62,74	+0,84%	+0,52
ITAUUNIBANCO PN N1	32,21	+1,67%	+0,53
B3 ON NM	11,22	+3,60%	+0,39
ELETRONAS ON N1	37,70	+1,62%	+0,60

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	38.239,66	+0,40%
S&P 500	5.099,96	+1,02%
NASDAQ	15.927,90	+2,03%
DAX 30	18.161,01	+1,36%
FTSE 100	8.139,83	+0,75%
IBEX 35	11.154,60	+1,56%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	
5,116	5,116	↓ -0,89%

PESO

COMPRA	VENDA	
0,006	0,006	↓ -1,00%

EURO

COMPRA	VENDA	
5,474	5,475	↓ -1,15%

LIBRA

COMPRA	VENDA	
6,393	6,396	↓ -0,85%

OURO

BM&FBovespa/Grana	Comex NY/Onça
R\$ 386,45	2.337,93

RENÚNCIA FISCAL

STF tem placar de 4 a 0 para manter derrubada da desoneração da folha

A manutenção da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia nos moldes atuais, como sinalizou a relatora do projeto, a deputada Any Ortiz, vai custar R\$ 50 bilhões ao governo até 2027

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem placar de 4 votos a 0 para manter a decisão individual do ministro Cristiano Zanin que derrubou a desoneração de impostos sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e de determinados municípios até 2027.

A decisão foi proferida na quinta-feira (25) e motivada por uma ação protocolada pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Até o momento, além de Zanin, os ministros Flávio Dino e Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso, também votaram no plenário virtual da Corte pela suspensão da desoneração. A sessão eletrônica vai até 6 de maio.

Na ação protocolada no STF, a AGU sustentou que a desoneração foi prorrogada até 2027 pelo Congresso sem estabelecer o impacto financeiro da renúncia fiscal. A petição foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias.

A ação também contestou a decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que invalidou o trecho da Medida Provisória (MP) 1.202/2023. A MP derrubou a desoneração previdenciária para pequenas e médias prefeituras.

Ao aceitar os argumentos da AGU, o ministro Cristiano Zanin entendeu que a aprovação de desoneração pelo Congresso não indicou o impacto financeiro nas contas públicas.

"O quadro fático apresentado, inclusive com a edição de subsequentes medidas provisórias com o objetivo de reduzir o desequilíbrio das contas públicas indicam, neste juízo preliminar, que há urgência em se evitar o verdadeiro desajuste fiscal de proporções bilionárias e de difícil saneamento caso o controle venha a ser feito apenas ao final do julgamento de mérito", justificou Zanin.

A desoneração da folha de pagamento para 17 setores e municípios com até 156 mil habitantes foi aprovada pelo Congresso, no entanto, o projeto de lei foi vetado pelo presidente Lula. Em seguida, o Congresso derrubou o veto.

Na manhã de sexta, o presidente do Senado anunciou que a Casa vai recorrer ainda da decisão de Zanin.

O presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), Joaquim Passarinho (PL-PA), afirmou que o governo Lula tensiona a relação com o Legislativo ao judicializar a desoneração.

"Não há dúvidas de que o movimento do Poder Executivo contribuirá para prolongar o tensionamento nas relações com o Legislativo, que fez valer em cada um dos votos no Congresso Nacional o anseio da sociedade civil organizada, que procura segurança jurídica e redução do Custo Brasil para gerar empregos e renda. Nesse sentido, a judicialização da política simboliza um retrocesso em



Zanin: "o quadro fático apresentado, inclusive com a edição de subsequentes MPs com o objetivo de reduzir o desequilíbrio das contas públicas indicam, que há urgência em se evitar o desajuste fiscal"

DESONERAÇÃO

Pacheco expõe 'antagonismo' com governo e cobra austeridade

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), um dos principais aliados do governo Lula no Legislativo, disse na sexta-feira que a suspensão da desoneração da folha de pagamento de empresas e municípios pelo Supremo Tribunal Federal, após pedido da Advocacia Geral da União (AGU), coloca a Casa Alta em antagonismo com o Executivo federal. Pacheco também disse que a desoneração não é o principal obstáculo para o equilíbrio das contas públicas e cobrou corte de gastos do governo.

"O governo se precipitou em recorrer ao STF sobre a desoneração, a indignação é com governo e não com Judiciário", frisou Pacheco. "Não vamos desistir de defender os municípios do Brasil, de defender os setores da economia. Aliás, o que o Brasil precisa de fato nesse instante, já que se invoca tanto essa questão de responsabilidade fiscal nessa petição que parece muito catastrófica da AGU como se a desoneração da folha fosse o grande mal do País, como se os municípios brasileiros fossem a grande razão do problema, é preciso ter uma ampla discussão sobre gasto público e corte de



Pacheco: "o governo se precipitou em recorrer ao STF, a indignação é com o governo"

gastos pelo governo federal. Além de arrecadar, qual a proposta de corte de gasto para poder equilibrar as contas?", disse.

E afirmou: "Vamos peticionar e fazer um agravo. Em relação a isso, nossa posição é uma posição de antagonismo, nesse caso, ao governo federal. Ao governo federal, à Advocacia Geral da União. E nós estamos de outro lado tentando demonstrar nossas razões. Cabe ao Supremo Tribunal decidir e isso precisa ser respeitado."

Segundo ele, o tema será discutido na reunião de líderes de bancadas da semana que vem.

O presidente do Senado afirmou que o governo Lula se precipitou no pedido ao STF, mas que é necessário diálogo com o presidente da República para minimizar problemas. "Só quando a discussão política é exaurida que se recorre à Justiça", declarou ele. O senador disse que o comportamento do Executivo causou "perplexidade". "Está todo empresariado perplexo

e com dificuldades de trabalhar no Brasil em razão dos excessos de oneração. Criação de impostos, aumento de alíquotas, etc. Já que houve essa provocação de uma reflexão em relação a isso, vamos fazer um grande debate agora também a respeito de como se aumenta a arrecadação sem sacrificar o contribuinte que produz e gera emprego e onde podemos cortar os excessos de gastos públicos. E nós vamos estar dispostos a fazer esse debate", declarou o presidente do Senado.

Pacheco também disse que o Congresso não teria problemas em vincular alguma das novas receitas aprovadas pelo Legislativo para o governo à desoneração dos municípios.

O presidente do Senado afirmou que as decisões do Supremo Tribunal Federal devem ser respeitadas e que os argumentos serão técnicos, mas deixou claras algumas discordâncias. Disse que a prorrogação da desoneração tem precedente no próprio Tribunal, e citou Ricardo Lewandowski - ele foi integrante do STF e hoje é ministro da Justiça de Lula.

"Infelizmente, no regime jurídico atual do Brasil, uma decisão monocrática de um ministro do STF já surte efeito imediato para os municípios. Então, se já surte o efeito, há uma obrigatoriedade imediata de que possamos fazer o recurso próprio para análise dos ministros", disse Rodrigo Pacheco.

termos sociais e econômicos", disse o deputado, em nota divulgada na noite de quinta-feira.

Passarinho afirmou que era esperado que o Palácio do Planalto questionasse judicialmente a lei porque não conseguiu conquistar o que queria no plenário. "Não foi vitorioso na primeira votação, como também foi der-

rotado na apreciação dos vetos presidenciais e, por fim, no insucesso da Medida Provisória 1.202/24", emendou o presidente da FPE.

O deputado ainda disse confiar que o STF referendará a "decisão soberana" do Congresso, que decidiu pela manutenção da política de desoneração.

A manutenção da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia nos moldes atuais, como sinalizou a relatora do projeto na Câmara, deputada Any Ortiz (Cidadania-RS), vai custar R\$ 50 bilhões ao governo até 2027. A parlamentar só quer discutir uma política de reoneração gradual da folha,

como proposto pelo governo, a partir de 2028.

A proposta de reoneração gradual da folha de pagamento era mais um movimento de contenção de danos para enxugar o gasto tributário no País, meta da Fazenda, que de quebra contribuiria para o atingimento das metas fiscais. A desoneração dos

setores acabaria em 2023, mas foi prorrogada pelo Legislativo. A lei que deputados e senadores aprovaram foi vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os parlamentares derrubaram o veto, mas o governo tentou reverter essa decisão com uma Medida Provisória, que acabou virando projeto de lei.

Diário DC Comercial

Propriedade de Editora Diário Comercial Ltda

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.



Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

ESFORÇO MONETÁRIO

Campos Neto diz que taxa de juro real no Brasil é mais alta

O presidente do BC destacou que o Brasil precisa avançar com as reformas e não retroceder e a grande pergunta agora é de onde virá a desinflação daqui para frente

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, avaliou que a taxa de juro real no Brasil é mais alta, e que isso é uma realidade histórica, mas que ela vem diminuindo. Ele criticou comparações feitas entre as taxas de juros do Brasil e de outros Países, como o Chile, dizendo que é preciso comparar o esforço monetário, não só as taxas de juros, porque o juro real pode levar a conclusões enganosas.

“Essa narrativa de que os juros estão absurdamente altos não é verdade. Quando a gente olha o histórico dos juros e o esforço monetário, vemos que isso não é real”, disse Campos Neto, durante palestra no evento “Cenário e Perspectivas para o Brasil”, promovido pelo Young Presidents Organization (YPO).

Ele ainda destacou que o Brasil precisa avançar com as reformas e não retroceder de forma nenhuma das que foram feitas.

O presidente do Banco Central comentou sobre a inflação global durante a palestra. “A grande pergunta que a gente se faz é de onde virá a desinflação daqui para frente”, afirmou durante a apresentação.

Ele comentou sobre núcleos de inflação e disse que a inflação de serviços não está caindo mais. Também observou que, historicamente, não há desinflação em período de pleno emprego por tempo longo.

“Os Estados Unidos hoje concentram toda a atenção. Temos números importantes para acompanhar, e lá a inflação caiu e depois voltou a subir”, disse Campos Neto.

Ele ainda analisou que o cenário dos Estados Unidos, com incerteza, mudou a precificação do mercado. Como a curva norte-americana não mostra mais queda de juros, há efeitos em todo o mundo. Como exemplo, ele citou a diminuição da expectativa de corte de juros na Europa e em países emergentes, como o Brasil e México.

Um dado apresentado por Campos Neto era de expectativas do mercado para a política monetária, que estão menos otimistas para o corte de juros. “Estou falando mais do externo do que o normal porque é mais importante para nós agora. Se os juros nos Estados Unidos ficarem mais altos por mais tempo, significa que vai custar mais caro rolar a dívida por mais tempo”, disse.

Ele afirmou que os dados da economia norte-americana melhoraram, mas disse que, se o país tiver de aumentar os juros, ficaria em uma situação complicada e que traz implicações para a política fiscal.

“Se tenho juros mais altos por mais tempo, vou gastar mais e a dívida americana subiu muito. A situação confortável para o Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA) não significa que seja mais confortável para o resto do mundo”, disse o presidente do BC do Brasil.

Mais cedo, Campos Neto relembrou que, no período da pandemia, houve um movimento de organização das políticas monetária e fiscal para o enfrentamento da crise sanitária. Foi feito um plano muito ambicioso - em termos de gastos fiscais, gastou-se três vezes mais do que em 2008, mas depois vieram as cicatrizes, entre elas a inflação. A isso somou-se a guerra da Ucrânia, que pressionou os preços de energia.

O presidente do Banco Central disse, referindo-se ao cenário de juros dos Estados Unidos, que é difícil precisar a tendência para



Campos Neto: “os Estados Unidos hoje concentram toda a atenção. Temos números importantes para acompanhar, e lá a inflação caiu e depois voltou a subir”

PRODUTOS FARMACÊUTICOS

IPCA-15 registrou aumento de apenas 0,21% em abril

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) subiu 0,21% em abril, após ter avançado 0,36% em março, informou na sexta-feira, 26, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em abril de 2023, o IPCA-15 foi de 0,57%. Com o resultado anunciado na sexta, o IPCA-15 registrou um aumento de 1,67% no acumulado de 2024. Em 12 meses até abril, a alta foi de 3,77%, ante taxa de 4,14% até março.

A alta foi a mais branda desde outubro de 2023, quando o índice também subiu 0,21%. Considerando apenas meses de abril, o IPCA-15 foi o mais baixo desde 2020, quando caiu 0,01%. O resultado de abril de 2024 fez a taxa acumulada em 12 meses voltar a desacelerar.

Os preços do grupo Alimentação e Bebidas aumentaram 0,61% em abril, após alta de 0,91% em março. O grupo deu uma contribuição positiva de 0,13 ponto percentual para o IPCA-15, que subiu 0,21% no mês.

Entre os componentes do grupo, a alimentação no domicílio teve alta de 0,74% em abril, após ter avançado 1,04% no mês anterior. A alimentação fora do domicílio subiu 0,25%, ante alta de 0,59% em março.

O resultado pode ter divergências pontuais com o impacto divulgado pelo IBGE, que considera mais casas decimais do que as disponibilizadas publicamente na taxa de cada item.

Os preços do grupo Transportes caíram 0,49% em abril, após alta de 0,43% em março. O grupo deu uma contribuição negativa de 0,10 ponto percentual para o IPCA-15, que subiu 0,21% no mês.

Os preços de combustíveis tiveram queda de 0,03% em abril, após avanço de 2,41% no mês anterior. A gasolina

caiu 0,11%, após ter registrado alta de 2,39% em março, enquanto o etanol avançou 0,87% nesta leitura, após alta de 4,27% na última.

O resultado pode ter divergências pontuais com o impacto divulgado pelo IBGE, que considera mais casas decimais do que as disponibilizadas publicamente na taxa de cada item.

Os gastos das famílias brasileiras com Habitação passaram de uma elevação de 0,19% em março para aumento de 0,07% em abril, gerando uma contribuição positiva de 0,01%.

A taxa geral do IPCA-15 foi de 0,21% em abril, o que representou uma desaceleração ante a taxa de 0,36% de março. No IPCA-15 de março, a alta de 0,19% do grupo Habitação havia gerado uma contribuição positiva de 0,03 ponto percentual no resultado geral da inflação.

No IPCA-15 de abril, a energia elétrica residencial recuou 0,07%, a despeito dos reajustes de 3,84%, a partir de 15 de março, e de 2,76%, a partir de 19 de março, aplicados nas duas concessionárias pesquisadas no Rio de Janeiro.

A taxa de água e esgoto subiu 0,05%, devido ao reajuste de 1,95% em Goiânia a partir de 1º de abril.

Para o cálculo do IPCA-15, os preços foram coletados no período de 15 de março a 15 de abril de 2024 (referência) e comparados com aqueles vigentes de 16 de fevereiro a 14 de março de 2024 (base).

Os gastos das famílias brasileiras com saúde e cuidados pessoais passaram de uma elevação de 0,61% em março para uma alta de 0,78% em abril, gerando uma contribuição positiva de 0,10 ponto percentual para o IPCA-15 deste mês.

de dólar nos próximos meses. “Não existe relação mecânica entre moeda e diferencial de juros. Mas com os juros mais fortes nos EUA por mais tempo, a tendência é de que o dólar fique mais forte”, disse.

Campos Neto reforçou que o cenário dos Estados Unidos não tem uma relação mecânica com o Brasil, mas que é preciso avaliar como isso vai ter impacto no País.

Ele citou como exemplo como o real poderá trabalhar mais desvalorizado e o custo de crédito por causa dos juros norte-americanos mais elevados. É o derramamento do juro alto nos Estados Unidos que atrai a atenção, segundo o presidente do BC. “O que a gente pode falar é que a incerteza aumentou”, disse Campos Neto.

Ele voltou a mencionar a con-

vergência da inflação e o mercado de trabalho aquecido nos Estados Unidos e também o cenário geopolítico, com os conflitos envolvendo Israel e Ucrânia afetando os preços de energia. Todo esse cenário tornará o trabalho dos Bancos Centrais em todo o mundo mais difícil daqui em diante, segundo ele.

Questionado sobre a possibilidade de uma nova moeda global, ele disse que gasta-se

o movimento em abril foi impulsionado pelos aumentos no plano de saúde e nos produtos farmacêuticos. Os produtos farmacêuticos subiram 1,36% em abril, resultando numa contribuição conjunta de 0,05 ponto percentual para o IPCA-15, após a autorização do reajuste de até 4,50% nos preços dos medicamentos, a partir de 31 de março.

Já o plano de saúde encareceu 0,77%, incorporando as frações mensais dos reajustes dos planos novos e antigos para o ciclo de 2023 a 2024.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que é preciso entender a mecânica desinflacionária no País. Segundo ele, os dados do IPCA-15 vieram um pouco melhores do que ele esperava, mas ainda é preciso avaliar os números mais detalhadamente. Para Campos Neto, é preciso ver a tendência de inflação na meta se realizar, dado que as expectativas, hoje, ainda estão longe do centro da meta.

Os comentários foram feitos durante palestra no evento Cenário e Perspectivas para o Brasil, promovido pelo Young Presidents Organization (YPO).

Campos Neto ponderou que no Brasil a inflação está em processo de convergência e que é importante ela voltar para a meta. “A inflação alta é o maior detratador de igualdade e a missão de manter a inflação na meta é muito importante”, disse.

Ele reforçou que a inflação na meta é a maior política social que o País pode fazer e ressaltou a preocupação com dados sobre os preços de serviços.

Segundo o presidente do Banco Central, não é possível dizer que inflação de serviços vem do mercado de trabalho. Ele também reforçou que o BC analisa dados de inflação subjacente.

Necessidade de financiamento do Governo Geral saltou a 7,6%

A necessidade líquida de financiamento do Governo Geral (que inclui Governo Central, Estados e municípios) avançou 3,6 pontos percentuais no ano passado, passando de 4% do PIB em 2022 para 7,6% do PIB em 2023. Segundo o Tesouro, isso é explicado pelo aumento nominal de 12,7% da despesa em relação ao ano anterior, contra um aumento menor, de 3,1%, da receita no mesmo período.

Os dados foram divulgados na sexta-feira, 26, pela Fazenda no Boletim de Estatísticas Fiscais do Governo Geral de 2023, que aponta que o valor de necessidade de financiamento das esferas públicas se concentra majoritariamente no Governo Central, com 6,9% do PIB, e uma parcela de 0,9% dos governos estaduais - conta que é compensada pela capacidade de financiamento dos governos municipais, de 0,2% do PIB.

No caso do Governo Central, o resultado reflete um aumento nominal de 11,5% da despesa e de 2,3% da receita, enquanto, nos governos estaduais, esses números tiveram avanço de 6,3% e 1%, respectivamente. “Já a capacidade líquida de financiamento da ordem de 0,2% do PIB dos governos municipais é derivada de um aumento nominal de 13,5% na despesa e de 7,2% na receita em relação a 2022”, apontou a Fazenda.

O total da receita geral caiu no ano passado, de 39,5% do PIB em 2022 para 37,8% do PIB em 2023, sendo 2,6% do PIB referente a receita com juros. Essa diminuição de 1,68 ponto do PIB reflete uma redução na receita de impostos (0,77 ponto do PIB), bem como na arrecadação de contribuições sociais e de outras receitas (0,06 e 0,85 ponto do PIB, respectivamente), aponta o Boletim.

Em relação à arrecadação de impostos pelo Governo Central, a redução foi impulsionada pela diminuição em impostos sobre a renda, lucro e ganhos de capital, que passou de 9,0% para 8,7% do PIB, explicado principalmente pela queda na arrecadação do Governo Central com IRPJ e CSLL. Na esfera estadual a redução da receita deveu-se basicamente à diminuição de 0,44 ponto do PIB do ICMS no ano de 2023, influenciada por medidas implementadas ainda em 2022, como a lei que estabeleceu limites para as alíquotas de ICMS para bens e consumo como de combustíveis e energia elétrica.

“Essa redução na arrecadação do imposto persistiu em 2023, apesar do ajuste promovido por algumas unidades federadas em suas alíquotas de ICMS, com a entrada em vigor da alíquota ad rem para combustíveis, com valores fixos por unidade de medida e uniformes em todo o território nacional”, observou o Tesouro.

Já no caso das despesas do Governo Geral, o avanço foi de 43,4% do PIB no ano anterior para 45,4% do PIB em 2023. Os gastos, por sua vez, passaram de 43,0% do PIB em 2022 para 45,0% do PIB em 2023. O Boletim ressaltou o crescimento de 1,24 ponto do PIB do gasto com benefícios previdenciários e assistenciais. Esse comportamento foi influenciado, sobretudo, pelo aumento nos pagamentos de sentenças judiciais e precatórios em 2023 pelo Governo Central - com o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que liberou o Executivo a pagar essas dívidas com crédito extraordinário.

Além disso, outros fatores que influenciaram o aumento da despesa com benefícios previdenciários foram o aumento de 2,8% no número de beneficiários do RGPS entre novembro de 2022 e novembro de 2023, e o crescimento real de 1,4% do salário mínimo no ano passado.

O Tesouro ainda deu destaque para o dado de investimento líquido do Governo Geral - resultado da diferença entre aquisição de ativos fixos e das vendas e do consumo de capital fixo.

DISTRIBUIÇÃO

Petrobras retorna R\$ 274 bilhões em dividendo e imposto ao País

Somente em remuneração aos acionistas, o valor total referente à União é de R\$ 34,5 bilhões. A esse valor, somam-se R\$ 240,2 bilhões recolhidos pela companhia

Com os dividendos extraordinários aprovados na quinta-feira em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o retorno das atividades da Petrobras para a sociedade brasileira no ano de 2023 alcançou impressionantes R\$ 274,7 bilhões, referentes aos dividendos relativos a 2023 que competem à União, diretamente e indiretamente, e a tributos pagos a entes públicos.

Somente em remuneração aos acionistas, o valor total referente à União (União + BNDES + BNDES Par), é de R\$ 34,5 bilhões. A esse valor, somam-se os R\$ 240,2 bilhões recolhidos pela companhia em tributos próprios, retidos e participações governamentais no Brasil para todos os entes federativos.

“Esses números mostram a expressiva contribuição da Petrobras para a sociedade e só alcançam essa magnitude devido à sólida performance que a companhia apresentou em 2023, coroada por um resultado financeiro anual excepcional, o segundo melhor na história da companhia. Em 2024, seguimos atuando de forma responsável e eficiente e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil”, destacou Jean Paul Prates, presidente da Petrobras.



Do total pago pela Petrobras aos cofres públicos em 2023, R\$ 61,4 bilhões correspondem a participações governamentais e R\$ 87,4 bilhões, a recolhimentos

Na quinta-feira, foi aprovado o pagamento de dividendos extraordinários de R\$ 22 bilhões referentes ao resultado de 2023. A União tem direito a R\$ 8,0 bilhões desse valor. Além disso, competem à União R\$ 26,5 bilhões referentes à remuneração aos acionistas (dividendos e juros sob capital próprio) ordinária de 2023. Outros R\$ 21,9 bilhões ainda estão na reserva estatutária da companhia, que será direcio-

nada ao pagamento de acionistas, incluindo a União. Todos os valores incluem pagamentos diretos e indiretos (União + BNDES + BNDES PAR).

A Petrobras é a maior contribuinte do país, desempenhando relevante papel na economia brasileira. Em 2023, a companhia recolheu R\$ 240,2 bilhões em tributos próprios, retidos e participações governamentais no Brasil. Esses recursos são fundamentais para finan-

ciar políticas públicas, impactando positivamente a sociedade como um todo.

Do total pago pela Petrobras aos cofres públicos em 2023, R\$ 61,4 bilhões correspondem a participações governamentais (majoritariamente, royalties e participação especial); R\$ 87,4 bilhões, a recolhimentos federais; R\$ 90,2 bilhões, estaduais; e R\$ 1,2 bilhão, municipais. Os valores dos recolhimentos de royalties e participação espe-

cial estão diretamente relacionados aos preços do petróleo e gás natural no mercado internacional, cotados em dólar.

O diretor técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), Mahatma Ramos dos Santos, afirmou em nota que a Petrobras cedeu a pressões do mercado para distribuir R\$ 94,3 bilhões em dividendos no exercício de 2023. De acordo com Santos, esse é

o terceiro maior volume de dividendos da história da companhia, e só fica atrás dos mega dividendos distribuídos pela estatal durante o governo Bolsonaro, no biênio 2021 e 2022, quando a média anual de dividendos pagos foi de R\$ 155,7 bilhões, praticamente todo o lucro da companhia, inflado pela venda de ativos na gestão anterior.

“A decisão da Petrobras e de seu acionista controlador, a União, de aprovarem a distribuição de 50% dos dividendos extraordinários de 2023 não está alinhada com os interesses de longo prazo da companhia e da sociedade brasileira, tais como novos investimentos em transição energética, abastecimento e segurança nacional”, disse o diretor após a Assembleia Geral Ordinária (AGO), que decidiu pelo pagamento dos dividendos extraordinários na quinta-feira, 25.

Também a Federação Única dos Petroleiros (FUP) lamentou que tenha prevalecido a política de distribuição de mega dividendos da Petrobras, com pagamento de ganhos extraordinários, implementada pelo governo passado. “Na visão da FUP, a Petrobras precisa rever as regras que o mercado financeiro impôs à empresa e que acarretam um desequilíbrio de poder na condução da companhia e nas necessidades de investimentos”, afirmou em nota.

Na quinta-feira, os acionistas da Petrobras, liderados pela União, aprovaram a distribuição de metade dos dividendos extras referentes a 2023, que estavam retidos, no valor de R\$ 21,9 bilhões, que se somam aos R\$ 72,4 bilhões de dividendos ordinários referentes ao exercício.

O pagamento do valor restante será avaliado até o final do ano, o que pode elevar a distribuição de proventos referentes a 2023 para R\$ 116,2 bilhões.

SEGUROS

Tokio Marine registra alta de procura por Seguro Aluguel

De acordo com o IBGE, cerca de 20% da população brasileira vive em imóveis alugados. Os dados fazem parte da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), publicada em dezembro de 2023, e mostram que o número tem crescido desde que a análise começou a ser feita, em 2016. Esta demanda vem impulsionando o mercado de Seguro Aluguel, produto desenvolvido sob medida para atender as necessidades de proprietários, inquilinos e imobiliárias.

Na Tokio Marine, um dos principais players deste segmento, o Seguro Aluguel tem crescido de forma exponencial nos últimos anos, chegando à casa de três dígitos. Apenas em 2023, a Companhia registrou crescimento de quase 170% em relação ao ano anterior, com mais de R\$ 154 milhões de faturamento. Desde o seu lançamento em 2019, o produto alcançou a marca de 82 mil apólices emitidas e registrou faturamento de R\$ 348 milhões. Atualmente, o Seguro Aluguel Tokio Marine conta com mais de 34 mil contratos vigentes em mais de 780 cidades de todo o Brasil.

Para Magda Truvilhano, Superintendente de Produtos RD Massificados da Tokio Marine, a expansão do Seguro Aluguel no mercado brasileiro pode ser atribuída a uma combinação de fatores. “Além da maior demanda por imóveis para locação nos últimos anos, essa modalidade de garantia é livre de burocracia e mais ágil, dispensando a figura do fiador ou pagamento caução, o que facilita o processo de locação para todos os envolvidos.

A opção pelo Seguro Aluguel ocorre pelas vantagens para o proprietário, que tem assegurado o pagamento durante toda a vigência do contrato em caso de inadimplência, e para o inquilino, que não precisa recorrer a um fiador ou fazer um depósito antecipado como garantia”, explica.

Além da cobertura de aluguel e encargos legais, a Tokio Marine oferece coberturas adicionais como rescisão contratual, pagamento de IPTU e danos à estrutura e à pintura do imóvel, entre outros. A Seguradora também facilita o processo de contratação da apólice, com a possibilidade de análise de crédito online e envio eletrônico de documentos. Disponível em todo o País, o Tokio Marine Aluguel oferece três opções de assistência 24 horas: Básico, Intermediário e Completo.

Sempre atenta às tendências de mercado, a Companhia vem adotando medidas para incrementar ainda mais o Seguro Aluguel. “Nesse ano completamos cinco anos de atuação no mercado e, desde então, temos investido fortemente em uma série de melhorias para o produto como a ampliação das garantias para cobrir subtração de bens no momento da desocupação do imóvel, ajustes nos processos de contratação, automatização dos processos de endosso, redução da franquia de danos ao imóvel, manutenção dos processos de aceitação e precificação, simplificação nos processos de integração com parceiros, ajustes na fatura da imobiliária, entre outros”, conclui a executiva.



Adailton Dias, diretor Executivo de Produtos e Resseguro da Somo falou sobre o setor de transporte

Somo cresce 17,6% em Seguro de Transporte no 1º trimestre

A Somo, subsidiária no Brasil da empresa responsável pelas operações de seguro e resseguro do Grupo Somo Holdings fora do Japão, registrou R\$ 190,8 milhões em Prêmios Emitidos de Seguro de Transporte no primeiro trimestre de 2024.

Isso representa um crescimento de 17,6% em relação aos R\$ 162,2 milhões alcançados no mesmo período de 2023. O resultado é mais um passo depois dos investimentos que levaram a companhia a ser a primeira seguradora a superar R\$ 1 Bilhão em Prêmios Emitidos de Seguro de Transporte em 2023, quando a Somo alcançou um aumento de 8,7% frente aos R\$ 922,3 milhões registrados em 2022. Com isso, a companhia consolida sua posição de liderança de mercado, que mantém ano a ano desde 2017, e um ciclo de crescimento médio anual de 26,2% desde 2015.

“A ampliação dos serviços de valor agregado está entre os principais motores desse resultado”, lembra Adailton Dias, diretor Executivo de Produtos e Resseguro da Somo Seguros. “Investimos em pes-

soas e tecnologia de primeira linha para lançar soluções inovadoras que tenham impacto positivo no resultado operacional e financeiro do segurado. Isso foi reconhecido por clientes e parceiros corretores de seguros, o que contribuiu para alcançarmos um crescimento substancial em 2023, que segue em 2024”.

No ano passado, a companhia lançou o Fast Track de Sinistro de Transporte de Mercadorias, que agiliza processos e permitiu a indenização de sinistros em 11 dias, em média. Outra novidade é que a companhia investiu R\$ 5 milhões na recém-lançada nova infraestrutura de sua Central de Monitoramento própria, que fez dobrar a capacidade de prestação dessa categoria de serviço. Só para se ter uma ideia, em 2023, a Central de Monitoramento própria da Somo seguros monitorou mais de 205 mil viagens e R\$ 114 bilhões de cargas seguradas, com um índice de 52% de recuperação de cargas com medidas de pronta resposta, o que representa milhões de reais em cargas recuperadas.

Quali participa do CONGREGOR 2024, realizado na capital federal

A Qualicorp, maior administradora de benefícios de saúde do Brasil, participou da terceira edição do Congresso Regional Centro-Oeste, Minas Gerais e Espírito Santo dos Corretores de Seguros (CONGREGOR).

O evento ocorreu de 24 a 26 de abril no Royal Tulip Alvorada, um dos mais tradicionais hotéis de Brasília (DF).

Pela primeira vez no Congresso, a Qualicorp abordou os temas: como a empresa atua no mercado e os diferenciais para os corretores, o objetivo é levar informação de qualidade e aumentar o networking com o público do evento. Será um momento de troca de experiências e apresentação das melhores ferramentas disponíveis para o mercado.

De acordo com o Superintendente de Growth da Qualicorp, Marco Afonso, a administradora de benefícios – sendo líder incontestada do setor de atuação no país – mostrará as soluções para os corretores da região do Centro-Oeste e o potencial de expansão com oportunidades de aprimoramento para a distribuição de serviços de saúde para as seguradoras.

“A Qualicorp tem reconstruído o seu portfólio de maneira a melhor atender os mais de dois milhões de beneficiários e 76 operadoras parceiras. Somos a líder do mercado e nosso objetivo é reforçar a presença regional não apenas com novidades, mas qualidade nas ofertas e atendimentos dos corretores”, finaliza Afonso.

DESQUALIFICAÇÃO

Ditadura de Maduro torna mais opositores ao governo inelegíveis

Os cinco políticos tornados inelegíveis eram potenciais candidatos a cargos regionais - após a eleição presidencial, a Venezuela deve realizar votações para prefeitos em 2025

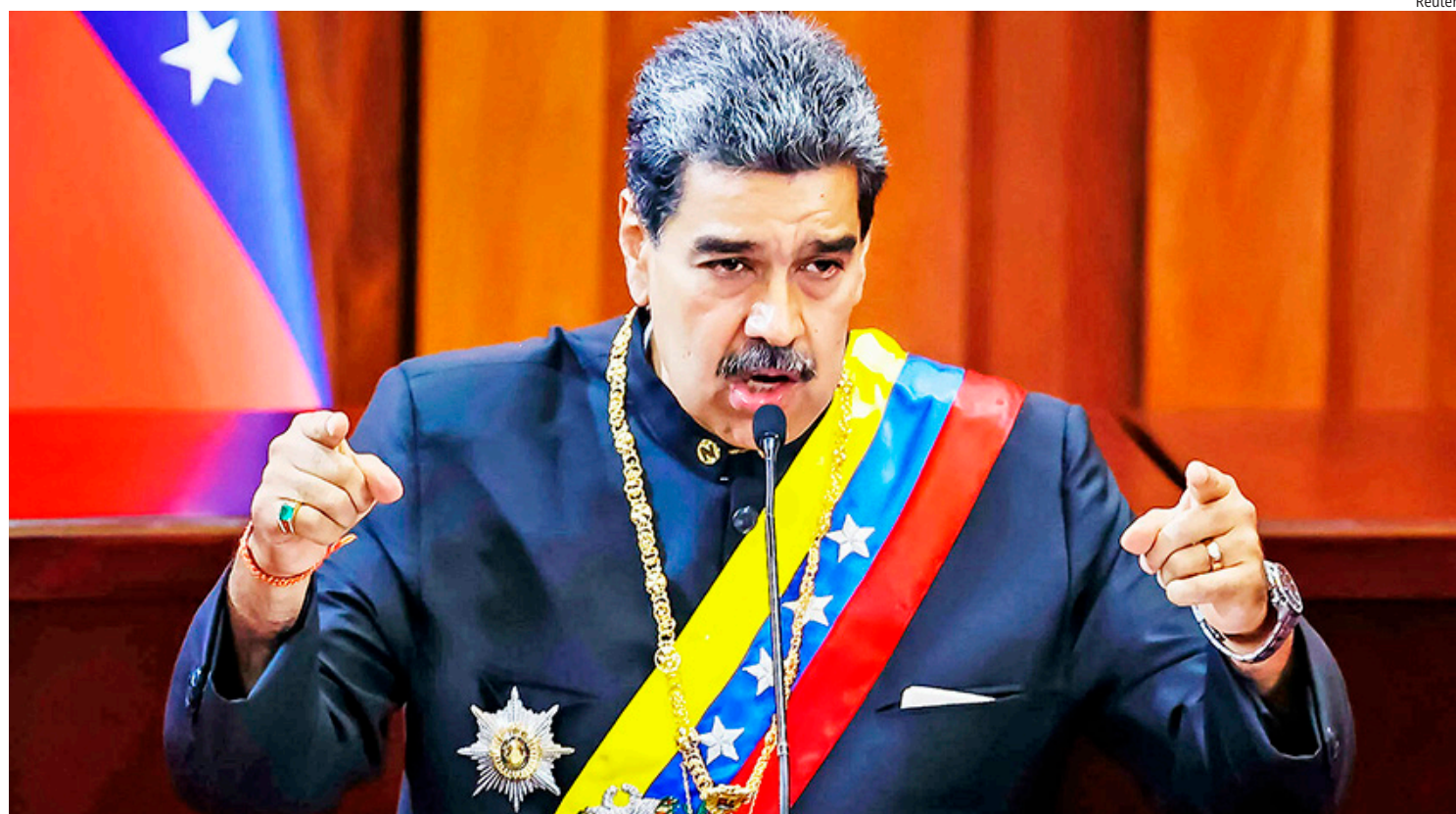
A Controladoria da Venezuela, alinhada à ditadura de Nicolás Maduro, anunciou a inabilitação política de mais cinco opositores ao regime - dois prefeitos em exercício e três ex-deputados. A decisão aumenta uma lista já extensa de líderes que perderam seus direitos políticos meses antes do processo eleitoral previsto para 28 de julho, no qual Maduro buscará o terceiro mandato.

Segundo o especialista eleitoral Eugenio Martínez, os cinco políticos tornados inelegíveis eram potenciais candidatos a cargos regionais - após a eleição presidencial, a Venezuela deve realizar em 2025 votações para prefeitos e governadores. Ainda que eles não concorram diretamente contra Maduro em julho, as inabilitações indicam maior repressão à oposição meses antes do pleito.

Nos últimos anos, esse tipo de sanção tem sido praticada de forma sistemática no país e vem atingindo líderes com ampla popularidade, como María Corina Machado.

Vencedora das primárias da oposição e favorita nas pesquisas, a ex-deputada ficou inelegível para as eleições após acusações de irregularidades administrativas na época em que ela foi deputada, de 2011 a 2014.

Os alvos agora são os prefeitos de El Hatillo, Elías Sayegh, e de Los Salias, José Antonio Fernández López, e os ex-deputados Tomás Guanipa, Carlos Ocariz e Juan Carlos Caldera. Todos ficarão inabilitados por 15 anos, com exceção do último, para quem a sanção durará 12 meses.



Maduro: a oposição vem denunciando obstáculos e ataques relacionados ao processo eleitoral após bloqueios para a inscrição de candidaturas

Eles são correligionários do duas vezes candidato presidencial Henrique Capriles, que também teve seus direitos políticos cassados.

As resoluções que registram as desqualificações são de 16 de abril de 2024, de acordo com o documento publicado pela Controladoria em seu site, mas só foram divulgadas nesta quinta. Ocariz, Guanipa e Caldera, que junto com Capriles fazem parte do partido Primeiro Justiça (PJ), criticaram as medidas.

"Não importa o que façam, nem como façam. Nada nos distrai, ninguém nos tira do caminho eleitoral. Todos a votar em 28 de julho", escreveu Guanipa no X, mesma plataforma em que seus correligionários fizeram

apelos semelhantes.

A Plataforma da Unidade Democrática (PUD), principal aliança opositora, disse que as medidas aplicadas pelo regime são ilegais.

A oposição vem denunciando obstáculos e ataques relacionados ao processo eleitoral após bloqueios para a inscrição de candidaturas e a intervenção em partidos como o PJ, cujo controle foi entregue de forma judicial a José Brito, acusado de colaborar com o regime.

Diosdado Cabello, considerado o número dois do chavismo, rebateu as acusações e disse que na oposição há trapaceiros que buscam interferir no processo eleitoral. Ele pediu às autoridades que revisem as can-

didaturas de opositores antes do pleito marcado para julho.

Capriles está impedido de exercer cargos públicos desde 2017, numa sentença também válida por 15 anos. A punição foi determinada por supostas irregularidades administrativas de 2011 a 2013, quando ele era governador de Miranda, no norte do país.

Neste ano, a oposição procurou concentrar forças em um único candidato para enfrentar Maduro, que tentará o terceiro mandato consecutivo contra 12 oponentes, a maioria rotulados de colaboradores do regime.

No domingo, 21, o diplomata Edmundo González Urrutia disse ter aceitado sua nomeação definitiva como candidato

da maior plataforma da oposição para enfrentar o ditador na eleição de julho.

Ele havia sido inscrito de forma provisória pouco antes do fim do prazo para garantir a presença da oposição na cédula, em meio à inabilitação de Corina Machado e à impossibilidade de inscrição no sistema eleitoral de Corina Yoris, então escolhida para substituir a vencedora das primárias.

Em março, Yoris, primeira escolha de Machado e sem experiência na política institucional, viu sua tentativa de se candidatar frustrada ao não conseguir inscrever seu nome na plataforma eleitoral, que, segundo ela, estava fechada para a inserção de novos dados.

CAFÉ



Matos: "expusemos os detalhes"

Exportadores defendem na UE que produto atende as leis

O Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) defendeu, nesta semana, a sustentabilidade dos cafés do Brasil e seu atendimento ao Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR, em inglês). Segundo comunicado do conselho, a ação de maior impacto foi realizada na quinta-feira (25), em Bruxelas, na Bélgica, quando a entidade, em parceria com a Missão do Brasil na União Europeia (UE), apresentou a autoridades políticas do bloco a Plataforma de Monitoramento Socioambiental Cafés do Brasil, desenvolvida pela Serasa Experian.

O diretor-geral do Cecafé, Marcos Matos, disse em nota que "expusemos os detalhes técnicos, de geolocalização e coleta de dados socioambientais da plataforma desenvolvida pela Serasa Experian, em parceria com o Cecafé, a essas autoridades. Solicitamos maior detalhamento das regras do EUDR e a flexibilização da aplicação de multas por um período de um a três anos, para que os países menos preparados se adaptem à regra. Também pleiteamos o reconhecimento dos sistemas brasileiros de informações e o respeito às Leis dos países de origem, como o Código Florestal e os direitos constitucionais relacionados ao uso da terra no Brasil".

O representante da Direção-Geral (DG) de Meio Ambiente da Comissão Europeia, Emanuele Pitto, convidou o Cecafé para realizar uma apresentação e participar dos debates da Plataforma Multiatores do EUDR. "Isso é fundamental, uma vez que esse fórum analisa os testes do novo sistema que os europeus possuem para a fiscalização e, em especial, por podermos dar nossas contribuições em um ambiente que, até então, era restrito a apenas países do continente e a algumas empresas globais previamente escolhidas", destacou Matos.

Conforme o diretor-geral do Cecafé, o Brasil também conseguiu abrir portas para o diálogo com as autoridades competentes pela fiscalização do EUDR em cada país, principalmente com Alemanha, Bélgica, Itália, Espanha, Suécia, Irlanda e Eslovênia, que estiveram presentes na reunião. Matos ressaltou que esse estreitamento foi possível após a equipe da Serasa Experian ter apresentado questionamentos sobre o mapa de cobertura florestal do Joint Research Centre (JRC), demonstrando, técnica e comprovadamente, que o uso dessa ferramenta causará impactos negativos e indevidos às origens produtoras.

"A utilização do mapa do JRC será um caminho mais rápido e mais fácil, porém péssimo em termos de alertas de desmatamento, nas áreas onde o café está consolidado há décadas, e isso foi muito bem fundamentado, de maneira técnica, pela Serasa Experian", explicou Matos.

Como sugestão de contrapartida ao não uso do mapa do JRC, Matos argumenta que os países de origem poderão providenciar seus próprios mapeamentos, com maior acurácia.

APOIO

Blinken encontra Xi para discutir diferença bilateral

O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, reuniu-se na sexta-feira, 26, com o presidente da China, Xi Jinping, e com altos funcionários chineses, enfatizando a importância de "administrar de forma responsável" as diferenças em uma série de questões bilaterais, regionais e globais controversas. Em coletiva de imprensa, Blinken disse que levantou preocupações com Xi sobre o apoio da China à Rússia em meio a invasão da Ucrânia, bem como outras questões, incluindo Taiwan e o Mar do Sul da China, direitos humanos e a produção e exportação de precursores de opioides sintéticos. Segundo ele, os EUA esclareceram que a China não está endereçando a questão central de "garantir a segurança transatlântica".

Blinken deu um tom positivo ao recente progresso feito na cooperação bilateral, inclusive em comunicações militares, combate ao narcotráfico e inteligência artificial (IA). "Estamos comprometidos em manter e fortalecer as linhas de comunicação para avançar essa agenda e, mais uma vez, lidar de forma responsável com nossas diferenças para evitar qualquer falha de comunicação, qualquer percepção equivocada, qualquer erro de cálculo", disse ele.

Por sua vez, o presidente Xi Jinping enfatizou que a China e os EUA devem buscar um terreno comum "em vez de se envolverem em uma competição cruel", afirmando que vê com bons olhos a "confiança" e a "prosperidade" do desenvolvimento americano. Mas ressaltou que espera reciprocidade, através de um "olhar positivo dos EUA para o desenvolvimento da China".

Antes desta reunião, Blinken manteve longas conversas com o ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, e com o ministro da Segurança Pública, Wang Xiaohong, que duraram cerca de cinco horas e meia.

Durante o encontro, Wang Yi observou que as relações bilaterais começaram a estabilizar entre ambos os países, porém, este processo acompanha simultaneamente um aumento nos "fatores negativos" que provocam diversas interrupções.

"Os direitos legítimos de desenvolvimento da China têm sido suprimidos e nossos interesses estão enfrentando desafios", disse o ministro, acrescentando que as preocupações sobre interferência dos EUA em assuntos internos são "consistentes".

Blinken respondeu dizendo que o governo Biden valoriza o diálogo entre os EUA e a China.

RECORDE HISTÓRICO

Bolsas da Europa fecham em alta, impulsionadas pelos balanços

As bolsas da Europa fecharam em alta na sexta-feira, 26, em um cenário atento a temporada de balanços, e com impulso de Alphabet e Microsoft, que publicaram resultados trimestrais melhores do que o esperado no fim da tarde da quinta-feira em Nova York. Neste cenário, a bolsa de Londres renovou seu recorde histórico de fechamento. Além disso, a postura dos principais bancos centrais para lidar com a inflação segue observada, enquanto algumas notícias corporativas também chamaram a atenção. O índice pan-europeu Stoxx 600 teve alta de 1,26%, a 508,20 pontos.

Nesta madrugada, o Banco do Japão (Boj), na sigla em inglês) manteve seu juro básico na faixa de 0% a 0,1%, após elevá-lo pela primeira vez em 17 anos no mês passado. Já a economia dos EUA continua se expandindo e a inflação segue elevada, como sinalizam os dados de inflação PCE e de renda e gastos divulgados na sexta, segundo avaliação da High Frequency Economics (HFE).

O quadro sugere que o Federal Reserve (Fed), o banco central dos EUA) manterá postura paciente em relação à política monetária, deixando os juros nos atuais níveis elevados por mais tempo, diz a HFE, em nota a clientes.

Na zona do euro, os dados recentes sugerem que a eco-

nomia está saindo da recessão. Mas com a atividade ainda muito fraca e o crescimento salarial parecendo ter abrandado até agora, a Capital Economics continua com a sua perspectiva de que o Banco Central Europeu (BCE) proporcionará cortes de 125 pontos base este ano. Na próxima semana, "esperamos saber que o PIB da zona euro expandiu ligeiramente no primeiro trimestre e que a inflação global e a inflação subjacente cairam ainda mais em abril", projeta.

Entre balanços europeus, o do NatWest foi bem-recebido, e a ação do banco britânico subiu 6,07% em Londres, onde o FTSE 100 avançou 0,75%, a 8.139,83 pontos.

Segundo a CNBC, a Elliott Management adquiriu uma participação de cerca de US\$ 1 bilhão na mineradora Anglo American nos últimos meses. Isso acontece em meio ao interesse de aquisição da BHP, com a Anglo American rejeitando recentemente uma oferta de US\$ 39 bilhões da BHP. A posição da Elliott representa 2,5% da Anglo American e impulsionou o aumento das ações da empresa em 2,33%. Já a BHP recuou 2,64% na capital britânica.

Já em Frankfurt, a ThyssenKrupp saltou 8,7%, após o conglomerado industrial alemão anunciar a venda de uma fatia de

20% em seu negócio siderúrgico ao bilionário checo Daniel Kretinsky. Na cidade, o DAX subiu 1,39%, a 18.166,91 pontos.

Em Paris, o CAC 40 teve alta de 0,89%, a 8.088,24 pontos. Em Milão, o FTSE MIB avançou 0,91%, a 34.249,77 pontos. O Ibex 35 subiu 1,56% em Madri, a 11.154,60 pontos, enquanto o PSI 20 teve alta de 1,07%, a 6.612,51 pontos, em Lisboa.

As bolsas asiáticas fecharam em alta na sexta-feira, após o Banco do Japão (Boj), na sigla em inglês) deixar sua principal taxa de juros inalterada, levando o iene a renovar mínima em mais de três décadas em relação ao dólar.

O índice acionário japonês Nikkei avançou 0,81% em Tóquio, a 37.934,76 pontos, revertendo parte das fortes perdas do pregão anterior, à medida que o Boj manteve seu juro básico na faixa de 0% a 0,1%, após elevá-lo pela primeira vez em 17 anos no mês passado.

Em coletiva de imprensa sobre a decisão, o presidente do Boj, Kazuo Ueda, disse que o BC japonês irá, por enquanto, manter o relaxamento da política monetária, mas poderá voltar a aumentar juros se a inflação subjacente ganhar força. Durante a madrugada, o dólar chegou a ser negociado a 156,82 ienes, atingindo nova máxima em 34 anos.

INCENTIVOS

Brasil retoma produção de insulina para a população

O investimento da empresa biofarmacêutica na construção da nova estrutura foi de R\$ 800 milhões e a fábrica terá capacidade para 20 milhões de unidades de refis



O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participa da cerimônia de inauguração da planta de produção de insulina da Biommm, em Nova Lima: "Walfrido vai te dar tranquilidade para você viver mais"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, na sexta-feira (26), da inauguração da fábrica de insulina da empresa Biommm, em Nova Lima, Minas Gerais. Com a nova unidade, o Brasil retoma a produção do hormônio no país, com capacidade de suprir a demanda nacional de insulina.

Durante discurso, Lula destacou a importância da fábrica para o acesso da população ao insumo e homenageou o trabalho de Walfrido dos Mares Guia, que é um dos sócios-fundadores e membro do conselho de administração da Biommm. Com história na política, Walfrido é amigo de Lula e foi ministro durante os dois primeiros mandatos do presidente, entre 2003 e 2007.

Emocionado, o presidente contou a experiência de sua bisneta Analua, de 7 anos, que vive com diabetes mellitus tipo 1. "Ela vive com aparelho no ombro, conectado com celular, cada coisa que ela come, ela tem que controlar. E o que é fantástico é que ela pede para mãe e para o pai aplicar a insu-

lina nela, ela já não tem mais medo, já faz parte da vida dela. [...] Então, eu quero que a minha bisneta Analua saiba que esta figura simpática aqui, Walfrido, vai te dar tranquilidade para você viver mais do que eu e mais do que ele está vivendo, porque a vida precisa que os bons vivam muito e que os maus descansem logo", disse.

O diabetes é uma doença causada pela produção insuficiente ou má absorção de insulina, hormônio que regula a glicose no sangue e garante energia para o organismo. A insulina tem a função de quebrar as moléculas de glicose (açúcar) transformando-a em energia para manutenção das células do organismo. O diabetes pode causar o aumento da glicemia e as altas taxas podem levar a complicações no coração, nas artérias, nos olhos, nos rins e nos nervos. Em casos mais graves, o diabetes pode levar à morte.

De acordo com a ministra da Saúde, Nísia Trindade, há mais de 20 anos o Brasil não tinha produção nacional de insulina e dependia apenas de produtos importados. "Para ter uma política de ciência e tecnologia

em saúde que leve os produtos à população, temos que ter política industrial", disse.

O investimento da empresa biofarmacêutica na construção da nova estrutura foi de R\$ 800 milhões. A fábrica terá capacidade para 20 milhões de unidades de refis de insulina glargina (de ação prolongada) por ano - e, na sequência, de canetas de outros biomedicamentos, como a insulina humana recombinante. A estimativa é de que a unidade gere 300 empregos diretos e 1,2 mil indiretos.

O Brasil é um dos países com maior incidência de diabetes no mundo, com 15,7 milhões de pacientes adultos, segundo dados do Atlas da Federação Internacional de Diabetes, divulgados pelo governo. "O que se faz aqui é garantia de vida para uma doença que nós temos que trabalhar com prevenção, mas sabemos que, em muitos casos, não fugiremos da medicação, da insulina e de outros medicamentos que o SUS já fornece na assistência farmacêutica e Farmácia Popular", disse a ministra Nísia.

A insulina glargina é indicada para o tratamento de diabetes mellitus tipos 1 e 2. No ano passado, em meio à risco de desabastecimento, o Ministério da Saúde fez uma compra emergencial de 1,3 milhão de unidades de insulina asparte (de ação rápida) indicada para tratar diabetes mellitus tipo 1, que concentra de 5% a 10% das pessoas diagnosticadas com a doença. Na ocasião, a pasta informou que as demais insulinas regulares mais consumidas estavam com estoque adequado para atender a rede do SUS.

A Biommm é considerada uma pioneira no setor de biomedicamentos no Brasil e está inserida na Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), lançada pelo governo em setembro de 2023. Até 2026, a previsão é de R\$ 42 bilhões em investimentos públicos e privados neste setor industrial para reduzir a dependência do Brasil de insumos, medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde estrangeiros.

No contexto da estratégia, a empresa participa do Programa de Parceria para o Desenvolvi-

mento Produtivo do Ministério da Saúde, que envolve a articulação do governo com o setor privado. Fundada em 2001, a Biommm é uma empresa brasileira e atua na oferta de fármacos acessíveis para o tratamento de doenças crônicas no país.

Para implantar a nova unidade industrial em Nova Lima, a Biommm obteve R\$ 203 milhões de crédito via Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), além de R\$ 133 milhões aportados via equity (participação acionária) pelo BNDES e BDMG.

Ainda durante o evento, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Biommm assinaram um protocolo de intenções sobre plataformas de produção de medicamentos para o tratamento de doenças metabólicas, que tem como pano de fundo o fortalecimento do CEIS e a maior autonomia do Brasil na produção de medicamentos para o SUS.

ARQUIVAMENTO



Gonet: "não há provas concretas"

PGR não vê prova de propinas da Odebrecht a Renan Calheiros

O procurador-geral da República Paulo Gonet pediu o arquivamento do inquérito que investiga se o senador Renan Calheiros (MDB-AL) e o ex-senador Romero Jucá (MDB-RR) receberam propina da Odebrecht (atual Novonor) para apoiar a medida provisória 627, de 2013, que garantiu vantagens fiscais para empresas com atuação no exterior.

Em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador-geral afirma que não há provas concretas de que eles tenham pedido ou recebido dinheiro para apoiar interesses da construtora. Por isso, a PGR descartou a apresentação de uma denúncia.

"Os depoimentos de colaboradores e respectivos elementos de corroboração apresentados, a despeito de terem sido suficientes para dar início a uma investigação criminal, sem elementos probatórios que comprovem os delitos imputados, não são suficientes para a deflagração da persecução penal", diz o documento.

Gonet também informou que não vê utilidade em prorrogar a investigação. Na avaliação do procurador-geral, não há mais diligências a serem cumpridas.

"Diante da atual falta de perspectiva de obtenção de novos elementos que autorizem conclusão diversa, considerando que os fatos investigados remontam ao ano de 2014, forçoso reconhecer a ausência de justa causa para a ação penal", complementou.

A investigação por corrupção passiva e lavagem de dinheiro foi aberta em agosto de 2017, a partir de delação premiada de executivos da Odebrecht na Operação Lava Jato. Os delatores relataram supostos repasses de R\$ 5 milhões aos emedebistas.

Gonet requereu ainda que a Polícia Federal realize novas diligências antes de decidir se denuncia ou não o influenciador Bruno Aiub, o Monark, por suposto crime de desobediência. A manifestação se dá após a PF finalizar as investigações sobre a conduta de Monark, indicando que ele 'continua propagando discurso antidemocrático nas redes sociais' - mesmo após o STF determinar o bloqueio de seus perfis nas plataformas.

Em parecer ao STF, Gonet destacou que os elementos colhidos pelos investigadores apontam que Monark 'vem desobedecendo, de modo reiterado, decisão judicial que lhe impôs medida cautelar de suspensão do direito de publicação, promoção, replicação ou compartilhamento de notícias fraudulentas'.

O procurador destaca que Monark continua 'reproduzindo conteúdo vedado em outros canais e perfis criados nas redes, como artifício ilícito para persistir na disseminação de afirmações inverídicas sobre a atuação do Supremo, do Tribunal Superior Eleitoral e de seus membros'.

Apesar de a investigação apontar 'indícios consistentes de materialidade e autoria delitivas', estes ainda demandam esclarecimento, na visão da PGR.

MANOBRA

X nega ter flexibilizado bloqueios e afirma que perfis aproveitaram 'falha técnico-operacional'

A rede social X reiterou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que não flexibilizou restrições a perfis bloqueados por ordem judicial. A Polícia Federal (PF) identificou que a plataforma vem permitindo que contas suspensas façam transmissões ao vivo.

Em ofício enviado ao STF, os representantes da empresa no Brasil justificaram que houve uma "falha técnico-operacional" no acesso pelo aplicativo. Segundo os advogados do X, as "providências" para corrigir o problema já foram solicitadas.

"A correção de tal falha téc-

nica mediante atualização do aplicativo no sistema iOS assegurará que tais contas fiquem impedidas de realizar qualquer atividade de transmissão em tempo real", diz um trecho do documento encaminhado ao Supremo.

A plataforma afirma que a falha foi "temporária, isolada e imprevisível" e destaca que o conteúdo das postagens permaneceu inacessível.

"Essa falha operacional, embora tenha permitido o acesso limitado a elementos não essenciais das contas via aplicativo móvel, foi pontual e

não representa uma violação das ordens judiciais proferidas pelos E. STF e TSE. A discrepância observada foi resultado de um problema técnico isolado, sem intenção das Operadoras do X de contornar ou de qualquer forma desrespeitar as decisões judiciais vigentes", argumenta a empresa.

A equipe de investigação da Polícia Federal identificou pelo menos seis contas ativas no Brasil, apesar dos bloqueios judiciais. Esses perfis conseguiram se engajar em transmissões ao vivo e interagir com outros usuários. O X diz que os casos foram

"absolutamente excepcionais".

A plataforma alega que houve uma "manobra" de usuários que não estavam bloqueados e convidaram perfis suspensos para participar de conversas em tempo real por meio da funcionalidade Spaces.

"A manobra colocada em prática pelos usuários investigados - em colaboração com esses terceiros - não sugere, de forma alguma, que houve autorização ou permissão das Operadoras do X para o uso da funcionalidade 'Spaces' pelos usuários bloqueados", diz outro trecho do documento.

A empresa atribui as brechas a uma estratégia dos próprios usuários bloqueados que, segundo o X, "tentam burlar as medidas restritivas de forma persistente" por meio da criação de novas contas e da exploração de "vulnerabilidades sistêmicas".

Os perfis que, segundo a PF, teriam sido favorecidos pela plataforma são dos blogueiros Allan dos Santos, Oswaldo Eustáquio e Paulo Renato de Oliveira Figueiredo Filho, do senador Marcos do Val, do comentarista Rodrigo Constantino e do canal Terça Livre.

ENCONTRO

Bolsonaro pede a Moraes que devolva seu passaporte

A estadia de Bolsonaro na representação diplomática levantou suspeitas de que ele poderia estar buscando asilo para evitar sua prisão, mas o STF arquivou o caso

O ex-presidente Jair Bolsonaro pediu ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, a devolução de seu passaporte para visitar Israel no próximo mês, a convite do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu. A defesa do ex-chefe do Executivo requer a restituição do documento, ainda que de forma temporária, para uma 'viagem seis dias e sete noites', sem data definida por hora.

O passaporte de Bolsonaro foi confiscado por Moraes na Operação Tempus Veritatis - apuração sobre uma suposta tentativa de golpe que teria sido gestada em seu governo. A medida foi mantida no bojo da investigação sobre o episódio em que o ex-presidente ficou hospedado na sede da Embaixada da Hungria, em Brasília.

A estadia de Bolsonaro na representação diplomática húngara levantou suspeitas de que ele poderia estar buscando asilo para evitar sua prisão. No entanto, na última quarta-feira, o ministro do STF mandou arquivar o caso, sob o argumento de que não haviam 'elementos concretos' que implicassem o ex-presidente. A apuração acabou arquivada, mas a proibição de Bolsonaro deixar o País foi mantida.

Segundo os advogados de Bolsonaro, a autorização para a viagem 'não acarreta qualquer risco' às investigações da Operação Tempus Veritatis 'considerando os compromissos previamente agendados no Brasil, que demandam a presença do ex-presidente após seu retorno de Israel'.

'Esta circunstância não apenas atesta a responsabilidade e comprometimento do solicitante com suas obrigações locais, mas também reforça a natureza transitória e temporária da viagem em questão', alegam os sete advogados que subscrevem a petição a Moraes.

Na quinta-feira, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) suspendeu uma multa ambiental no valor de R\$ 10 mil aplicada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) ao ex-presidente. O órgão autuou Bolsonaro por supostamente causar danos a uma unidade de conservação ambiental em Angra dos Reis, litoral do Rio de Janeiro, quando o então deputado federal foi flagrado pescando no local, em 2012.

Por decisão do desembargador federal Rafael Paulo, o processo administrativo vinculado à multa também foi suspenso. Procurado, o Ibama disse em nota que ainda não foi formalmente intimado da decisão.

A penalidade havia sido anulada pelo Ibama no início de 2019, após parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) - emitido dias antes da posse de Bolsonaro na Presidência, no fim da gestão de Michel Temer (MDB) -, avaliar que o prazo de prescrição da multa era de cinco anos.

Em um novo entendimento, em setembro de 2023, o Ibama, já sob a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), avaliou que o período para prescrição é de 12 anos, considerando o prazo estabelecido no Código Penal para crimes ambientais. Na época, o ex-presidente classificou a reavaliação da multa como 'perseguição'.

Além do processo administrativo, o caso também foi julgado criminalmente. Analisando um recurso da defesa de Bolsonaro, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu que a lesão ao meio ambiente foi insignificante e que, portanto, não houve crime ambiental, concluindo que



Bolsonaro pediu a Moraes a devolução de seu passaporte para visitar Israel no próximo mês, a convite do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu

DENÚNCIA

Moraes não vê 'censura' e vota por manter derrubada de texto

O Supremo Tribunal Federal começou a julgar na sexta-feira, 26, em sessão virtual, a derrubada de reportagem da Agência Pública sobre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Os ministros discutem a manutenção de decisão do ministro Alexandre de Moraes que manteve a remoção da reportagem intitulada 'Ex mulher de Lira o acusa de violência sexual'.

Em decisão monocrática, o relator negou recurso da Agência Pública, que pedia uma ordem para que a matéria pudesse ser recolocada no ar. Moraes entendeu que não houve censura prévia no caso.

A Agência Pública recorreu argumentando que 'viu cerceado o direito ao exercício da liberdade de expressão, constitucionalmente assegurado, uma vez que a matéria em questão foi realizada com o respeito aos limites éticos do melhor jornalismo'.

Em julgamento iniciado na sexta, 26, Moraes votou para negar o pedido da Pública. A sessão virtual tem previsão de terminar na próxima sexta e, até lá, os demais integrantes da Primeira Turma do STF podem depositar seus votos sobre o tema.

Segundo o ministro relator, não houve, no caso, estabelecimento de censura prévia. Moraes ponderou que a decisão que derrubou a matéria, confirmada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal determinou que o portal 'remova temporariamente o conteúdo até o julgamento final' de ação movida por Lira.

Moraes argumentou não ver desrespeito à jurisprudência da Corte, vez que 'eventuais abusos porventura ocorridos no exercício indevido da manifestação de pensamento são passíveis de exame e apreciação pelo Judiciário, com a ces-

sação das ofensas, direito de resposta e a fixação de consequentes responsabilidades civil e penal de seus autores'.

'Inexistiu qualquer imposição inconstitucional de censura prévia, cujo traço marcante é o caráter preventivo e abstrato de restrição à livre manifestação de pensamento, que é repetida frontalmente pelo texto constitucional, em virtude de sua finalidade antidemocrática', anotou Moraes.

O caso chegou ao STF após o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios manter despacho do desembargador Alfeu Gonzaga Machado que, em setembro de 2023, determinou que a Agência Pública se abstinisse de 'promover publicações com o mesmo teor, especialmente, imputando ao autor (Lira) o suposto estu-

pro praticado em novembro de 2006? Ao determinar a remoção da reportagem e dos links de divulgação do texto nas redes sociais, Alfeu Gonzaga Machado atendeu a um recurso de Lira contra decisão da 8ª Vara Cível de Brasília. A decisão de primeiro grau havia negado a derrubada da reportagem da Pública.

Arthur Lira recorreu e, então, o desembargador Alfeu Machado entendeu que havia 'perigo de dano' na manutenção da matéria no ar. 'A publicação que veicula informação lançada de forma a atingir a esfera da intimidade de outra pessoa configura abuso do direito à liberdade de expressão. Nesse caso em especial, merece prestígio o direito fundamental à intimidade em detrimento da liberdade de expressão', escreveu.



Moraes afirmou que inexistiu qualquer imposição inconstitucional de censura prévia

Angra dos Reis e Paraty. O parlamentar foi flagrado próximo à Ilha da Samambaia por um fiscal em janeiro de 2012 e fotografado em um pequeno barco, com vara de pescar, linha e anzol. Segundo o decreto que criou a estação ecológica, é proibida qualquer atividade sem autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no local.

O servidor do Ibama que multou Bolsonaro, José Olímpio Augusto Morelli, foi exonerado de um cargo na Diretoria de Proteção Ambiental (Dipro) do órgão em 28 de março de

2019, quando o mandato de Bolsonaro na Presidência completava o terceiro mês. A decisão foi tomada pelo major Olivaldi Alves Borges Azevedo, escolhido pelo então presidente para assumir a chefia da diretoria.

O ex-presidente se diz perseguido pelo órgão de proteção ambiental. No início do mês, ele foi multado pelo Ibama por 'molestar de forma intencional' uma baleia-jubarte durante um passeio de jet ski em São Sebastião, no litoral de São Paulo, em junho de 2023.

APOIO



Rodrigo é apoiador de Bolsonaro

União Brasil lança Amorim como candidato a prefeito do Rio

Logo após o União Brasil anunciar que o deputado estadual do Rio de Janeiro Rodrigo Amorim vai disputar a prefeitura do Rio pela legenda, o irmão dele, vereador Rogério Amorim (PL), fez uma publicação chamando o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), pré-candidato do Partido Liberal que conta com o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), de 'futuro prefeito'.

O apoio ao ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi feito por Rogério em publicação no Instagram na quinta-feira, 25. Sem mencionar a pré-candidatura do irmão, o vereador compartilhou uma foto ao lado de Ramagem, do deputado estadual Anderson Moraes (PL-RJ), do também vereador Marcos Braz (PL-RJ) e do líder municipal do PL, Bruno Bonetti.

Na legenda, Rogério disse que o registro foi feito durante visita do 'nosso pré-candidato e futuro prefeito do Rio, deputado Ramagem', a convite de Braz, e afirmou que, 'sem sombra de dúvidas', estão 'no caminho certo'.

Rodrigo, também aliado e apoiador de Bolsonaro, disse que Ramagem é um 'amigo' e que reconhece tudo o que o deputado federal 'fez pelo Rio', em entrevista concedida ao site do jornalista Eduardo Tchao, nesta quinta. O pré-candidato pelo União ainda afirmou que os dois 'estão do mesmo lado, contra Eduardo Paes', atual prefeito da cidade e pré-candidato à reeleição. Para o deputado, o chefe do Executivo municipal representa 'um projeto da esquerda' por ter o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ainda de acordo com o pré-candidato do União Brasil, Paes tentou buscar o apoio da legenda, mas o partido foi 'firme' e optou por disputar a prefeitura com um representante próprio. Rodrigo ainda disse que o objetivo é estabelecer uma 'frente de centro-direita', composta também pelo deputado federal Marcelo Queiroz (RJ), pré-candidato pelo PP, contra o projeto 'de esquerda' do atual prefeito.

Concordando com uma publicação no X (antigo Twitter) de uma usuária que afirma que o importante é afastar a prefeitura 'das garras' de Paes, Rodrigo declarou que a esquerda 'quer desunir' os pré-candidatos aliados do ex-presidente. 'Não entrem em conversa de lobo em pele de cordeiro, a esquerda só quer nos desunir', escreveu o deputado estadual.

De acordo com pesquisa eleitoral AtlasIntel/CNN Brasil divulgada na quarta-feira, 24, Paes lidera a disputa pela prefeitura com 42,6% das intenções de voto, enquanto Ramagem aparece em segundo lugar com 31,2%.

Sobre o apoio do irmão a Ramagem, Rodrigo disse que é normal Rogério apoiar o candidato do próprio partido, mas reafirmou que o mais importante é 'não caminhar com Eduardo Paes'.

No último domingo, 21, os irmãos Amorim compareceram juntos ao ato convocado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em Copacabana. De acordo com o Monitor do Debate Político no Meio Digital da Universidade de São Paulo (USP), a manifestação reuniu 32.750 pessoas.

CESSÃO DOS ATIVOS

Petrobras assina contratos para cessão de campos hibernados

Empresa diz que não haverá prejuízo ou transferência de qualquer empregado em decorrência da cessão dos ativos, já que a maior parte foi realocada

Legenda

A Petrobras assinou contratos para a cessão da totalidade de sua participação nos campos de Cherne e Bagre, localizados em águas rasas na Baía de Campos, para a Perenco Petróleo e Gás do Brasil. A estatal receberá US\$ 10 milhões com a operação, sendo US\$ 1 milhão pagos na quinta e o restante no fechamento da transação, sujei-

to aos ajustes previstos no contrato. A produção dos dois campos foi interrompida em março de 2020 e as respectivas plataformas estão hibernadas desde então.

Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa informa que a transferência desses campos para a Perenco traz a perspectiva de retomada da produção pelo novo operador, configurando alternativa mais vantajosa para

a Petrobras em comparação à opção de descomissionamento das instalações e devolução das concessões à ANP. "Ao mesmo tempo, essa transação possibilita que a Petrobras direcione seus investimentos no segmento de E&P para ativos mais aderentes à estratégia da companhia, que envolve, entre outros fatores, a descarbonização crescente das operações", diz.

Segundo a empresa, não haverá prejuízo ou transferên-

cia de qualquer empregado da Petrobras em decorrência da cessão dos ativos, uma vez que a maior parte dos trabalhadores que atuavam na operação já foi realocada para outras atividades da companhia. O efetivo mínimo mantido para manutenção dos ativos hibernados integrará outras operações após a conclusão da transferência dos campos.

Os campos de Cherne e Bagre foram adquiridos por

meio da Rodada Zero da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Os campos estão situados na Baía de Campos, a 73 km da costa do estado do Rio de Janeiro, em profundidade d'água que varia de 108 a 150 m. Até a interrupção da produção, em março de 2020, os campos de Cherne e Bagre produziam por meio das plataformas PCH-1 e PCH-2, que estão atualmente hibernadas.

Em maio de 2022, foi ini-

ciado junto à ANP o processo para devolução das concessões de Cherne e Bagre, tendo a Petrobras iniciado o planejamento para o descomissionamento das instalações de produção associadas a esses campos.

Na sexta-feira, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, participou de uma inspeção na Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN-III), em Três Lagoas (MS) acompanhado da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), do governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel (PSDB), além de executivos da companhia e demais representantes do poder público.

A UFN-III está em fase de estudo de viabilidade técnica e econômica e o processo de licitação para a retomada das obras pode ser iniciado ainda este ano. A estimativa é que sejam gerados até oito mil empregos diretos e indiretos com as obras de finalização da planta.

"A Petrobras tem interesse em investir no setor de fertilizantes para promover a sinergia com o agronegócio, reduzir a dependência do país em relação à importação de fertilizantes e gerar emprego e renda. Além disso, somos uma empresa integrada, que está olhando para o futuro e para a transição energética. Com a nossa capacidade tecnológica e operacional, facilidade logística e acesso a matéria prima, temos todos os elementos para fazer essa transição que é o futuro da Petrobras e das principais petrolíferas do mundo", afirma Jean Paul Prates.

"Doei esta área para a construção da fábrica quando ainda era prefeita de Três Lagoas. Então ver esse sonho se tornando realidade - com Jean Paul Prates sendo parceiro de primeira hora e com o aval do presidente Lula -, me dá a sensação de dever cumprido. É uma imensa satisfação saber que esta fábrica vai beneficiar tantas pessoas", afirmou a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

A unidade, que está próxima ao mercado consumidor e já está interligada ao Gasbol para receber o gás natural como matéria prima, tem capacidade projetada de produção de ureia e amônia de 3.600 t/dia e 2.200 t/dia, respectivamente.

A construção da UFN-III teve início em setembro de 2011, mas foi interrompida em dezembro de 2014. Após a conclusão dos estudos de viabilidade técnica e econômica, o tema deve passar ainda pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da empresa.

TURISMO

Minas Gerais terá curso de gastronomia que unirá técnicas francesas à tradição do estado

Minas Gerais será sede de um novo curso de gastronomia até 2025, resultado da parceria do UniBH com o Le Cordon Bleu, uma das escolas de culinária mais tradicionais e prestigiadas do mundo.

A informação, antecipada pelo UniBH, somou-se a outros destaques anunciados pelo Governo do Estado na sexta-feira, na primeira edição do MTM - Minas Travel Market, feira de turismo realizada no Minascentro, em Belo Horizonte, e reforça Minas como um dos principais destinos turísticos e de investimentos no Brasil, além de ressaltar as potências culturais e turísticas da Cozinha Mineira.

A novidade coincide com o excelente momento do turismo no estado, que teve a maior atividade turística no país no primeiro bimestre de 2024, com alta de 7,6% em comparação ao mesmo período do ano passado.

O setor em Minas é líder também no desempenho acumulado nos últimos 12 meses, de março de 2023 a fevereiro deste ano, com crescimento (12,6%) superior ao dobro

da média nacional (4,9%), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) analisados pela Fecomércio-MG.

O curso do UniBH terá modelo acadêmico inovador, já seguido por outras instituições do Ecosystema Ânima, com unidades curriculares ministradas em parceria com o Le Cordon Bleu e certificados intermediários, constituindo, assim, uma dupla certificação.

As atividades práticas e presenciais deverão acontecer no campus Buritis. O curso, que deve ser aberto até 2025, unirá as técnicas francesas com a diversidade e a riqueza dos ingredientes brasileiros, especialmente os mineiros.

"É uma honra termos a oportunidade de marcar a chegada em Belo Horizonte do Le Cordon Bleu, em parceria com o UniBH, em um evento tão relevante para a cultura e o turismo mineiros. Celebrar nossa gastronomia a partir de um prisma que une o local ao global é um privilégio para nós", afirma Pedro Coutinho, diretor do UniBH.

O MTM - Minas Travel

Market substitui o antigo Salão do Turismo de Minas Gerais, da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), e acontece até sábado (27/4).

Valorização do patrimônio histórico, música, negócios, literatura e a promoção da Cozinha Mineira também envolvem as ações no estande do Governo do Estado no evento.

A participação no MTM é uma iniciativa do Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult), realizada em parceria com o Centro Universitário UniBH, com patrocínio da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemg) e apoio do Sebrae Minas.

As ações também fazem parte do projeto "Ano da Cozinha Mineira - Clássica e Contemporânea", lançado em março, e do programa Mais Turistas.

Idealizado pelos mesmos criadores do Brazil Travel Market (BTM), uma das maiores feiras de turismo da América Latina, o MTM deve reunir representantes de 19 estados brasileiros e cerca de dois

mil profissionais de turismo na capital mineira.

"Feiras de turismo são momentos importantes no cenário local, nacional e internacional para posicionarmos o Destino Minas Gerais como um lugar de receber pessoas, de acolher bem e de turismo como gerador de emprego e renda. É isso que vamos fazer nos dois dias do MTM, além de atrair novos negócios", ressalta o secretário de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, Leonidas de Oliveira.

Como sempre acontece nas feiras nacionais e internacionais de turismo, a Cozinha Mineira também será protagonista no MTM e os sabores, aromas e saberes da culinária do estado darão o tom do projeto "Cozinha Viva".

Nesta sexta, a chef Bernardete, do Norte de Minas, preparou um arroz caldoso com carne de sol na manteiga de garrafa, pequi e farofa crocante de baru. Outra atração do dia, o chef Highlander apresentou um risoto de pinhão com truta espalmada produzidos na Serra da Mantiqueira. Já no sábado, será vez da

Cozinha do Jequitinhonha, com o chef Michel Abras e seu prato "Aconchego de Vó Zariha" (linguiça caipira ao molho de rapadura e capim santo com queijão moreno, farofinha de andu verde e arroz de quintal).

Também nesta sexta-feira, em parceria com o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG), será apresentado o projeto "Patrimônio para Colecionar".

Trata-se de cartões-postais com um breve resumo dos Cadernos do Patrimônio do Iepha e com um QR code que direciona a baixar gratuitamente os conteúdos.

Os cards ficarão expostos no prédio do Iepha, na Praça da Liberdade, e em outros equipamentos do estado.

Ainda dentro da programação deste primeiro dia do MTM, o jornalista e gestor cultural Afonso Borges, diretor-presidente da Associação Cultural Sempre um Papo, a exemplo do que ocorreu na World Travel Market (WTM) Latin America, em meados deste mês, fala sobre o calendário dos fes-

tivais literários de Araxá (19 a 23/6), Paracatu (28/8 a 1/9) e Itabira (30/10 a 3/11).

Em outra atividade no estande, o sommelier de água Rodrigo Rezende irá abordar a diferença existente entre os diversos tipos e como ela pode ser harmonizada com as refeições.

Outra importante agenda do Governo de Minas no Minas Travel Market, a plataforma Invest Minas Tur, da Agência de Investimentos e Promoção Invest Minas, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG), foi divulgada para o mercado nacional.

A Invest Minas Tur será um facilitador para a atração de investimentos no setor, uma vez que possibilitará uma conexão direta dos investidores com potenciais parceiros.

Os músicos Rodrigo Borges e Ian Guedes, que carregam em seus sobrenomes o legado do Clube da Esquina, encerram o dia no estande do Governo de Minas com um show cujo repertório encontra a mineiridade em notas e acordes.

Sotreq

CAT

SOTREQ S.A.
CNPJ/MF nº 34.151.100/0002-11

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, as Demonstrações dos Resultados do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023, acompanhado das Notas Explicativas. Rio de Janeiro/RJ, 25/04/2024. A Diretoria

Balanços patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)					Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Circulante		4.228.084	4.579.109	4.749.390	4.993.945	Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	1.093.314	1.296.769	1.104.478	1.303.705
Caixa e equivalentes de caixa	6	244.231	138.084	581.009	412.623	Depreciações - Imobilizado	84.269	63.829	84.298	63.882
Títulos e valores mobiliários	7	258.678	42.867	258.678	42.867	Amortizações - Intangível	490	1.023	490	1.023
Contas a receber	8	1.301.775	1.134.926	1.358.674	1.123.793	Depreciações - Ativo de direito de uso	22.538	20.063	22.538	20.063
Estoques	9	1.911.157	2.556.009	2.027.696	2.682.658	Resultado líquido na baixa de ativo de direito de uso	-	(43)	-	(43)
Adiantamentos a fornecedores	10	218.700	253.947	227.949	266.346	Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	94.271	43.211	94.271	43.276
Tributos a recuperar	11	188.650	310.535	189.578	311.885	Resultado líquido na venda de ativo fixo e bens de aluguel	(23.881)	(21.559)	(23.881)	(21.559)
Outras contas a receber		104.893	142.741	105.806	153.773	Resultado de equivalência patrimonial	(39.992)	(16.490)	-	(8.192)
Não circulante		2.030.641	1.626.367	1.849.484	1.474.609	Provisão para contingências	25.086	45.362	25.086	45.362
Tributos a recuperar	11	619.177	500.320	619.177	500.320	Varição cambial	8.172	(5.699)	(17.805)	160
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	52.042	15.225	52.042	15.225	Provisão (reversão) de juros sobre debêntures	6.890	(2.799)	6.890	(2.799)
Debêntures a receber de partes relacionadas	33	180.430	13.848	180.430	13.848	Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(1.083)	6.635	(1.190)	6.046
Depósitos judiciais e cauções	21,2	67.546	57.080	67.546	57.080	Atualização monetária de depósitos judiciais	(7.085)	(4.709)	(7.085)	(4.709)
Investimentos	12	181.275	151.961	-	-	Provisão (reversão) para perda de estoques	4.785	1.224	(3.244)	(608)
Participações em fundos de investimentos	13	26.623	-	26.623	-	Provisão incentivo de longo prazo diretoria	17.989	11.205	17.989	11.205
Imobilizado	14	425.728	408.392	425.846	408.595	Provisão (reversão) decorrente dos contratos de Swap	15.474	(7.764)	15.474	(7.764)
Intangível	15	359.200	358.032	359.200	358.032		1.301.237	1.430.258	1.318.309	1.449.048
Ativo de direito de uso	16	118.620	121.509	118.620	121.509	Varição nos ativos e passivos				
Total do ativo		6.258.725	6.205.476	6.598.874	6.468.554	Contas a receber	(165.196)	(271.192)	(233.841)	(178.254)
Passivo						Estoques	640.067	(1.278.479)	658.206	(1.151.765)
Circulante		2.820.978	3.509.050	3.161.127	3.772.128	Adiantamentos a fornecedores	35.247	(101.680)	38.397	(76.917)
Fornecedores	17	1.346.402	1.895.025	1.594.468	1.996.090	Tributos a recuperar	3.028	(248.002)	3.450	(238.917)
Caterpillar		1.186.600	1.355.546	1.391.628	1.370.726	Depósitos judiciais e cauções	(3.381)	(3.778)	(3.381)	(3.778)
Terceiros		157.829	538.688	200.867	624.573	Outros ativos	37.848	(3.540)	47.967	(8.634)
Partes relacionadas	33	1.973	791	1.973	791	Varição cambial sobre ativos				
Obrigações com arrendamentos	16	20.944	18.755	20.944	18.755	Fornecedores	(560.037)	481.157	(386.339)	451.624
Empréstimos e financiamentos	18	369.276	252.381	369.276	252.381	Adiantamentos de clientes	27.523	(134.138)	(42.028)	(125.929)
Instrumentos financeiros derivativos		540	-	540	-	Programa de participação	(25.813)	36.583	(25.813)	31.716
Adiantamentos de clientes	19	129.731	102.208	213.057	255.085	Encargos sociais e trabalhistas	12.296	18.904	12.296	16.741
Encargos sociais e trabalhistas		104.037	91.741	104.037	91.741	Tributos a recolher	(175.160)	149.702	(176.037)	152.924
Participação de empregados no resultado		183.476	209.289	183.476	209.289	Outros passivos	108.210	93.610	110.809	89.413
Tributos a recolher	20	102.112	98.130	106.567	105.563	Varição cambial sobre passivos				
Dividendos e juros / capital próprio a pagar	24	118.150	512.500	118.150	512.500	Cisão parcial de ativos e passivos com redução de capital				
Receita diferida	24	131.146	74.785	131.146	74.785	Imposto de renda e contribuição social pagos	(95.312)	(348.466)	(108.577)	(358.129)
Debêntures a pagar à partes relacionadas	33	9.902	13.238	9.902	13.238	Juros sobre arrendamento de direito de uso	13.079	10.911	13.079	10.911
Outras contas a pagar		305.262	240.998	309.564	242.701	Juros recebidos através de derivativos		9.365		9.365
Não circulante		772.897	591.993	772.897	591.993	Juros pagos através de derivativos	(14.934)	-	(14.934)	-
Parte relacionadas a pagar	33	2.086	-	2.086	-	Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(90.707)	(46.345)	(90.707)	(50.377)
Obrigações com arrendamentos	16	110.390	112.959	110.390	112.959	Recebimento de juros de debêntures - partes relacionadas		6.241		6.241
Empréstimos e financiamentos	18	98.039	245.166	98.039	245.166	Pagamentos de juros de debêntures - partes relacionadas	(20.555)	-	(20.555)	-
Debêntures a pagar à partes relacionadas	33	348.414	51.041	348.414	51.041	Caixa líquido gerado pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	1.027.440	(198.889)	1.109.144	(7.374)
Tributos a recolher	20	1.326	845	1.326	845	Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Provisão incentivo de longo prazo diretoria	28	36.746	18.757	36.746	18.757	Recebimento de dividendos		23		-
Receita diferida		37.316	49.731	37.316	49.731	Venda de Imobilizado	32.277	119.181	32.312	119.145
Provisões para contingências	21,1	138.580	113.494	138.580	113.494	Aquisição de participação em fundo de investimento	(26.623)	-	(26.623)	-
Patrimônio líquido		2.664.850	2.104.433	2.664.850	2.104.433	Aquisição de imobilizado	(110.021)	(283.933)	(110.000)	(283.980)
Capital social	23	1.811.076	1.051.666	1.811.076	1.051.666	Aquisição de intangível	(1.638)	(6.553)	(1.638)	(6.553)
Reservas de lucros		812.073	1.000.388	812.073	1.000.388	Títulos e valores mobiliários	(215.811)	392.987	(215.811)	392.987
Ajustes de conversão de investida no exterior		41.701	52.379	41.701	52.379	Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimentos	(321.816)	221.705	(321.760)	221.599
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		2.664.850	2.104.433	2.664.850	2.104.433	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Participações de acionistas não controladores		-	-	-	-	Aquisição de empréstimos	785.431	140.415	785.431	140.415
Total do passivo e patrimônio líquido		6.258.725	6.205.476	6.598.874	6.468.554	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(814.469)	(140.748)	(814.469)	(247.985)
						Emissão de debêntures para partes relacionadas	296.616	8.073	296.616	8.073
						Resgate de debêntures de partes relacionadas	(308.528)	-	(308.528)	-
						Recebimentos de empréstimos através de debêntures - partes relacionadas	8.000	-	8.000	-
						Pagamentos de empréstimos através de debêntures - partes relacionadas	(154.968)	(13.790)	(154.968)	(13.790)
						Pagamentos de arrendamentos de ativo direito de uso	(33.108)	(28.186)	(33.108)	(28.186)
						Pagamentos de dividendos e JCP	(292.913)	(245.440)	(292.913)	(245.440)
						Compra de ações em tesouraria	(85.538)	-	(85.538)	-
						(+/-) Variação da participação dos acionistas minoritários		-		(12)
						Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(599.477)	(279.676)	(599.477)	(386.925)
						Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	106.147	(256.860)	187.907	(172.700)
						Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	138.084	394.944	412.623	598.089
						Ajuste de conversão				(19.521)
						Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	244.231	138.084	581.009	412.623
						Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	106.147	(256.860)	187.907	(172.700)

Demonstrações dos resultados em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)					Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)					
Receita operacional, líquida	Nota	Controladora		Consolidado		Lucro do exercício	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Custos das vendas e dos serviços prestados	26	(7.805.908)	(7.329.009)	(9.235.659)	(8.171.855)	Outros componentes do resultado abrangente	876.046	1.171.651	876.046	1.171.651
Lucro bruto		2.591.456	2.669.803	2.679.706	2.702.564	Ajustes de conversão de investida no exterior	(10.678)	(9.896)	(10.678)	(9.896)
Receitas (despesas) operacionais						Total do resultado abrangente do exercício	865.368	1.161.755	865.368	1.161.755
Despesas com vendas	27	(175.470)	(164.129)	(176.577)	(165.079)	Atribuível a				
Despesas gerais e administrativas	28	(1.389.772)	(1.287.311)	(1.406.757)	(1.303.375)	Acionistas da Companhia			865.368	1.161.755
Outras receitas operacionais, líquidas	30	93.090	57.347	93.104	57.516	Acionistas não controladores			-	-
Lucro operacional		1.119.304	1.275.710	1.189.476	1.291.626	Resultado do exercício			865.368	1.161.755
Equivalência patrimonial	12	39.992	16.490	-	8.192					
Resultado financeiro										
Despesas financeiras	31	(192.786)	(116.008)	(212.599)	(123.718)					
Receitas financeiras	31	126.804	120.577	127.601	127.605					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(65.982)	4.569	(84.998)	3.887					
Imposto de renda e contribuição social	32	1.093.314	1.296.769	1.104.478	1.303.705					
Lucro do exercício		(217.268)	(125.118)	(228.432)	(132.054)					
Atribuível a		876.046	1.171.651	876.046	1.171.651					
Acionistas da Companhia				876.046	1.171.651					
Acionistas não controladores				-	-					
Resultado do exercício				876.046	1.171.651					

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)										
Saldo em 31/12/2021	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Participação de não controladores	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Retenção de lucros					
Lucro do exercício			38.582	143.179	442.416	-	62.275	1.921.726	12	1.921.738
Ajuste de conversão de investida localizada no exterior			-	-	-	1.171.651	-	1.171.651	-	1.171.651
Cisão parcial da Companhia (Nota 1.1)	(183.608)		-	-	-	-	(9.896)	(9.896)	-	(9.896)
Distribuição de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório de 2021			-	-	(245.440)	-	-	(245.440)	-	(245.440)
Destinações:										
Constituição de reserva legal			58.583	-	-	(58.583)	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal Lei 12.973/94 - Artigo 30			-	616.231	-	(616.231)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucro			-	-	63.399	(63.399)	-</			



do relatório. a) **Imposto de renda em subsidiária no exterior.** A controlada no exterior Handels está sujeita às regras e benefícios tributários do país onde está sediada, Áustria. Conforme *Tax Ruling* obtido em 24/05/2022, com validade até 31/12/2024, a Companhia calcula o imposto de renda corrente sobre uma base percentual de 2,75% da receita operacional líquida anual. Após considerar determinadas despesas e receitas financeiras, nesse valor aplica-se a alíquota de imposto de renda na Áustria de 25%. O prazo de declaração do imposto de renda na Áustria é de 16 meses após o término do ano fiscal. Os pagamentos trimestrais (adiantamentos) são exigidos durante o exercício fiscal com base na última declaração de imposto de renda apresentada. Em 31/12/2023, a Handels possui US\$920 (US\$1.425 em 2022) de imposto de renda a pagar que se referem aos exercícios de 2023 e 2022. b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos.** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, se reconhecidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos ou passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Os decorrentes créditos tributários serão registrados somente quando a Companhia apresentar histórico e projeções de lucros tributários. Em 31 de dezembro não há saldo de prejuízo fiscal e base negativa não registrados. c) **Tributos sobre prestação de serviços e vendas.** O Grupo está sujeito, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) de 0,65% e 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3% e 7,6%; • Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 4% a 20%. Esses tributos são apresentados como deduções dos juros prestados e de vendas na demonstração do resultado. **2.9. Instrumentos financeiros.** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros.** a) **Classificação e mensuração.** A avaliação dos ativos financeiros do Grupo está detalhada na tabela abaixo:

Ativos financeiros	DF Grupo	Categoria do ativo
Disponibilidades	Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Aplicações financeiras compromissadas	Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado
Contas a receber	Contas a receber de clientes operacionais e partes relacionadas	Custo amortizado
Adiantamentos a fornecedores	Adiantamentos a fornecedores	Custo amortizado
Debêntures a receber	Debêntures a receber	Custo amortizado
Depósitos judiciais e cauções	Depósitos judiciais	Valor justo por meio do resultado

b) **Redução ao valor recuperável.** O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, caso em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão (Nota 3.2.a). c) **Desreconhecimento (baixa).** Um ativo financeiro é baixado principalmente quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem. • O Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, e um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo. **Passivos financeiros.** a) **Classificação e mensuração.** Os principais passivos financeiros do Grupo são contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas, outras contas a pagar, empréstimos, obrigações com arrendamentos, adiantamentos de clientes, dividendos e JCP a pagar e debêntures a pagar. Estes foram classificados como "outros passivos financeiros", sendo inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos da transação. Estes passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base na taxa efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período em questão. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados pela vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) por um período menor de tempo, para o valor contábil líquido no reconhecimento inicial. b) **Desreconhecimento (baixa).** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Instrumentos financeiros - apresentação líquida.** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.10. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge.** O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos como contratos a termo de moeda e swaps para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses e, como ativo ou passivo circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses. Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. As variações no valor justo de derivativos são registradas na demonstração do resultado como "Resultado financeiro" (Nota 3.1). A Administração não se utiliza de seus derivativos para especulação financeira, mas para proteção dos seus empréstimos, os quais serão liquidados na data de seus vencimentos. A Administração não está divulgando derivativos marcados a mercado. **2.11. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.12. Títulos e valores mobiliários.** É composto por recursos aplicados em fundos de investimentos e são registrados pelo valor das cotas divulgado pelo administrador dos fundos e são classificados ao custo amortizado. **2.13. Contas a receber.** As contas a receber correspondem aos saldos a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Quando necessário o valor de contas a receber é corrigido pela provisão para crédito de liquidação duvidosa. A Administração da Companhia não provisiona para perda contábil a receber com partes relacionadas. **2.14. Estoques.** Os estoques são demonstrados e valorizados ao menor valor entre o custo médio apurado a cada nova compra e o valor líquido de realização, ou o custo de reposição, exceto máquinas, que são demonstradas ao custo de aquisição, que é inferior ao valor líquido de realização. As ordens de serviços em andamento correspondem a custos com reparos e manutenção de equipamentos, incluindo mão-de-obra e, quando aplicável, peças para revenda, e são apropriadas ao resultado quando da conclusão dos serviços. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados necessários para a realização da venda. **2.15. Participações em fundos de investimentos.** É composto por recursos aplicados em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), são registrados pelo valor das cotas divulgado pelo administrador dos fundos e são classificados ao custo amortizado. **2.16. Imobilizado.** O imobilizado é apresentado pelo seu custo histórico, líquido de depreciação acumulada ou perdas acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado em 'Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas'. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado. **2.17. Ativos intangíveis.** Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Quando aplicável, ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.18. Arrendamento mercantil.** Grupo como Arrendatário. **Grupo como Arrendatário.** Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer novo reconhecimento dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamentos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do contrato de arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 3.3. **Passivos de arrendamento.** Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início. O passivo de arrendamento foi calculado com base na taxa incremental (Nota 3.2.g e 16). **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor.** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, contratos de arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **Grupo como Arrendador.** O Grupo possui contratos de arrendamentos operacionais de equipamentos alugados, portanto se caracteriza como um arrendador. Na data de início, o Grupo reconhece os ativos mantidos em arrendamento operacional em seu balanço patrimonial como recebível ao valor equivalente ao investimento líquido no arrendamento. Os custos diretos iniciais estão incluídos na mensuração inicial do investimento líquido no arrendamento e reduzem o valor da receita reconhecida ao longo do prazo do arrendamento. **2.19. Benefícios a empregados.** O Grupo concede a todos os empregados um bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, o qual está vinculado ao alcance de objetivos específicos, baseado no cumprimento de metas individuais e corporativas, estabelecido e acordado no início de cada ano e reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). **2.20. Custos de empréstimos.** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **2.21. Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data da emissão das demonstrações contábeis.** A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante.** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (CPC 26), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações entram em vigor a partir de 1º/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia não espera alterações com adoção dessa norma. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7.** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (CPC 03 (R2)) e IFRS 7 (CPC 40 (R1)), de forma a esclarecer e divulgar os acordos de financiamentos de fornecedores. As alterações entram em vigor a partir de 1º/01/2024. A Companhia não espera alterações com adoção dessa norma. **Alterações ao IFRS 16: Passivo de locação em um Sale and Leaseback.** Em setembro de 2022, o IASB emitiu alteração ao IFRS 16 (CPC 06) de forma a especificar os requisitos que os arrendatários devem usar na mensuração da responsabilidade de locação em uma transação de *sale and leaseback*. Isso objetiva garantir que os arrendatários não reconheçam ganhos ou perdas relacionadas aos ativos de direitos de usos que eles possuem. As alterações entram em vigor a partir de 1º/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* que foram negociadas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. A Companhia não espera alterações com adoção dessa norma. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas provisões e estimativas contábeis. As provisões e estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes daqueles registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas provisões, estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3.1. Provisões.** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **3.2. Estimativas e premissas contábeis críticas.** Com base em premissas, são feitas estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais, exceto no caso do imobilizado. As estimativas estão contempladas abaixo. a) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (CLD).** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento do Grupo sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber. A Administração avalia o risco de cliente e o efeito sobre o cliente a receber a vencer e vencido, quando aplicável. A Companhia não tem por prática a construção de provisão para créditos de liquidação duvidosa, saldos a receber com partes relacionadas, uma vez que entende que não há risco. b) **Vida útil do imobilizado.** A Administração do Grupo, com base em laudos de especialistas internos, revisa anualmente as vidas úteis de suas máquinas, motores e equipamentos de aluguel, bem como os valores residuais desses itens, de forma a calcular e contabilizar a depreciação com base em novas taxas de depreciação e apurar novo valor residual do bem quando ocorrer sua baixa por venda. A vida útil dos ativos classificados no imobilizado reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pelas empresas do Grupo. c) **Provisões para risco tributário, cível e trabalhista.** Quando necessário, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração do Grupo, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências sobre as obrigações de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária. d) **Valores justos de derivativos e outros instrumentos financeiros.** Os valores dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos são determinados mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir as premissas. A Administração não se utiliza de seus derivativos para especulação financeira, mas para proteção dos seus empréstimos, os quais serão liquidados na data de seus vencimentos. A Administração não está divulgando derivativos marcados a mercado. e) **Provisão para garantia.** A Administração reconhece, no momento da venda, provisão para garantia de manutenção sobre as máquinas e equipamentos vendidos ao mercado de construção e mineração na proporção de 0,43% a 0,85%, respectivamente sobre o valor de venda da nota fiscal. f) **Provisão para obsolescência de estoque.** A Administração da Companhia revisa mensalmente o grau de obsolescência do seu estoque. Tal revisão é suportada com mudança no ambiente econômico em que ele se encontra e no tempo em que ele ficará obsoleto. Com base nessa revisão, a Administração constitui provisão de perda em estoque para os produtos com mais de 6 meses sem utilização. g) **Estimativa da taxa incremental.** O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no contrato de arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre os empréstimos para mensurar os passivos de arrendamentos. A taxa incremental é a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir empréstimo, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Em 31/12/2023 a taxa incremental média foi de 0,8081% a.m. (0,7622% a.m. em 2022). **3.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, incluindo intangíveis de vida útil econômica indefinida e ágio por expectativa de rentabilidade futura, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de necessidade de constituição de provisão para recuperação do ativo - *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Neste caso, uma perda por *impairment* será reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Não foram identificados indicadores de *impairment* nos exercícios de 2023 e 2022. **4. Gestão de risco financeiro.** **4.1. Fatores de risco financeiro.** As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais

efeitos adversos no desempenho financeiro do mesmo. A gestão de risco é realizada pelo Departamento Financeiro central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Diretoria Financeira. A Administração estabeleceu princípios para a gestão de risco global, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa. a) **Risco de mercado.** i) **Risco cambial.** O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar americano. O risco cambial decorre de operações comerciais, compras de equipamentos e empréstimos reconhecidos, mantidos em moeda diferente à moeda funcional. A Administração estabeleceu uma política que exige que seja administrado seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Caso as operações estejam expostas ao risco cambial, será requerido a proteção de suas posições via contratação de instrumentos financeiros derivativos, efetuadas sob a orientação do Departamento Financeiro do Grupo. Durante o ano de 2023, o Grupo possuía derivativos para proteger, principalmente, empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia atualiza as operações de *swap/hedge* pela taxa do fechamento mensal (taxa do dólar publicada pelo Banco Central) e avalia regularmente a variação em relação ao valor justo. As operações de derivativos foram contratadas trocando a exposição em moeda estrangeira por reais acrescidos de taxa de juros atrelada ao CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). Tais instrumentos possuem os mesmos vencimentos e os mesmos valores de referência correspondentes aos valores expostos em moeda estrangeira. A intenção da Companhia é de liquidar tais operações em conjunto. A Administração acompanha regularmente o valor justo de tais instrumentos e avalia o impacto do seu registro contábil. ii) **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros.** Considerando que o Grupo não possui ativos significativos em que incidam juros, exceto as debêntures com partes relacionadas, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Em 31/12/2023, a Companhia possui derivativos contratados para proteger a variação do CDI de seus empréstimos, reduzindo assim a exposição. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratação para proteger-se contra o risco de volatilidade nas taxas de juros. b) **Risco de crédito.** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, partes relacionadas, crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A análise de crédito é composta por relatório do Gestor de Crédito da SERASA, que fornece os dados econômico-financeiros, referências comerciais e bancárias, composição societária, classificação de risco, etc., e complementado com a emissão da ficha de crédito, a qual é preenchida com o histórico financeiro do cliente junto à Companhia, o potencial, a estratégia junto ao mercado e o relacionamento de acordo com a visão da área comercial e financeira. O comitê de crédito é composto por diversos níveis de hierarquia, sempre cumulativa, para as quais é atribuída uma autonomia diferenciada. Cada integrante do comitê emite um parecer com base nos dados apresentados e se favorável, o crédito é aprovado. Quando se tem um parecer negativo, ainda se pode emitir uma defesa para os pontos citados como impeditivos e submeter para nova análise do comitê de crédito. Não há liberação de crédito fora da política do Grupo e a Administração entende que as perdas decorrentes de inadimplência dessas contrapartes estão suportadas pela provisão para crédito de liquidação duvidosa. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. As inadimplências ainda não recuperadas foram devidamente provisionadas. Nenhum dos ativos financeiros adimplentes do Grupo foram renegociados no último exercício. Adicionalmente, nenhum dos empréstimos com partes relacionadas estão vencidos ou *impaired*. c) **Risco de liquidez.** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro do Grupo. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamentos da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa mantido pelo Grupo, além do saldo exigido para Administração do capital circulante, é investido em certificados de depósitos bancários de curto prazo e fundos de investimentos. No encerramento do exercício de 2023, o Grupo mantinha aplicações de curto prazo (segregado entre equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários) de R\$480.854 (R\$146.042 em 2022) que se espera serem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31/12/2023						
Empréstimos e financiamentos (i)	369.276	79.676	18.363	369.276	79.676	18.363
Fornecedores e outras obrigações	1.651.664	-	-	1.904.032	-	-
Em 31/12/2022						
Empréstimos e financiamentos (i)	251.521	150.077	95.949	251.521	150.077	95.949
Fornecedores e outras obrigações	2.136.023	-	-	2.238.791	-	-

(i) O quadro acima demonstra uma estimativa dos empréstimos sem considerar os juros. **4.2. Gestão de capital.** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em 2023, a estratégia do Grupo foi de manter a premissa do índice de alavancagem financeira entre 35% e 45% e uma classificação de crédito, porém houve redução da dívida líquida devido ao redução dos fornecedores e do aumento do caixa, conforme demonstrado na tabela abaixo, resultando em um aumento do índice de alavancagem financeira. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 18)	467.315	497.547	467.315	497.547
Fornecedores e outras contas a pagar	1.651.664	2.136.023	1.904.032	2.238.791
Menos: caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (Nota 6 e 7)	(502.909)	(180.951)	(839.687)	(455.490)
Dívida líquida	1.616.070	2.452.619	1.531.660	2.280.848
Total do patrimônio líquido	2.664.850	2.104.433	2.664.850	2.104.433
Total do capital	4.280.920	4.557.052	4.196.510	4.385.281
Índice de alavancagem financeira - %	38%	54%	36%	52%

	Controladora				Consolidado			
	Ativo financeiro ao valor justo	Custo amortizado	Ativo financeiro ao valor justo	Custo amortizado	Ativo financeiro ao valor justo	Custo amortizado	Ativo financeiro ao valor justo	Custo amortizado
31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Ativos								
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	-	244.231	138.084	-	-	531.009	412.623	
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	-	258.678	42.867	-	-	258.678	42.867	
Contas a receber (Nota 8)	-	1.301.775	1.134.926	-	-	1.358.674	1.123.793	
Adiantamentos a fornecedores (Nota 10)	-	218.700	253.947	-	-	227.949	266.346	
Outras contas a receber	-	104.893	142.741	-	-	105.806	153.773	
Depósitos judiciais e cauções (Nota 21.2)	67.546	57.080	-	67.546	57.080	-	-	
Debêntures a receber (Nota 33)	-	-	180.430	13.848	-	-	180.430	13.848
	67.546	57.080	2.308.707	1.726.413	67.546	57.080	2.712.546	2.013.250
Passivo financeiro a valor justo								
31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Outros passivos financeiros								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	1.653.750	2.136.023	-	-	1.906.118	2.238.791	
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	-	467.315	497.547	-	-	467.315	497.547	
Operações com arrendamentos (Nota 16)	-	131.334	131.714	-	-	131.334	131.714	
Instrumentos financeiros derivativos	540	-	-	540	-	-	-	
Adiantamentos de clientes (Nota 19)	-	129.731	102.208	-	-	213.057	255.085	
Dividendos a pagar (Nota 24)	-	118.150	512.500	-	-	118.150	512.500	
Debêntures a pagar (Nota 33)	-	358.316	64.279	-	-	358.316	64.279	
	540	2.658.596	3.444.271	540	-	3.194.290	3.699.916	

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Recursos em espécie e banco	22.055	34.909	358.833	309.448
Aplicações financeiras compromissadas	222.176	103.175	222.176	103.175
	244.231	138.084	581.009	412.623

Em 31/12/2023, os equivalentes de caixa são compostos principalmente por aplicações financeiras compromissadas e pelo excesso da posição de caixa aplicada após o fechamento do mercado até a abertura do próximo dia útil. As operações compromissadas são operações com o compromisso do vendedor, normalmente um banco de primeira linha, em recomprar a aplicação por um preço especificado em uma data futura determinada, e a maioria delas possui taxas flutuantes de liquidez diária (CDI - Certificado de Depósito Interbancário). As operações compromissadas foram remuneradas a uma taxa média de 86% do CDI para 2023 e 2022. **7. Títulos e valores mobiliários**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Títulos públicos - Letras Financeiras (LF)	11.661	-	11.661	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB)				



o valor total foi de R\$148.575, liquidado no primeiro semestre de 2023. Em 2023, o valor total foi de R\$157.593, com liquidação prevista para o primeiro semestre de 2024. A análise da realização dos adiantamentos de fornecedores da Companhia está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Realizados em até três meses	166.832	191.814		
Realizados de três a seis meses	5.001	23.973		
Realizados acima de seis meses (i)	46.867	38.160		
	218.700	253.947		

(i) Em realizados acima de seis meses, o montante de R\$39.741 (R\$20.460 em 2022) se refere à operação de despachante, onde R\$20.754 estão registrados no fornecedor Soimpex, para os processos de importações.

11. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante				
ICMS a recuperar (i) e (iv)	126.042	100.565	126.042	100.565
PIS e COFINS a recuperar (ii)	28.012	11.305	28.012	11.305
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (iii)	25.159	174.713	25.159	174.713
INSS retido na fonte a compensar	9.060	22.428	9.060	22.428
IPI a recuperar	39	1.186	39	1.186
Demais tributos a recuperar	338	338	1.266	1.688
	188.650	310.535	189.578	311.885
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar (iv)	604.908	488.133	604.908	488.133
INSS retido na fonte a compensar	12.187	12.187	12.187	12.187
IPI a recuperar	2.082	-	2.082	-
	619.177	500.320	619.177	500.320
	807.827	810.855	808.755	812.205

(i) A variação entre os anos de 2022 e 2023 do saldo de ICMS na Companhia ocorreu devido ao aumento do crédito presumido de máquinas que é tomado na saída das filiais de SP e PR, impactando no aumento do saldo do ICMS a recuperar. (ii) Em 2022 refere-se a créditos extemporâneos no montante de R\$27.510 nas operações de compras de insumos, despesas e serviços do período de 2021 a 2022. Em 2023 foi feito novo levantamento no montante de R\$47.629 nas operações de compras de insumos e sobre despesas abrangendo o período de 2018 a 2023. A situação destes créditos de "incontroverso" consiste em despesas que perfazem com exatidão ao conceito de insumo definido pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Resp. nº 1.221.170, que definiu que "o insumo deve ser aferido com base nos critérios de essencialidade e relevância de um determinado bem ou serviço para o desenvolvimento da atividade fim do contribuinte. Em 2023 a Companhia se utilizou de tais créditos no valor de R\$26.086 (R\$27.765 em 2022) a título de compensação do débito resultante na apuração mensal do PIS/COFINS. (iii) Em 2023 a Companhia constituiu saldo negativo de IRPJ e CSLL no montante de R\$1.456 (R\$2.084 em 2022) a título de Lei de Incentivo à Inovação e ao Desenvolvimento Tecnológico - Lei 11.196/05 referente ao exercício de 2022. Além disso, a Companhia constituiu saldo negativo no montante de R\$17.061 (R\$149.248 em 2022) a título de subvenção de investimentos amparados pela Lei Complementar 160/2017 retroativos aos exercícios de 2022 e 2023. O montante da atualização Selic aplicada ao valor a recuperar foi de R\$6.642 (R\$22.398 em 2022) e foi registrado em resultado financeiro (Nota 31). Estes créditos serão compensados em 2024 via Per/Comp pela Companhia. (iv) Em 2023, a Companhia reconheceu no balanço o montante de R\$108.352 (R\$89.223 em 2022) de provisão e R\$45.500 (R\$61.537 em 2022) de compensações, resultando no montante líquido de R\$62.852 (R\$27.686 em 2022) em ICMS a recuperar de longo prazo, provenientes do levantamento dos valores do período de 2013 a 2023, relativos ao ressarcimento do ICMS-ST nas operações de compras, vendas e transferências de peças. O direito de ressarcimento do ICMS substituição tributária está previsto no Convênio 142/2018, bem como nos regulamentos de ICMS dos Estados e é devido quando o contribuinte realiza operações interestaduais com mercadorias já alcançada pela substituição tributária e em operações internas quando a base de cálculo presumida pelo Fisco não é efetivada, ou seja, o contribuinte tem direito à diferença entre o valor do tributo recolhido e aquele efetivamente devido no momento da venda. Desde 2017 a Administração vem apresentando ao Fisco documentação que suporta a realização e a compensação do saldo (Nota 26). **12. Investimentos em controladas.** A composição do saldo de investimento está assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldos em 01/01/2022	13.690	22.737	13.690	22.737
Aquisição	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	-	(1.900)	-	(1.900)
Baixa de depreciação	-	4	-	4
Transferências	-	1.452	-	1.452
Saldos em 31/12/2022	13.690	22.293	13.690	22.293
Em 31/12/2022				
Custo	13.690	122.741	205.010	18.048
Depreciação acumulada	-	(100.448)	(124.811)	(6.666)
Saldo contábil, líquido	13.690	22.293	80.199	11.382
Saldos em 01/01/2023	13.690	22.293	80.199	11.382
Aquisição	-	27	-	27.884
Baixas	-	-	-	(925)
Depreciação	-	-	-	(2.061)
Baixa de depreciação	-	-	-	(15.109)
Transferências	-	9.795	-	-
Saldos em 31/12/2023	13.690	30.054	94.415	15.627
Em 31/12/2023				
Custo	13.690	132.563	231.969	21.784
Depreciação acumulada	-	(102.509)	(137.554)	(6.164)
Saldo contábil, líquido	13.690	30.054	94.415	15.627
Taxas anuais de depreciação	-	4%	10% a 20%	20%

(i) A Companhia registrou como equivalência patrimonial o valor de R\$8.192 referente a controlada Somov S.A., que até 30/04/2022 ainda fazia parte do Grupo. Em 02/05/2022, a Companhia cindiu integralmente o investimento detido naquela data da controlada Somov e também controlada da Pertos Ltda., SotreqPar S.A., no montante de R\$130.086 (Nota 1.1). Assim, a empresa Somov passa a ser controlada integralmente pela SotreqPar, com 99,99% da participação acionária. E, a partir de 05/2022 a Companhia possuiu como controlada direta apenas o investimento na Sotreq Handels GmbH. b) **Informação sobre investidas.** Investimentos diretos

	Somov		Sotreq Handels		Total
	2023	2022	2023	2022	
Saldo em 31/12/2021	121.894	153.559	153.559	275.453	
Ajuste de conversão de investida localizada no exterior	-	-	(9.896)	(9.896)	
Cisão com saldo de investimento de controlada (i)	(130.086)	-	-	(130.086)	
Equivalência patrimonial (i)	8.192	8.298	8.298	16.490	
Saldo em 31/12/2022	-	-	151.961	151.961	
Ajuste de conversão de investida localizada no exterior	-	-	(10.678)	(10.678)	
Equivalência patrimonial	-	-	39.992	39.992	
Saldo em 31/12/2023	-	-	181.275	181.275	

(i) Em 2022, a Companhia registrou como equivalência patrimonial o valor de R\$8.192 referente a controlada Somov S.A., que até 30/04/2022 ainda fazia parte do Grupo. Em 02/05/2022, a Companhia cindiu integralmente o investimento detido naquela data da controlada Somov e também controlada da Pertos Ltda., SotreqPar S.A., no montante de R\$130.086 (Nota 1.1). Assim, a empresa Somov passa a ser controlada integralmente pela SotreqPar, com 99,99% da participação acionária. E, a partir de 05/2022 a Companhia possuiu como controlada direta apenas o investimento na Sotreq Handels GmbH. b) **Informação sobre investidas.** Investimentos diretos

	Somov S.A.		Sotreq Handels GmbH		Total
	2023	2022	2023	2022	
31/12/2023	%		Ativos	Passivos	Patrimônio líquido
Sotreq Handels GmbH	100,00%	565.852	384.577	181.275	39.992
31/12/2022	%		Ativos	Passivos	Patrimônio líquido
Sotreq Handels GmbH	0,00%	-	-	135.052	13.272
Sotreq Handels GmbH	100,00%	441.592	289.631	151.961	8.298

(i) A Somov S.A. está situada em Barueri/SP e tem como atividades o comércio, a indústria, a importação, a exportação e a representação comercial, de máquinas em geral e de suas partes, peças, acessórios e produtos de telecomunicações, bem como, o aluguel, a manutenção, o reparo e a prestação de serviços técnicos relacionados a esses produtos. A partir de 02/05/2022, em função de reestruturação societária, a Somov passou a ser controlada da SotreqPar, empresa do Grupo Sotreq (Nota 1.1). (ii) A Sotreq Handels GmbH está situada em Viena/Áustria e tem como atividade a venda e distribuição de equipamentos e máquinas produzidas pela Caterpillar Inc. e Américas Caterpillar CV no exterior, tendo como principais clientes, empresas dos segmentos de energia, mineração, óleo e gás. **13. Participações em fundos de investimentos.** Em 29/09/2023 foi constituído o Sotreq Fundo de Investimento em Direito Creditório (FIDC), sob a forma de condomínio fechado. O Fundo foi registrado perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nos termos da Instrução CVM 356/2001. O seu objetivo é proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aquisição de direitos creditórios elegíveis e de ativos financeiros. O patrimônio do FIDC é formado por 3 (três) classes de cotas, conforme descritas abaixo: (a) **Cotas seniores:** são aquelas que não se subordinam às demais classes de cotas ou, entre si, para efeito de amortização de principal e pagamentos de remuneração e resgate. (b) **Cotas subordinadas mezanino:** são aquelas que se subordinam às cotas seniores para efeito de amortização de principal e pagamentos de remuneração e resgate, porém têm prioridade em relação às cotas subordinadas junior para tais fins. Somente ocorrerá o resgate destas após o resgate das cotas seniores. (c) **Cotas subordinadas junior:** são aquelas que se subordinam às cotas seniores e às cotas subordinadas mezanino, para efeito de amortização de principal e pagamentos de remuneração e resgate. Somente ocorrerá o resgate destas após o resgate das cotas seniores e das cotas subordinadas mezanino. As cotas possuem valor unitário de emissão de R\$1. Todas as cotas terão direito de voto, correspondendo cada cota a um voto nas Assembleias Gerais. Podem participar do FIDC, na qualidade de cotistas, apenas investidores profissionais onde as cotas serão subscritas e integralizadas nos termos da Resolução CVM 160/2022. Em 05/10/2023 a Companhia adquiriu cotas subordinadas mezanino do FIDC no valor de R\$948.000 equivalentes a cotas de valor unitário de R\$1, como investidor profissional nos termos da Resolução CVM 30/2021, sendo R\$24.000 integralizados em 05/10/2023 e R\$24.000 integralizados em 31/10/2024. As cotas subordinadas mezanino serão valoradas diariamente até a data de resgate. A meta de remuneração será determinada por meio da apropriação diária, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, com taxa de 100% do CDI. A composição do saldo da participação do fundo de investimento no balanço da Companhia está assim apresentada:

	Controladora	
	2023	2022
Constituição do fundo	2.623	-
Integralização de cotas	24.000	-
Total de participação em fundo de investimento	26.623	-

Por sua vez, o FIDC adquiriu os direitos creditórios da Companhia durante o exercício de 2023, sendo o saldo em 31/12/2023 no montante de R\$6.369. Estes são créditos que a Companhia tem a receber, como, por exemplo, duplicatas a receber de clientes pela venda de produtos e/ou serviços. Essas dívidas são convertidas em títulos e vendidas ao FIDC por um desconto acordado entre as partes. Desta forma, o FIDC antecipa estes recebimentos à Companhia e os clientes irão pagar à dívida para o FIDC.

14. Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldos em 01/01/2022	13.690	22.737	13.690	22.737
Aquisição	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	-	(1.900)	-	(1.900)
Baixa de depreciação	-	4	-	4
Transferências	-	1.452	-	1.452
Saldos em 31/12/2022	13.690	22.293	13.690	22.293
Em 31/12/2022				
Custo	13.690	122.741	205.010	18.048
Depreciação acumulada	-	(100.448)	(124.811)	(6.666)
Saldo contábil, líquido	13.690	22.293	80.199	11.382
Saldos em 01/01/2023	13.690	22.293	80.199	11.382
Aquisição	-	27	-	27.884
Baixas	-	-	-	(925)
Depreciação	-	-	-	(2.061)
Baixa de depreciação	-	-	-	(15.109)
Transferências	-	9.795	-	-
Saldos em 31/12/2023	13.690	30.054	94.415	15.627
Em 31/12/2023				
Custo	13.690	132.563	231.969	21.784
Depreciação acumulada	-	(102.509)	(137.554)	(6.164)
Saldo contábil, líquido	13.690	30.054	94.415	15.627
Taxas anuais de depreciação	-	4%	10% a 20%	20%

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldos em 01/01/2022	13.690	22.737	13.690	22.737
Aquisição	-	-	-	-
Cisão de investimento em controlada - custo (Nota 1.1)	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	-	(1.900)	-	(1.900)
Cisão de investimento em controlada - depreciação (Nota 1.1)	-	-	-	-
Baixa de depreciação	-	4	-	4
Transferências	-	1.452	-	1.452
Saldos em 31/12/2022	13.690	22.293	13.690	22.293
Em 31/12/2022				
Custo	13.690	122.741	205.010	18.198
Depreciação acumulada	-	(100.448)	(124.811)	(6.746)
Saldo contábil, líquido	13.690	22.293	80.199	11.452
Saldos em 01/01/2023	13.690	22.293	80.199	11.452
Aquisição	-	27	-	27.884
Baixas	-	-	-	(925)
Depreciação	-	-	-	(2.061)
Baixa de depreciação	-	-	-	(15.109)
Transferências	-	9.795	-	-
Saldos em 31/12/2023	13.690	30.054	94.415	15.657
Em 31/12/2023				
Custo	13.690	132.563	231.969	21.923
Depreciação acumulada	-	(102.509)	(137.554)	(6.266)
Saldo contábil, líquido	13.690	30.054	94.415	15.657
Taxas anuais de depreciação	-	4%	10% a 20%	20%

15. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldos em 01/01/2022	1.762	350.736	1.762	350.736
Aquisições (i)	153	-	153	-
Amortização	(1.023)	-	(1.023)	-
Saldos em 31/12/2022	892	350.736	892	350.736
Em 31/12/2022				
Custo	35.445	350.736	4.131	4
Amortização acumulada	(34.553)	-	(4.131)	-
Saldo contábil, líquido	892	350.736	4	4
Saldos em 01/01/2023	892	350.736	4	4
Aquisições (ii)	38	-	-	1.638
Amortização	(490)	-	-	(490)
Baixa de amortização	20	-	-	20
Saldos em 31/12/2023	460	350.736	4	8.000
Em 31/12/2023				
Custo	35.483	350.736	-	4
Amortização acumulada	(35.023)	-	-	(35.023)
Saldo contábil, líquido	460	350.736	-	8.000
Taxas anuais de amortizações	20%	-	20%	-

(i) Aquisições e ágio pago na compra das ações Bauxite Equipamentos de Mineração do Brasil Ltda. e Marcosa S.A. - Máquinas e Equipamentos registrados no intangível em decorrência das incorporações destas empresas em 2012. Anualmente a Administração testa a recuperabilidade do ágio sem vida útil definida através de análise de fluxo de caixa. Não foi identificado necessidade de registro de provisão para recuperabilidade sobre ágio nos exercícios de 2023 e 2022. (ii) Durante o ano de 2022 a Companhia adquiriu o direito de distribuição da marca Valtra (Nota 1.2.1). Anualmente a Administração testa a recuperabilidade dos direitos de distribuições de marcas sem vida útil definida através de análise de fluxo de caixa. Não foi identificada necessidade de registro de provisão para recuperabilidade sobre os direitos de distribuições de marcas nos exercícios de 2023 e 2022. **16. Ativo de direito de uso e obrigações com arrendamentos.** Companhia como arrendatária. A Companhia possui contratos de arrendamentos financeiros, atuando como arrendatária no aluguel de imóvel e de equipamento. A seguir estão os valores contábeis registrados no ativo de direito de uso e a movimentação durante o período:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 31/12/2021	69.570	3.047	72.617	3.784
Adições	45.357	-	45.357	45.357
Depreciações	(19.239)	(824)	(20.063)	(19.239)
Baixas (i)	(414)	-	(414)	(414)
Recálculos das parcelas (ii)	24.012	-	24.012	24.012
Cisão de investimento em controlada (iii)	-	-	(2.350)	(737)
Saldo em 31/12/2022	119.286	2.223	121.509	119.286
Em 31/12/2022				
Adições	19.201	448	19.649	19.201
Depreciações	(21.891)	(647)	(22.538)	(21.891)
Saldo em				

Sotreq

CAT

SOTREQ S.A. CNPJ/MF nº 34.151.100/0002-11

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Reais, Dólares americanos.

19. Adiantamentos de clientes. Adiantamentos de clientes, referem-se a valores exigíveis em até 12 meses, decorrentes de pagamentos recebidos de forma antecipada, para a venda de máquinas, peças e motores a clientes que efetuaram a compra com prazo de entrega futura.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Máquinas (i), Peças e acessórios, Motores, Outros (ii).

(i) Em 2023, a Companhia apresentou aumento do saldo de adiantamentos de clientes justificada pelo volume de máquinas entregues pelo fabricante, reduzindo assim o tempo de permanência do crédito na conta. (ii) Em 2023 a Companhia recebeu adiantamentos de clientes para compras de equipamentos importados no valor de R\$30.612 e que serão realizados no decorrer do ano de 2024.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Realizados no último mês do ano, Realizados entre um e três meses, Realizados entre três e seis meses, Realizados acima de seis meses (i).

(i) Na faixa de adiantamentos acima de 6 meses foi realizado até o primeiro trimestre de 2024 a venda de R\$13.920 na Companhia. O saldo restante de R\$47.005 da Companhia tem previsão de realização até o final de 2024 e se refere a adiantamentos para compra de equipamentos importados.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Circulante IR e CSSL correntes.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: ICMS a pagar (i), Demais IR e CSSL a recolher (ii), PIS/COFINS a recolher (iii), Demais tributos a recolher.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Parcelamentos - Regularize (iv).

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Total tributos a recolher - circulante.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Não circulante ISS a recolher, Parcelamentos - Regularize (iv).

(i) A variação entre os anos de 2022 e 2023 na Companhia deve-se ao crédito presumido de máquinas que é tomado na saída da transferência entre filiais ou venda da filial de SP e PR. (ii) Em 2023 a Companhia distribuiu juros sobre capital próprio - JCP aos acionistas no montante de R\$139.000 (R\$250.000 em 2022) (Nota 24). Foram retidos na fonte R\$20.850 (R\$37.500 em 2022) pela aplicação da alíquota de 15% sobre o valor dos juros pagos, conforme previsto no Artigo 685 do Decreto 3000/99. (iii) Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13/2023, a Companhia suspendeu os pagamentos de PIS e COFINS referentes aos meses de novembro e dezembro de 2023 e protocolou o pedido de adesão à transação tributária do Programa de Redução de Litígio Fiscal - PRLF no exercício de 2024. (iv) Em 2020 a Companhia aderiu nos termos do Decreto 47.703/2019 Sefaz/MG, ao programa de Parcelamento Regularize, nº 12.096070300-30 de 29/09/2020 referente a falta de recolhimento de ICMS-ST Difal. 21. Provisões para contingências, depósitos judiciais e cauções. 21.1. Provisões para contingências

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Em 31/12/2021, Cisão de investimento em controlada (Nota 1.1), Constituições de provisões (ii), Atualizações de provisões, Pagamento/Reversões de provisões.

(i) Em 2010 ajuizou processos nos quais se discute a legalidade do FAP. Assim, com vistas a manter a exigibilidade do crédito tributário suspensa, a empresa optou por realizar o depósito judicial dos valores em discussão. Em 2016, a empresa verificou que os referidos depósitos estavam sendo realizados a maior e, portanto, solicitou o levantamento dessa diferença, o qual não teve oposição por parte da União Federal/Fazenda Nacional. Em 2018, foi deferido o levantamento de R\$18.604 nos autos destes processos, tendo em vista depósitos indevidos realizados referentes ao FAP - Fator de acidente previdenciários (contingências previdenciárias). (ii) Em 2022 a Companhia alterou a classificação de perda para provável de processo tributário referente a contribuição previdenciária no valor de R\$28.102. (iii) Em 2023 a Companhia realizou o depósito judicial da contribuição previdenciária no valor de R\$4.456. Esse depósito é realizado anualmente nos autos do processo nº 28193-54.2014.4.01.3400. Além disso, foi constituída provisão no valor de R\$20.364 referente à multa e juros pela compensação considerada não declarada de tributos, com saldo negativo de 2015 no processo 16682.721183/2018-46, no qual a Companhia discute judicialmente. O Grupo registra todas as suas provisões para contingências no passivo não circulante em contrapartida no resultado do exercício, na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. A natureza das obrigações prováveis na Companhia pode ser sumariada como segue: • As contingências trabalhistas e previdenciárias (FAP) na Companhia correspondem a R\$37.167, em 31/12/2023 (R\$33.400 em 2022), e consistem, principalmente, de reclamações de empregados vinculados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões em virtude de horas extras, horas "in itinere" e adicionais de periculosidade e/ou insalubridade, na prestação de serviços junto aos clientes da Sotreq S.A. • As contingências cíveis referem-se a ações judiciais por perdas e danos movidas contra a Sotreq S.A. por seus clientes. • As contingências tributárias referem-se a demandas judiciais movidas para a cobrança de contribuições previdenciárias, PIS, COFINS, CSSL, IRRF, ICMS, ISS e multa pelos Estados, Municípios e União Federal, sendo a contingência de maior valor aproximadamente R\$30.000, referente a processo pelo qual a Companhia discute judicialmente a incidência da contribuição dos anos de 2009 e 2010, que atualmente encontram-se com decisão desfavorável e pendente de julgamento nos tribunais superiores. Na opinião dos consultores externos o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31/12/2023.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Em 31/12/2021, Cisão de investimento em controlada (Nota 1.1), Adições, Baixas e desembolsos, Atualizações.

(i) Durante o ano de 2023 a Companhia registrou R\$4.973 (R\$3.318 em 2022) referente a adições de depósito judicial tributário relacionado, principalmente, ao processo pelo qual a empresa discute judicialmente a incidência da contribuição previdenciária sobre a PLR paga aos estatutários. Os depósitos judiciais não têm caráter suspensivo das exigibilidades registradas em provisões para contingências. 21.3. Contingências com risco de perda provável. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas têm ações de natureza tributária, civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Cíveis (i), Trabalhistas, Fiscais, ICMS (ii), Imposto de renda e CSSL (iii), PIS e COFINS, ISS, Outros.

(i) As contingências cíveis referem-se a ações judiciais por perdas e danos movidas por clientes contra a Companhia. O processo mais relevante onde a Administração entende ter risco possível é o valor de R\$7.757 e se refere a processo desde 2008 para indenização por danos morais na compra de equipamento por supostos problemas na instalação. (ii) A variação de 2022 para 2023 foi devido a atualização de processos já existentes no valor de R\$20.368 e pela inclusão de processos para cobrança pelos Estados de São Paulo, Pará, Ceará e Bahia de supostos débitos de ICMS, no valor total de R\$3.200. (iii) A variação de 2022 para 2023 foi em razão da atualização de processos já existentes no valor de R\$12.547 e pela lavratura de auto de infração pela Secretaria da Receita Federal no valor de R\$56.763. 22. Imposto de renda e contribuição social diferidos. Os valores de compensação do imposto de renda e contribuição social diferidos são os seguintes:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Ativo de tributo diferido, Ativo de tributo diferido a ser recuperado em até 12 meses, Ativo de tributo diferido a ser recuperado depois de 12 meses.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Passivo de tributo diferido, Passivo de tributo diferido a ser liquidado em até 12 meses, Passivo de tributo diferido a ser liquidado depois de 12 meses.

Ativo (passivo) de tributo diferido, líquido. A movimentação líquida da conta de imposto de renda e da contribuição social diferidos no balanço da Sotreq durante o exercício é o seguinte:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Em 1º de janeiro, Provisões diversas, Provisão de garantia, Provisão para crédito de liquidação duvidosa, Variação cambial swap, Provisão de perda em estoque, Taxas de depreciação - IN1700/17, Amortização e diferença da baixas dos Ativos, Leasing - RTT, Aplicação da IFRS 16, Cisão de investimento em controlada (Nota 1.1), Outros, Total do exercício (Nota 32), Cisão de investimento em controlada (Nota 1.1), Compra de créditos fiscais (i), Em 31 de dezembro.

(i) Em 30/11/2023 foi publicada a Lei 14.740/2023 que permite incluir débitos fiscais no Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF), pagando 50% desses débitos com créditos decorrentes de imposto de renda e contribuição social diferidos, advindos de prejuízo fiscal e base negativa da CSSL. Portanto, a Companhia constituiu Imposto de Renda diferido e Base Negativa no valor de R\$21.420. Ainda de acordo com a Lei, tal crédito pode ser vendido ou cedido a empresas controladas, mesmo que indiretamente, desde que esteja inserida dentro do mesmo grupo econômico. Desta forma, em 05/12/2023, a Companhia comprou das demais empresas do Grupo, Stogas Armazenamento de Gás Natural S.A. e Santana Óleo e Gás Ltda, R\$57.000 de Prejuízo Fiscal e R\$79.667 de Base Negativa de CSSL, o que gerou créditos fiscais no montante total de R\$21.420 a título de créditos fiscais de IRPJ e CSSL (Nota 32), pelo valor de R\$2.086, apurando ganho de R\$19.334 (Nota 30), conforme demonstrativo abaixo:

Table with columns: Prejuízo Fiscal, Base Negativa, Crédito IRPJ, Crédito CSSL, Valor a receber. Rows: Empresa, Stogas, Santana, Total.

De acordo com o artigo 4º da Lei 14.740/2023, os ganhos ou receitas, se houver, registrados pela cedente e pelacessionária em decorrência da cessão, não serão computados na apuração da base de cálculo do IRPJ, da CSSL, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Assim como as perdas, se houver, registradas contabilmente pela cedente em decorrência da cessão, serão consideradas dedutíveis na apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSSL. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e da contribuição social diferidos durante o exercício é a seguinte:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Em 31/12/2021, Debitado (creditado) à demonstração do resultado, Em 31/12/2022.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Debitado (creditado) ao patrimônio, Debitado (creditado) à demonstração do resultado, Em 31/12/2023.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Em 31/12/2021 (Creditado) debitado à demonstração do resultado, Em 31/12/2022, Debitado (creditado) ao patrimônio, Em 31/12/2023.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Em 31/12/2021 (Creditado) debitado à demonstração do resultado, Em 31/12/2022, Debitado (creditado) ao patrimônio, Em 31/12/2023.

23. Capital social. Em 31/12/2023 o capital subscrito e integralizado da Companhia no valor R\$1.811.076 (R\$1.051.666 em 2022) está representado por ações, sem valor nominal composto da seguinte forma:

Table with columns: Quantidade de ações, Ações ordinárias, Ações preferenciais. Rows: Em 1º/01/2022, Em 31/12/2022, Em 1º/01/2023, Em 31/12/2023.

As ações preferenciais participam em condições com as ações ordinárias no resultado da Companhia. Todas as ações emitidas estão integralizadas. Considerando que o Acordo dos Acionistas da sociedade Sotreq dá aos minoritários a faculdade de vender as ações que detêm para a Companhia, em 03/04/2023 a Companhia recomprou 88 ações nominativas preferenciais de acionista minoritário no valor de R\$85.538 e registrou em ações em tesouraria. Em 28/07/2023, estas ações em tesouraria foram canceladas, não resultando em alteração no capital social da Companhia, e sua contrapartida se deu mediante as reservas de dividendos a pagar, no valor de R\$85.538. Em razão do cancelamento, a quantidade de ações emitidas pela Companhia passa a ser 3.775 ações nominativas e sem valor nominal. Em 02/05/2022 a Companhia foi cindida parcialmente (Nota 1.1) e o seu capital social foi reduzido em R\$183.608, mantendo-se inalterada a quantidade de ações e a distribuição dessas ações entre os acionistas. O capital social possui de R\$1.235.274 para R\$1.051.666. Em 28/07/2023 a Companhia aumentou o capital social em R\$759.410 através das reservas de lucros, passando assim o capital social de R\$1.051.666 para R\$1.811.076. 24. Distribuição de resultado. a) Reservas de lucros. (i) Reserva legal: constituída na proporção de 5% do lucro do período, limitada a 20% do capital social, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Reserva legal (5%), Base de cálculo da reserva de incentivo fiscal, (ii) Reserva de incentivo fiscal: seguindo a determinação da Lei 12.973/2014, caput artigo 30, a Companhia constituiu reserva de incentivo fiscal no valor de R\$277.700 (R\$616.231 em 2022) referente à exclusão realizada na apuração de IRPJ/CSSL devido ao benefício do ICMS referente ao exercício de 2023, sendo que em 2022 foi constituída sobre os exercícios de 2017 a 2022. O incentivo é referente ao crédito presumido do ICMS nos estados PR, SP e GO.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Lucro líquido ajustado - base de cálculo dos dividendos, Constituição de reserva de incentivo fiscal, Lucro líquido ajustado - base de cálculo dos dividendos.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Dividendos mínimos obrigatórios: o estatuto social assegura aos acionistas um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei 6.404/76, art. 202. Lucro líquido após destinação de reservas obrigatórias.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Dividendos mínimos obrigatórios (25%), Dividendos e JCP aprovados, Dividendos adicionais propostos, Constituição de reserva de dividendos a pagar.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Movimentação dos dividendos a pagar, Em 1º de janeiro, Distribuição de dividendos adicionais referentes ao exercício anterior (i), Pagamentos de dividendos referentes a exercícios anteriores.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Dividendos adicionais de 2022 (iii), Dividendos mínimos obrigatórios através de JCP (ii), Juros sobre capital próprio aprovados, IRRF sobre JCP (15%), Dividendos adicionais aprovados em 30/12/2022 (iii).

Em 31 de dezembro (i) Em 2023 foram aprovados e pagos R\$80.413 (R\$245.440 em 2022) referente aos dividendos complementares do exercício de 2022 e 2021. (ii) Em 26/12/2023, a Companhia deliberou e aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no valor bruto de R\$139.000 (R\$250.000 em 2022) para pagamento aos acionistas, cujo valor líquido é de R\$118.150 (R\$212.500 em 2022) após dedução do IRRF no valor de R\$20.850 (R\$37.500 em 2022), sendo pagos em 10/04/2024. Dos R\$139.000 (R\$250.000 em 2022), foram pagos como dividendos mínimos obrigatórios o valor de R\$138.636 (R\$124.209 em 2022) e dividendos adicionais no valor de R\$364 (R\$125.791 em 2022). (iii) Em 30/12/2022, a Companhia deliberou e aprovou o pagamento dos dividendos adicionais no valor total de R\$300.000, sendo R\$196.975 correspondente a reserva de dividendos a pagar e R\$103.025 correspondente aos lucros adicionais no exercício de 2022. 25. Receita operacional, líquida. A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Vendas de máquinas, peças e motores, Prestação de serviços e contratos, Receita de aluguel de equipamentos (Nota 16), Vendas brutas, Tributos sobre vendas, Vendas canceladas, Descontos contratuais, Receita operacional, líquida.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Custos dos produtos vendidos, Custos das vendas, Impostos, taxas e contribuições, Ajuste de inventários, Provisão (reversão) para perda em estoques, Recuperação ICMS ST (i), Recuperação PIS/COFINS extemporâneo, Outros.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Custos dos serviços prestados e aluguel, Custos das vendas, Depreciação - imobilizado (Nota 14), Garantias, Depreciação - ativo de direito de uso (Nota 16), Outros.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Total dos custos, (i) A Companhia reconheceu em 2023 o valor de R\$91.303 (R\$75.628 em 2022) referente ao ressarcimento do ICMS substituição tributária nas operações interestaduais devido à quebra de cadeia. Em relação ao ICMS, assim como em 2022, no ano de 2023 não houve lançamentos de ICMS a recuperar. 27. Despesas com vendas

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Frete e seguros, Software, Manutenções de bens, Propagandas e promoções, Reversão (provisão) para crédito de liquidação duvidosa (Nota 8), Outras despesas.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Benefícios a empregados (Nota 29), Serviços de terceiros, Material de consumo e ferramentas perecíveis, Viagens, refeições e locomoção, Depreciação e amortização (Notas 14 e 15), Aluguel e arrendamentos operacionais (Nota 16), Baixa de INSS prescrito (Nota 11), Provisão para contingências (Nota 21.1), Manutenções de bens, Depreciação ativo de direito de uso (Nota 16), Telefonia, energia e água, Multas e perdas, Provisão incentivo de longo prazo diretoria (i), Despesas com veículos, Impostos, taxas e contribuições, Outras despesas.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Salários e comissões, Participação nos lucros, Encargos sociais, Custos previdenciários, Treinamentos e outras, Total das despesas operacionais com salários e benefícios (Nota 28), Número de empregados, O Grupo não concede outros benefícios de rescisão ou pós-emprego. 30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Perdas com vendas dos imobilizados, ICMS (i), Despesa de corretagem, Outras despesas.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Ganhos com vendas dos imobilizados, Créditos de PIS/COFINS não acumulados (ii), Ganho com créditos fiscais (iii), Receita de bens sinistrados, Receita de comissão de Administração, Receita de corretagem, Créditos não reclamados, Outras receitas.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Perdas com vendas dos imobilizados, ICMS (i), Despesa de corretagem, Outras despesas.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Salários e comissões, Participação nos lucros, Encargos sociais, Custos previdenciários, Treinamentos e outras, Total das despesas operacionais com salários e benefícios (Nota 28), Número de empregados, O Grupo não concede outros benefícios de rescisão ou pós-emprego. 30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Perdas com vendas dos imobilizados, ICMS (i), Despesa de corretagem, Outras despesas.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Salários e comissões, Participação nos lucros, Encargos sociais, Custos previdenciários, Treinamentos e outras, Total das despesas operacionais com salários e benefícios (Nota 28), Número de empregados, O Grupo não concede outros benefícios de rescisão ou pós-emprego. 30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Perdas com vendas dos imobilizados, ICMS (i), Despesa de corretagem, Outras despesas.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Salários e comissões, Participação nos lucros, Encargos sociais, Custos previdenciários, Treinamentos e outras, Total das despesas operacionais com salários e benefícios (Nota 28), Número de empregados, O Grupo não concede outros benefícios de rescisão ou pós-emprego. 30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Perdas com vendas dos imobilizados, ICMS (i), Despesa de corretagem, Outras despesas.



SotreqPar S.A. CNPJ/MF nº 23.798.535/0001-55

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, as Demonstrações dos Resultados do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023, acompanhado das Notas Explicativas. Rio de Janeiro/RJ, 24/04/2024. A Diretoria

Balanço patrimonial em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais). Table with columns for Nota, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows include Circulante, Não circulante, Passivo, Patrimônio líquido, Capital social, etc.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais). Table with columns for Capital social, Reserva legal, Retenção de lucros, Lucros acumulados, etc.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre o Grupo. A SotreqPar S.A. ("SotreqPar", "Companhia" ou em conjunto com suas controladas e coligadas "Grupo"), constituída em 30/11/2015 como uma Sociedade Anônima de capital fechado, situada no Rio de Janeiro/RJ, tem por objeto social a participação no capital de outras empresas no território nacional. A Companhia faz parte do Grupo Sotreq e é subsidiária integral da Pertos Participações S.A. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31/12/2023 foram revisadas e aprovadas pela diretoria do Grupo em 30/04/2024. 1.1. Reestruturação societária do Grupo. a) Incorporação da parte cindida da Sotreq S.A. Em 02/05/2022 a Companhia absorveu o acervo líquido patrimonial cindido da empresa Sotreq S.A. ("Sotreq"), empresa do Grupo Sotreq. O critério de avaliação do patrimônio líquido da empresa cindida, para fins de cisão parcial, foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 30/04/2022, conforme Laudo de Cisão Parcial aprovado em ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02/05/2022. As variações patrimoniais da empresa cindida, posteriores a 30/04/2022, foram escrituradas nos livros contábeis da incorporadora, refletindo dessa forma o impacto dessas variações no balanço patrimonial da Companhia. A tabela a seguir resume o acervo líquido incorporado na data da incorporação:

Table showing the breakdown of the liquid assets incorporated on 30/04/2022, including Debentures, Investment in Somov S.A., Total assets, Capital social, and Acervo líquido cindido.

Desta forma, a Sotreq cindiu integralmente o investimento detido naquela data da controlada Somov à Companhia no montante de R\$130.086 e a sucessão de todos os seus direitos e obrigações pela Companhia. Assim, concluindo a organização societária do Grupo, a empresa Somov passa a ser controlada direta da Companhia, com 99,99% da participação acionária. O capital social da Companhia foi aumentado em R\$183.608, com emissão de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (Nota 21). Por outro lado, o valor do capital social da Sotreq foi reduzido em R\$183.608 mantendo inalterada a quantidade de ações e a distribuição dessas ações entre os acionistas. b) Incorporação da Sotrex S.A. Em 23/05/2023 a Companhia incorporou todo o acervo líquido patrimonial da empresa Sotrex S.A. ("Sotrex"), empresa do Grupo Sotreq e antiga investida da Companhia, procedendo com a sua extinção. O critério de avaliação do patrimônio líquido da empresa Sotrex, para fins de incorporação, foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 30/04/2023, conforme Laudo de Incorporação aprovado em ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23/05/2023. As variações patrimoniais da Sotrex, posteriores a 30/04/2023, foram escrituradas nos livros contábeis da incorporadora, refletindo dessa forma o impacto dessas variações no balanço patrimonial da Companhia. A tabela a seguir resume o acervo líquido incorporado na data da incorporação:

Table showing the breakdown of the liquid assets incorporated on 30/04/2023, including Circulante, Não circulante, Total do ativo, Passivo, and Patrimônio líquido.

Desta forma, a Companhia incorporou integralmente o investimento detido naquela data da empresa Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A. ("Radix") no montante de R\$72.827 e a sucessão de todos os seus direitos e obrigações. Assim, concluindo a organização societária do Grupo, a Companhia passa a ser controladora direta da Radix com 81,54% da participação acionária. c) Transferência de quotas da controlada direta ON2. Em 30/11/2023 a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da ON2 Soluções Integradas Ltda, empresa do Grupo Sotreq, através da transferência de 50% da participação da sócia Warren Power & Machinery, INC para a Companhia. Desta forma, a Companhia passa a ter 100% das quotas da ON2. 1.2. Transferência de operação da controlada indireta Santana. O Campo de Santana foi adquirido com o foco principal de converter o reservatório em uma instalação de estocagem subterrânea de gás natural (ESGN), um elemento de extrema importância na infraestrutura de gás. O projeto de armazenamento de gás no campo de Santana é pioneiro no Brasil, sendo o primeiro, é único, projeto deste tipo aprovado pela ANP. O cronograma do projeto sofreu alterações nos últimos anos devido a diferentes mudanças econômicas e no mercado de gás, que levaram a atrasos na comercialização para tornar o empreendimento economicamente viável. O direito de exploração adquirido pela controlada indireta Santana Exploração e Produção de Óleo e Gás Ltda, junto a ANP em 21/06/2011, tem validade até 06/08/2025. Em razão do não fechamento de acordos comerciais ou parcerias estratégicas sem resultado positivo, a empresa decidiu pela cessão de direito do contrato de concessão do campo. Por meio da Resolução de Diretoria nº 208/2021, em 15/04/2021, foi aprovada pela Diretoria Colegiada da ANP a Cessão de Direitos e Obrigações referentes à exploração e produção de petróleo e gás natural da área denominada Campo de Santana, localizada em Catu, na Bahia, da controlada indireta Santana, cuja validade do contrato é até 06/08/2025, para a empresa Energizzi Energias do Brasil Ltda. ("Energizzi"). No dia 8/06/2021, após a assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, a empresa Energizzi assumiu todas as operações, atividades, custos e responsabilidades pelos poços identificados como operacionais e/ou abandonados referentes ao Campo de Santana e a controlada indireta Santana permanece responsável pelas contingências existentes dos processos que forem transformados em multa pela ANP (Agência Nacional do Petróleo). Por fim, no acordo firmado entre Energizzi e Santana, ficou determinado a possibilidade de recompra dos direitos cedidos por parte da controlada indireta Santana, bem como da participação no Contrato de Concessão, sendo esse direito exercível a qualquer momento até 06/08/2025. 1.3. Reestruturações das operações comerciais. 1.3.1. Operações no segmento de Agronegócios. Em junho de 2021 a controlada direta Somov S.A. e a Sotreq S.A. (empresa do Grupo Sotreq) ingressaram no segmento de Agronegócios com representação das marcas Fendt (origem alemã) e Valtra (origem finlandesa), respectivamente, nas regiões do Oeste do Mato Grosso e Rondônia. Dessa forma, a Somov e a Sotreq passam a atuar com a venda de máquinas e peças agrícolas, manutenção, suporte técnico e contratos de produtos destes marcas. O Grupo Sotreq já atuava no segmento Agropecuário desde a sua fundação, porém apenas com máquinas da linha amarela em aplicações de suporte à agricultura e à pecuária, como manutenção de estradas, construção de infraestrutura, carga e descarga, entre outras áreas. Agora com a parceria com a AGCO Corporation, representando essas duas importantes marcas, passa a atuar de forma direta no processo produtivo, desde a preparação de solo, plantio, colheita e manutenção, gerando a oportunidade de oferecer um portfólio completo de produtos para os clientes que atuam em um dos segmentos que mais cresce no Brasil, proporcionando muita sinergia entre as linhas amarela e verde, além de posicionar o Grupo como único fornecedor de produtos e soluções para esse importante mercado. Em 2022, objetivando expandir essa parceria, foi firmado um novo acordo com a AGCO Corporation, onde passa a atuar com a representação de ambas as marcas nos estados do Pará e Norte do Tocantins. Para que isso fosse possível, foi necessário aquisição do direito de distribuição da marca Valtra, através de acordo comercial fechado entre as empresas Automic Comércio de Implementos, Máquinas e Tratores Ltda. ("Automic") e a controlada direta Somov S.A., além da Motobol Motores de Belém Ltda. ("Motobol") e a Sotreq S.A. Antes as empresas Automic e Motobol detinham o direito de distribuição da marca Valtra para o Oeste do Pará e Leste do Pará, respectivamente. Com esta aquisição, a controlada direta Somov registrou durante o ano 2022, no Intangível (Nota 15), o direito de distribuição da marca Valtra no valor de R\$1.400, porém o

Demonstração do resultado em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais). Table with columns for Nota, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows include Receita operacional, Custos das vendas, Despesas operacionais, Despesas gerais, Resultado financeiro, Lucro antes do imposto de renda, Imposto de renda, Lucro do exercício, etc.

Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais). Table with columns for 2023, 2022, 2023, 2022. Rows include Lucro do exercício, Ajuste de conversão de investida no exterior, Total do resultado abrangente do exercício, etc.

preço acordado da marca foi de R\$2.000. A diferença de R\$600 referente a 30% foi quitada em 2023 após o término do período de transição estipulado entre a Somov e a vendedora. 1.3.2. Operações no segmento de construção civil. Em abril de 2022 a controlada direta Somov S.A. adquiriu da Engvel Engenharia, Consultoria e Representação comercial Ltda, a cessão ao direito de distribuição da empresa Trimble Europe BV no Brasil, estados da região Sul, bem como em todos os territórios dos países Paraguai e Uruguai. Desta forma, a Somov realizará vendas de produtos Trimble (peças), prestação de serviços, licenças e softwares para o mercado de construção civil. Com esta aquisição, a Somov registrou no Intangível (Nota 15) o direito de distribuição da marca Trimble no valor de R\$6.166. 2. Resumo práticas contábeis materiais. 2.1. Base de preparação. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. 2.2. Declaração de conformidade. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. 2.3. Base de consolidação. As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da SotreqPar e de suas controladas em 31/12/2023 e 2022, conforme apresentadas a seguir:

Table showing consolidation data for 2023 and 2022, including % Direta and % Indireta for various entities like Soimpex S.A., Stogas Armazenamento de Gás Natural S.A., etc.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obteve controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados no momento da consolidação. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas no patrimônio líquido. O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes (reconhecidos diretamente no patrimônio líquido) são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos acionistas não controladores. Perdas são atribuídas à participação de acionistas não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. 2.4. Investimentos em controladas e coligada. Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente com uma participação de mais do que a metade dos direitos a voto. Coligadas são todas as entidades sob as quais a Companhia tem influência significativa, em que a mesma possui o poder de participar das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem controlá-la. Os investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Com base neste método, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido das investidas a partir da data de aquisição, reconhecido no resultado do exercício como participações nos lucros (prejuízos) de controladas e coligadas (equivalência patrimonial). Para efeito do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a SotreqPar e suas investidas são eliminados na medida da participação da Companhia. Perdas não realizadas são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de impairment do ativo transferido. Variações cambiais registradas no patrimônio líquido da investida, a Companhia reconhecerá no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, evidenciado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. 2.5. Classificação corrente versus não corrente. O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; Todos os demais ativos são classificados como ativos não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como passivos não circulantes. 2.6. Reconhecimento da receita. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: a) Venda de produtos. A receita de venda de máquinas, motores, equipamentos e peças é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o cliente especificado pelo cliente; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou as Companhias tenham evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. b) Prestação de serviços. A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços por horas trabalhadas e de entrega de peças, geralmente relacionada à prestação de serviços de reparos em equipamentos do cliente, é reconhecida através de medição com base nas horas incorridas até a data do balanço. As receitas provenientes dos contratos de prestações de serviços por horas trabalhadas, geralmente relacionadas às prestações de serviços de engenharia, de informática e de consultorias, são reconhecidas através de medições de avanço, com base nas horas incorridas até a data do balanço. As receitas de contratos de serviços de manutenções e/ou atualizações de softwares, relacionadas aos contratos firmados por preço fixo, são reconhecidas pelo valor das parcelas do contrato na proporção em que os custos das manutenções e intervenções contratuais vão sendo executadas. As receitas dos contratos de prestação de serviços de armazenagem e operações logísticas são reconhecidas através da medição do tempo de armazenagem e de horas incorridas até a data do balanço. Além disso, também existem os serviços de agenciamentos de importações que são reconhecidos no

Demonstração do fluxo de caixa em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais). Table with columns for 2023, 2022, 2023, 2022. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, Fluxo de caixa das atividades de financiamentos, etc.

desembarço aduaneiro. c) Receitas de aluguel. As receitas com aluguel de equipamentos são reconhecidas no período em que as locações são prestadas, usando o método linear de reconhecimento de receita, conforme o período do contrato. d) Receita de juros. Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. 2.7. Tributos. a) Imposto de renda e contribuição social correntes. Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, se reconhecidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos ou passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Os decorrentes créditos tributários serão registrados somente quando a Companhia apresentar histórico e projeções de lucros tributários. c) Tributos sobre prestação de serviços e vendas. O Grupo está sujeito, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) de 0,65% a 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3% a 7,6%; • Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 4% a 20%. 2.8. Instrumentos financeiros. Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Ativos financeiros. a) Classificação e mensuração. Avaliação dos ativos financeiros do Grupo está detalhada na tabela abaixo:

Table showing classification and measurement of financial assets, including Disponibilidades, Aplicações financeiras compromissadas, Títulos e valores mobiliários, etc.

Table showing classification and measurement of financial liabilities, including Contas a receber, Adiantamentos a fornecedores, Dividendos, etc.

Contas a receber e Depósitos judiciais e cauções são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Debentures a receber são avaliadas pelo valor justo por meio do resultado. b) Redução do valor recuperável. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção do contas a receber, caso em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão. c) Desreconhecimento (baixa). Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros sendo tratados) é baixado principalmente quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • O Grupo transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebíveis, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repassar"; e (a) o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) o Grupo não transferir nem relevante substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo. Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo. Passivos financeiros. a) Classificação e mensuração. Os principais passivos financeiros do Grupo são contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas, obrigações com arrendamentos, empréstimos e financiamentos, adiantamentos de clientes, dividendos a pagar, debentures a pagar e outras contas a pagar. Estes foram classificados como "outros passivos financeiros", sendo inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos da transação. Estes passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base na taxa efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período em questão. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados pela vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) por um período menor de tempo, para o valor contábil líquido no reconhecimento inicial. b) Desreconhecimento (baixa). Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo

GRUPO
Sotreq

SotreqPar S.A.
CNPJ/MF nº 23.798.535/0001-55

tos, que fica depositado sob a modalidade de certificado de depósito bancário ou depósito vinculado, o qual é caucionado em garantia do respectivo contrato. Os valores dos caucões são resgatados após a Soimpex comprovar junto ao BANDES que aplicou no mínimo os valores retidos para utilização dos serviços de transporte marítimo internacional de contêiner (Nota 17). Segue abaixo a movimentação dos caucões na controlada direta Soimpex:

Em 31/12/2021

Adições (i)	773
Atualização monetária	2.644
Resgate (ii)	20
Em 31/12/2022	(1.130)
Adições (i)	2.307
Atualização monetária	3.214
Resgate (ii)	62
Em 31/12/2023	(1.621)
Em 31/12/2023	3.962

(i) Em 2023 houve uma movimentação de financiamentos no montante de R\$35.710 (R\$29.374 em 2022) que gerou o valor de caução no montante de R\$3.214 (R\$2.644 em 2022). (ii) Em 2023 a controlada direta Soimpex utilizou os resgates dos caucões no valor de R\$1.621 (R\$1.130 em 2022) comprovando pagamentos junto ao BANDES com a prestação de serviços de transporte marítimo internacional em contêineres, em conformidade com o artigo 4º, inciso III, do Decreto Estadual nº 3473-R de 19/12/2013.

13. Investimentos em controladas e coligadas. a) Movimentação dos investimentos

	Somov	Brasympe	Soimpex	ON2	Stogas	Sotrex	Radix	Total
Saldo em 01/01/2022	-	9.556	38.551	552	1.174	145	-	49.978
Aquisição de investimento (i)	130.086	-	-	-	631	-	-	130.717
Dividendos a receber e recebidos	(126)	(967)	(118)	-	-	-	-	(1.211)
Ajuste de conversão de investida no exterior	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Equivalência patrimonial	5.078	973	11.761	34	(619)	17	-	17.234
Saldo em 31/12/2022	135.038	9.562	50.194	586	1.186	150	-	196.716
Aquisição de investimento (i)	-	-	-	441	48	-	-	489
Incorporação da Sotrex em 05/2023 (ii)	-	-	-	-	-	(143)	72.827	72.684
Dividendos a receber e recebidos	(3.191)	(1.070)	(3.056)	-	-	-	(3.391)	(10.708)
Ajuste de conversão de investida no exterior	-	-	-	-	-	(2)	(665)	(667)
Equivalência patrimonial	(20.323)	1.361	24.636	(13)	1.871	(5)	13.088	20.615
Saldo em 31/12/2023	111.524	9.853	71.774	1.014	3.105	-	81.861	279.131

(i) Em 02/05/2022 a Companhia absorveu o acervo líquido patrimonial cindido da empresa Sotreq S.A. (empresa do Grupo Sotreq). Desta forma, os investimentos na empresa Somov S.A foram transferidos para a Companhia que passa a controlar a Somov S.A. com 99,99% da participação acionária (Nota 1.1.a). A Companhia registrou uma perda de R\$8.192 devido a equivalência patrimonial da Somov do período de janeiro a abril de 2022, época em que a Somov ainda estava alocada na Sotreq. Em 30/11/2023 a Companhia adquiriu da antiga sócia da controlada direta ON2, Warren Power & Machinery, INC, a participação de 50% através da transferência de quotas. Desta forma, a Companhia passa a ter 100% das quotas da ON2 (Nota 1.1.c). A Companhia registrou o valor de R\$145 referente ao ganho com esta transação. (ii) Em 23/05/2023 a Companhia incorporou todo o acervo líquido patrimonial da empresa Sotrex S.A., empresa do Grupo Sotreq e antiga investida da Companhia, procedendo com a sua extinção. Desta forma, a Companhia incorporou integralmente o investimento detido naquela data da empresa Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A. no montante de R\$72.827. Assim, a Companhia passa a ter 81,54% de participação acionária na empresa Radix (Nota 1.1.b). A Companhia registrou uma perda de R\$1.189 devido a equivalência patrimonial da Radix do período de janeiro a abril de 2023, época em que a Radix ainda estava alocada na Sotrex.

Consolidado

	Brasympe	Sotrex	Total
Saldo em 01/01/2022	9.556	145	9.701
Dividendos a receber e recebidos	(967)	-	(967)
Ajuste de conversão de investida no exterior	-	(2)	(2)
Equivalência patrimonial	973	7	980
Saldo em 31/12/2022	9.562	150	9.712
Incorporação da Sotrex em 05/2023 (Nota 1.1.b)	-	(143)	(143)
Dividendos a receber e recebidos	(1.070)	-	(1.070)
Ajuste de conversão de investida no exterior	-	(2)	(2)
Equivalência patrimonial	1.361	(5)	1.356
Saldo em 31/12/2023	9.853	-	9.853

b) **Informações sobre investidas.** Segue abaixo a movimentação dos saldos das controladas diretas e investidas que refletem o investimento da Companhia nos ativos, passivos e resultados:

31/12/2023	%	Ativos		Passivos		Patrimônio líquido (prejuízo)		Lucro	
		Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Soimpex S.A.	100,00%	93.005	21.231	71.774	24.636	-	-	-	-
Stogas S.A.	100,00%	3.106	1	3.105	1.871	-	-	-	-
Somov S.A.	99,99%	378.869	267.334	111.535	20.235	-	-	-	-
Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A.	81,54%	134.161	87.248	46.913	17.508	-	-	-	-
ON2 Soluções Integradas Ltda.	100,00%	1.014	-	1.014	(158)	-	-	-	-
Brasympe S.A.	13,33%	77.813	3.900	73.913	10.209	-	-	-	-

31/12/2022	%	Ativos		Passivos		Patrimônio líquido (prejuízo)		Lucro	
		Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Soimpex S.A.	100,00%	83.331	33.137	50.194	11.761	-	-	-	-
Stogas S.A.	100,00%	1.189	3	1.186	(619)	-	-	-	-
Somov S.A.	99,99%	257.267	122.215	135.052	13.272	-	-	-	-
ON2 Soluções Integradas Ltda.	50,00%	1.172	-	1.172	67	-	-	-	-
Brasympe S.A.	13,33%	74.944	2.763	71.731	7.300	-	-	-	-
Sotrex S.A.	0,31%	112.405	64.325	48.080	2.853	-	-	-	-

(i) A Soimpex S.A. possui sua sede em Serra/ES e tem por objeto atividades preponderantes a importação e exportação de bens e mercadorias em geral, por conta própria, por encomenda ou por conta e ordem de terceiros, a intermediação e representação comercial de produtos importados, no país ou no exterior, o assessoramento mercantil em importação e exportação, o agenciamento de comércio internacional de mercadorias, operação logística, depósito de mercadorias e a com-

14. Imobilizado

Terre-nos	Máquinas para aluguel	Máquinas, equipamentos e ferramentas de oficina	Máquinas, equipamentos e ferramentas de oficina	Veículos	Instalações, móveis, equipamentos de escritório e benfeitorias em terceiros	Equipamentos de informática	Total em operação	Obras em andamento	Total imobilizado		
										Terre-nos	Máquinas para aluguel
Saldo em 01/01/2022	3.494	-	-	9	46	46	207	10.174	306	10.480	
Entrada controlada direta Somov, líquida (Nota 1.1.a)	-	36.952	-	1.671	191	773	581	40.168	768	40.936	
Aquisição	-	95.151	-	1.039	351	503	507	97.551	331	97.882	
Transferência para controlada indireta Somov Rental, líquido (i)	-	(58.338)	-	-	(166)	-	(52)	(58.728)	-	(58.728)	
Alienções e baixas	-	(10.679)	-	-	(341)	(253)	(2)	(89)	(11.364)	(55)	(11.419)
Depreciação	-	(11.088)	(396)	-	(389)	(62)	(224)	(329)	(12.488)	-	(12.488)
Baixa de depreciação	-	5.206	-	-	193	177	-	87	5.663	-	5.663
Transferências	-	-	217	-	-	-	-	217	(217)	-	-
Saldo em 31/12/2022	3.494	57.204	6.193	2.016	278	1.096	912	71.193	1.133	72.326	
Custo	3.494	60.531	9.998	3.347	408	2.848	2.755	83.381	1.133	84.514	
Depreciação acumulada	-	(3.327)	(3.805)	(1.331)	(130)	(1.752)	(1.843)	(12.188)	-	(12.188)	
Saldo contábil, líquido	3.494	57.204	6.193	2.016	278	1.096	912	71.193	1.133	72.326	
Saldo em 01/01/2023	3.494	57.204	6.193	2.016	278	1.096	912	71.193	1.133	72.326	
Entrada controlada direta Radix, líquida (Nota 1.1.b)	-	-	-	15	2.014	286	4.252	6.567	21	6.588	
Aquisição	-	6.603	242	1.010	1.449	334	1.765	11.403	315	11.718	
Alienções e baixas	-	(6.006)	-	(517)	(851)	(91)	(774)	(8.239)	(235)	(8.474)	
Depreciação	-	(11.521)	(386)	(315)	(581)	(353)	(2.800)	(15.956)	-	(15.956)	
Baixa de depreciação	-	4.461	-	494	422	92	757	6.226	-	6.226	
Transferências	-	-	-	-	-	467	-	467	(467)	-	-
Saldo em 31/12/2023	3.494	50.741	6.049	2.703	2.731	1.831	4.112	71.661	767	72.428	
Custo	3.494	61.128	10.240	3.927	3.334	4.902	14.815	101.840	767	102.607	
Depreciação acumulada	-	(10.387)	(4.191)	(1.224)	(603)	(3.071)	(10.703)	(30.179)	-	(30.179)	
Saldo contábil, líquido	3.494	50.741	6.049	2.703	2.731	1.831	4.112	71.661	767	72.428	
Taxas anuais de depreciação	-	25%	4%	10% a 25%	20% a 33%	4%	33%	20% a 50%	-	-	

(i) Em julho de 2022, a controlada direta Somov S.A. constituiu a empresa Somov Rental Ltda. com o valor de R\$1 com 100% das quotas. A principal atividade desta nova empresa constituída, dentre outras, é a locação de máquinas empilhadeiras. Em novembro de 2022, a controlada direta Somov aumentou o capital social da Somov Rental, onde subscreveu e integralizou o valor integral de R\$58.728 através de bens do imobilizado, a maioria máquinas empilhadeiras.

15. Intangível

Licença de software e Sistemas aplicativos	Marcas e patentes	Relacionamento com clientes	Direito de distribuição de marca	Gastos iniciais com projetos	Ágio intangível	Total		
							Licença de software e Sistemas aplicativos	Marcas e patentes
Saldo em 01/01/2022	-	4	-	-	-	4		
Aquisição (i)	-	-	-	7.566	-	7.566		
Saldo em 31/12/2022	-	4	-	7.566	-	7.570		
Em 31/12/2022	-	4	-	7.566	-	7.570		
Custo	-	4	-	7.566	-	7.570		
Amortização acumulada	-	-	-	-	-	-		
Saldo contábil, líquido	-	4	-	7.566	-	7.570		
Saldo em 01/01/2023	-	4	-	7.566	-	7.570		
Incorporação da Sotrex (Nota 1.1.b)	-	32.648	1.751	-	-	34.399		
Entrada controlada direta Radix, líquida (Nota 1.1.b)	-	85	1	-	1.877	43.609	45.572	
Aquisição	-	(78)	(787)	(438)	446	6.158	6.604	
Amortização	-	-	-	-	-	-	(1.303)	
Saldo em 31/12/2023	-	7	31.866	1.313	8.012	8.035	43.609	92.842
Em 31/12/2023	-	7	31.866	1.313	8.012	8.035	43.609	92.842
Custo	-	14.914	35.406	5.527	8.012	8.035	43.609	115.503
Amortização acumulada	-	(14.907)	(3.540)	(4.214)	-	-	-	(22.661)
Saldo contábil, líquido	-	7	31.866	1.313	8.012	8.035	43.609	92.842
Taxa anual de amortização	-	20%	33%	-	-	-	-	-

(i) Durante o ano de 2022 a controlada direta Somov S.A. adquiriu os direitos de distribuições das marcas Valtra e Trimble (Notas 1.3.1 e 1.3.2, respectivamente). Anualmente a Administração testa a recuperabilidade dos direitos de distribuições de marcas sem vida útil definida através de análise de fluxo de caixa descontado. Não foi identificada necessidade de registro de provisão para recuperabilidade sobre os direitos de distribuições de marcas no exercício de 2023 e 2022.

16. Fornecedores

Fornecedores no país (i)	Consolidado	
	2023	2022
Partes relacionadas	63.607	93.269
Outros	583	1.381
	848	3
	65.038	94.653

(i) Em 2022, com a entrada no mercado de Agronegócios (Nota 1.3.1), a controlada direta Somov S.A. registrou um aumento no estoque de máquinas para atender a essa nova operação. Dessa forma, foram realizadas aquisições de estoque de máquinas, no qual o saldo em 31/12/2022 representa R\$75.167. O alto valor é justificado pelo alto custo das máquinas do Agronegócio. Por outro lado, o reflexo do aumento de estoque também apresentou aumento em fornecedores em 2022, uma vez que as principais máquinas adquiridas no final de 2022 foram liquidadas junto ao fornecedor apenas em 2023. Da mesma forma, ao longo de 2023 foram sendo adquiridas máquinas visando atender demandas do Agronegócio, no qual o fornecedor foi liquidado e as máquinas ainda não vendidas.

17. Empréstimos e financiamentos

Circulante	Consolidado	
	2023	2022
Empréstimos	18.687	7.677
Financiamentos	842	7.677
	19.529	7.677
Não circulante	2.066	-
Empréstimos	2.066	-
	21.595	7.677

a) **Características dos empréstimos. Consolidado**

Modalidade	Entrada Radix (i)	Capta-ções	Incorri-cões	Amortiza-ções principais	Amortiza-ções de juros	Varia-ção cambial	Saldo em 2023
Capital de giro nacional	4.187	-	65	(4.000)	(252)	-	20.753
Capital de giro estrangeiro	11.146	23.263	1.228	(12.677)	(1.074)	(1.133)	20.753
	15.333	23.263	1.293	(16.677)	(1.326)	(1.133)	20.753

(i) Em 23/05/2023 a Companhia incorporou a empresa Sotrex S.A. e, como consequência, assumiu os investimentos da empresa Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A. (Nota 1.1.b). Desta forma, a Radix passa a ser controlada direta da Companhia e passa a fazer parte do Consolidado. Os saldos atualizados dos empréstimos nas datas dos balanços são como seguem:

pra e venda de equipamentos, incluindo suas partes e acessórios. (ii) A Stogas Armazenamento de Gás Natural S.A. tem sede no Rio de Janeiro/RJ e tem como atividades a consultoria, gerenciamento e participação em projetos relacionadas a energia, óleo e gás, bem como participação em outras empresas na condição de acionista ou quotista. Atualmente, seu principal ativo é representado por investimentos na empresa Santana Exploração e Produção de Óleo e Gás Ltda., que também está sediada no Rio de Janeiro/RJ e tem por objeto social: (i) a exploração, desenvolvimento e produção de acumulações de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos líquidos; (ii) transporte e armazenamento de petróleo e gás natural; e (iii) a participação em outras empresas, comerciais, civis ou consórcio, seja como acionista, quotista ou consorciada. (iii) A Somov S.A. está situada em São Paulo/SP e tem como atividades o comércio, a indústria, a importação, a exportação e a representação comercial, de máquinas em geral e de suas partes, peças, acessórios e produtos de telecomunicações, bem como, o aluguel, a manutenção, o reparo e a prestação de serviços técnicos relacionados a esses produtos, inclusive a movimentação de materiais e outras cargas. Presta, também, serviços de consultoria de projetos relacionados ao objeto, podendo ainda participar do capital de outras empresas, no país ou no exterior, correspondente bancário e exercer atividades complementares às suas atividades principais. A Somov S.A. possui 100% de participação na empresa Somov Rental Ltda. que está situada em Araçariçama/SP e tem como objeto social o comércio, a representação comercial, de máquinas em geral e de suas partes, peças e acessórios, bem como o aluguel, a manutenção, o reparo e a prestação de serviços técnicos relacionados a esses produtos, inclusive a movimentação de materiais e outras cargas. Presta, também, serviços de consultoria de projetos relacionados ao objeto, podendo ainda participar do capital de outras empresas, no país ou no exterior, e exercer atividades complementares às suas atividades principais. (iv) A Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A. está localizada no Rio de Janeiro/RJ, tem como atividades preponderantes a (i) prestação de serviços de engenharia e serviços de engenharia consultiva, englobando a elaboração de: plano de direções; estudos de viabilidade; estudos organizacionais e outros estudos relacionados com obras ou engenharia; (ii) elaboração de anteprojetos, projetos conceituais, projetos básicos, pré-detalhamento e projetos executivos e nas disciplinas de elétrica, mecânica, máquinas rotativas, fornos, aquecimentos, ventilação e ar condicionado, tubulação, estruturas metálicas e de concreto, civil, arquitetura, automação, instrumentação, processo, química, segurança, telecomunicações e engenharia naval para empreendimentos on-shore e off-shore, em especial para indústria de processo e tratamento de minério; (iii) fiscalização, gerenciamento e supervisão de obras e/ou serviços de engenharia; (iv) prestação de serviços de informática, decorrentes de desenvolvimento de software, incluindo licenciamento ou cessão de direito de uso, análise e arquitetura de sistemas, programação, instalação e configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico, manutenção ou atualização de software; (v) importação e exportação de bens e mercadorias decorrentes dos serviços descritos; (vi) comércio de máquinas e suprimentos para processamento de dados e automação industrial; (vii) curso e treinamento para desenvolvimento profissional e gerencial; (viii) prestação de serviços de manutenção, industrialização de máquinas em geral, motores, equipamentos, partes e peças; (ix) pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; (x) e a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários. A Radix possui 100% de participação na empresa Radix US que está situada em Houston, Texas, Estados Unidos, e tem como atividades: serviços de engenharia, automação industrial e desenvolvimento de softwares. (v) A ON2 Soluções Integradas Ltda. tem sede no Rio de Janeiro/RJ e tem por objeto social: (a) consultoria em projetos relacionados à engenharia: civil, naval, de produção e automação, mecânica e elétrica; (b) compra, venda, industrialização, importação e exportação, locação e transporte de máquinas e equipamentos relacionados às atividades acima enumeradas, por conta própria ou de terceiros; (c) representação de outras sociedades, por conta própria ou de terceiros; (d) e participação em outras empresas, comerciais ou civis, com sócia, acionista ou quotista. (vi) A Brasympe Energia S.A. possui sua sede no Rio de Janeiro/RJ e tem por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo território nacional, na forma de produtor independente de energia elétrica.

18. Ativo de direito de uso e obrigações com arrendamentos. Grupo como arrendatário. O Grupo possui contratos de arrendamentos financeiros, atuando como arrendatário no aluguel de imóvel e equipamento. A seguir estão os valores contábeis registrados no ativo de direito de uso e a movimentação durante o período:

Em 01/01/2022	Consolidado		
	Imóveis	Equipamentos	Total
Entrada da controlada direta Somov (Nota 1.1.a)	2.350	737	3.087
Adições	301	4.190	4.491
Depreciações	(689)	(810)	(1.499)
Baixas	-	(725)	(725)
Recálculos das parcelas (i)	310	-	310
Em 31/12/2022	2.272	3.441	5.713
Entrada da controlada direta Radix (Nota 1.1.b)	2.445	-	2.445
Adições	7.529	86	7.615
Dep			

GRUPO		SotreqPar S.A.			
		CNPJ/MF nº 23.798.535/0001-55			
Lucro líquido ajustado	41.676	1.157			
(-) Dividendo mínimo obrigatório	(417)	(12)			
(-) Dividendos adicionais propostos	(22)	(2)			
Constituição de reserva de dividendos a pagar	41.237	1.143			
23. Receita operacional, líquida	41.237	1.143			
Vendas de máquinas, motores e peças	297.034	338.357			
Prestação de serviços	536.743	96.831			
Tributos sobre vendas	(89.152)	(48.187)			
Vendas canceladas	(1.147)	(118)			
Receita operacional, líquida	743.478	386.883			
24. Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	743.478	386.883			
Custos dos produtos vendidos	(227.855)	(252.344)			
Custos das vendas	42	(1.562)			
Impostos, taxas e contribuições	40	73			
Reversão de provisão para perda em estoque	(29)	(141)			
Outros	(227.802)	(253.974)			
Custos dos serviços prestados	(267.159)	(35.690)			
Custos das vendas	(11.527)	(11.088)			
Depreciação e amortização (Nota 14 e 15)	(1.221)	(1.843)			
Garantias	(697)	(671)			
Depreciação – ativo de direito de uso (Nota 18)	(7.402)	(130)			
Outros	(288.006)	(49.422)			
Total dos custos	(515.808)	(303.396)			
25. Despesas com vendas	2023	2022			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.514)	(182)			
Propagandas e publicações	(3.425)	(656)			
Fretes e seguros	(2.889)	(2.939)			
Manutenção de bens	(1.461)	(523)			
Outras	(108)	(88)			
26. Despesas gerais e administrativas	2023	2022			
Benefícios a empregados (Nota 26.1)	(104.569)	(34.407)			
Serviços de terceiros	(27.958)	(7.918)			
Horas improdutivas	(14.062)	(2.105)			
Aluguéis e arrendamentos operacionais (Nota 18)	(10.442)	(5.517)			
Viagens, refeições e locomoções	(7.772)	(3.210)			
Material de consumo e ferramentas perecíveis	(6.436)	(4.318)			
Depreciação e amortização (Notas 14 e 15)	(1.225)	(1.400)			
Manutenção de bens	(3.119)	(2.494)			
Despesas com veículos	(3.066)	(1.987)			
Depreciação ativo de direito de uso (Nota 18)	(2.898)	(702)			
Impostos, taxas e contribuições	(1)	(2.339)			
Telefonia, energia e água	(2.137)	(624)			
Outras	(153)	(133)			
26.1. Despesas com benefícios a empregados	2023	2022			
Salários e comissões	(61.654)	(16.348)			
Encargos sociais	(17.834)	(7.256)			
Custos previdenciários	(10.880)	(2.465)			
Participação nos lucros	(10.005)	(7.485)			
Treinamentos e outras	(3.366)	(404)			
Indenizações	(830)	(449)			
Total das despesas operacionais com salários e benefícios (Nota 26)	(104.569)	(34.407)			

27. Resultado financeiro, líquido	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras	-	-	38.288	19.526
Receita amortização financiamento - BANDES (i) e (Nota 17)	-	-	-	-
Juros ativos sobre debêntures (Nota 29)	28.557	4.333	28.689	4.348
Receitas financeiras s/ aplicações	7.364	24.490	14.137	29.664
Varição cambial ativa	-	-	1.944	1.510
Ganho com hedge (i)	-	-	16	369
Outras receitas financeiras	114	3	1.856	1.896
	36.035	28.826	84.930	57.313

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Juros passivos sobre debêntures (Nota 29)	-	(166)	(19.981)	(492)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.676)	(1.340)	(3.848)	(2.563)
Varição cambial passiva	-	-	(2.114)	(1.331)
Swap sobre empréstimos (iii)	-	-	(1.535)	-
Juros sobre empréstimos	-	-	(1.293)	-
Juros passivos sobre arrendamentos (Nota 18)	-	-	(858)	(762)
Outras despesas financeiras	(309)	(3)	(2.734)	(3.452)
	(1.985)	(1.509)	(32.363)	(8.600)
	34.050	27.317	52.567	48.713

28. Despesa de imposto de renda e contribuição social	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Tributo corrente	(7.861)	(6.446)	(26.971)	(20.810)
Tributo corrente sobre o lucro do exercício	(7.861)	(6.446)	(26.971)	(20.810)
Total do tributo corrente	-	-	-	-
Tributo diferido	416	-	29.042	2.697
Geração e reversão de diferenças temporárias (Nota 20)	416	-	29.042	2.697
Total do tributo diferido	(7.445)	(6.446)	2.071	(18.113)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Os tributos detalhados sobre o lucro:				
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	52.633	44.418	46.347	56.120
Imposto calculado com base em alíquotas nominais	(17.895)	(15.102)	(15.758)	(19.081)
Ajuste da Radix US devido a diferença de alíquota	-	-	(662)	-
Efeitos das adições e exclusões	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	7.009	5.860	461	333
Despesas não dedutíveis	38	-	159	(22)
Demais adições/exclusões, líquidas	-	-	(6.612)	(2.258)
Incentivo fiscal - Lei Rouanet / FMDCA / Esporte / Pronas / Pronon / Idoso	-	-	442	308
Venda de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	-	21.420	-
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	3.403	2.796	2.621	2.607
Encargo fiscal	(7.445)	(6.446)	2.071	(18.113)
Corrente	(7.861)	(6.446)	(26.971)	(20.810)
Diferido	416	-	2.902	2.697
	(7.445)	(6.446)	2.071	(18.113)

29. Transações com partes relacionadas. A Companhia é controlada pela Pertos Participações S.A., que detém 82,63% das ações da sociedade. Os 17,37% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas. A Companhia controla diretamente as empresas Somov S.A., Soimpex S.A., Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A., ON2 Soluções In-

tegradas Ltda. e Stogas Armazenamento de Gás Natural S.A. e possui participação direta na Brasmype S.A. Além destas, ela controla indiretamente a Somov Rental Ltda., Santana Exploração e Produção de Óleo e Gás Ltda. e Radix US, LLC. As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas: a) Transações com a Companhia e suas investidas

	2023	2022
Dividendos a receber da Radix	3.391	-
Dividendos a receber da Brasmype	340	243
Dividendos a receber da Soimpex	234	118
Dividendos a receber da Somov	-	126
Saldo no fim do exercício em dividendos a receber	3.965	487

	2023	2022
Dividendos recebidos da Somov	3.317	-
Dividendos recebidos da Radix (i)	3.312	-
Dividendos recebidos da Soimpex	2.940	37
Dividendos recebidos da Brasmype	973	508
Total de dividendos recebidos	10.542	545

(i) Com a incorporação da Sotrex S.A. em 2023 e consequente incorporação do investimento da Radix S.A. (Nota 1.1.b), a Companhia recebeu os dividendos da Radix no valor de R\$3.318 em 2023. b) Empréstimos por meio de debêntures. No ativo não circulante

	2023	2022
Debêntures de empresa do Grupo (Sotreq)	-	-
Em 1º de janeiro	-	-
Aquisição de debêntures	590.000	-
Amortização de debêntures	(303.881)	-
Juros incorridos	26.504	-
	(157)	-
Em 31 de dezembro	312.466	-

	2023	2022
Debêntures de empresa do Grupo (SotreqPar) (i)	-	-
Em 1º de janeiro	-	-
Absorção da parte cindida da Sotreq S.A. (Nota 1.1.a)	-	5.342
Amortização de debêntures	-	(5.342)
Em 31 de dezembro	-	-

(i) Em 02/05/2022 a Companhia absorveu o acervo líquido patrimonial cindido da empresa Sotreq S.A. (Nota 1.1.a). Neste contexto, a Companhia adquiriu debêntures a receber da sua própria emissão e fez um encontro de contas para liquidar a dívida no passivo em debêntures a pagar. Além disso, a Companhia também adquiriu debêntures a receber da empresa Sotrex S.A. no valor de R\$48.179. As debêntures a receber da Sotrex possuem carência de 24 meses, remuneração de 100% do CDI e valor unitário de R\$1. A última emissão tem vencimento em 31/03/2028. No passivo não circulante

	2023	2022
Debêntures de empresa do Grupo (Sotreq)	-	-
Em 1º de janeiro	-	-
Amortização de debêntures	-	(4.038)
Juros incorridos	-	(972)
Juros pagos	-	(166)
Em 31 de dezembro	-	-

As debêntures possuem carência de 24 meses, remuneração de 100% do CDI + 6% e valor unitário de R\$1.30. Eventos subsequentes. Aumento de capital social. Em 15/03/2024 a Companhia aumentou o capital social no valor de R\$23.625 através da reserva de dividendos a pagar. Desta forma, o capital social passou de R\$600.687.

Assinatura
Marcelo Orberg - Presidente; José Ricardo Martins Cordeiro - Diretor; Renato Pimentel Freitas - Diretor. Contador: Rafael Procaji Camera - CRC RJ-131252/O-8

Voltalia Areia Branca I Participações S.A. - CNPJ/MF Nº 18.396.589/0001-54

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Balanço patrimonial				Demonstração dos resultados				Demonstração dos fluxos de caixa						
Ativo	Controladora		Consolidado		Receita com fornecimento de energia, líquida	Controladora		Consolidado		Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Circulante	3.198	3.936	21.428	23.592										
Caixa e equivalente de caixa	51	163	4.641	1.839		-	-	70.497	63.103		20.416	14.372	26.084	18.596
Contas a receber	-	-	11.907	14.210	Outras receitas operacionais, líquida			-	2.102	2.729				
Contas a receber - Partes relacionadas	1	-	117	87	Custos operacionais			-	(38.169)	(36.879)				
Despesas antecipadas	-	-	1.221	1.294	Resultado bruto									
Adiantamentos a fornecedores	112	111	385	703	Despesas operacionais			(138)	(147)	(3.108)	(2.436)			
Impostos a recuperar	101	1.964	715	2.498	Despesas administrativas			85	-	87	157			
Depósitos judiciais e cauções	20	-	170	-	Outras receitas (despesas)			12.217	7.099	87	157			
Dividendos - Partes relacionadas	2.902	1.686	-	-	Resultado de equivalência patrimonial			12.164	6.952	31.409	26.674			
Outros ativos	11	12	2.272	2.961	Lucro operacional			(270)	(16)	(21.157)	(20.896)			
Não circulante	233.835	219.312	426.898	416.986	Despesas financeiras			8.522	7.436	15.832	12.818			
Títulos e valores mobiliários	-	-	65.084	54.604	Receitas financeiras			8.252	7.420	(5.325)	(8.078)			
Contas a receber de longo prazo	-	-	5.968	3.947	Resultado financeiro			20.416	14.372	26.084	18.596			
Mútuos - Partes relacionadas II	67.206	61.998	67.206	61.998	Resultado antes do IR e CS			(1.918)	(1.664)	(7.586)	(5.888)			
Investimentos	166.629	157.314	-	-	IR e CS			18.498	12.708	18.498	12.708			
Imobilizado	-	-	284.244	291.767	Lucro líquido do exercício			-	-	-	-			
Intangível	-	-	4.396	4.670	A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.									
Total do ativo	237.033	223.248	448.326	440.578	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido									
Passivo	2023	2022	2023	2022	Reservas de Lucros									
Circulante	4.492	4.737	53.028	42.387	Reserva de Lucros									
Fornecedores	4	7	5.493	4.678	Capital Social									
Empréstimos e financiamentos	-	-	21.517	21.167	Reserva Legal									
Obrigações fiscais e trabalhistas	70	1.702	2.583	4.070	Lucros Acumulados									
Contas a pagar - Partes relacionadas I	24	9	145	143	Saldos em 31/12/2021	158.417	7.461	41.959	49.420	-	207.837	-	-	-
Dividendos - Partes relacionadas II	4.394	3.019	4.394	3.019	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.708	12.708	-	-	-
Penalidades contratuais II	-	-	17.418	9.109	Destinação do lucro									
Outros passivos	-	-	1.058	-	Constituição de reserva legal			925	-	925	(925)	-	-	-
Passivo de arrendamentos I	-	-	420	201	Dividendo mínimo obrigatório			-	-	-	(4.392)	(4.392)	-	-
Não circulante	909	9												

Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A.

CNPJ/MF nº 11.677.441/0001-49

Balancos patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais) - Table with columns for Ativo, Circulante, Não circulante, Passivo, Circulante, and Não circulante, with sub-columns for 2023 and 2022.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais) - Table showing capital social, reservas de lucros, and lucros acumulados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Informações sobre o Grupo. A Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A. ("Radix", "Companhia" ou em conjunto com sua controlada "Grupo") está localizada na Rua do Passeio, 38, Sala 1.401, Setor 2, Centro, no Rio de Janeiro/RJ, e filiais nas cidades de Volta Redonda/RJ, São Paulo/SP, Natal/RN e Belo Horizonte/MG. Tem como atividades preponderantes a (i) prestação de serviços de engenharia e serviços de engenharia consultiva...

Demonstrações dos resultados em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais) - Table with columns for Receita operacional, Lucro operacional, Resultado financeiro, and Despesas financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais) - Table with columns for Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimentos, and Financiamentos.

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais) - Table with columns for Lucro do exercício, Outros componentes do resultado abrangente, and Resultado do exercício.

Letivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. b) Prestação de serviços. As receitas provenientes dos contratos de prestação de serviços por horas trabalhadas, geralmente relacionadas às prestações de serviços de engenharia, de informática e de consultorias, são reconhecidas através de medições de avanço, com base nas horas incorridas até a data do balanço.

confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados desde o início da operação, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado de cinco anos. 2.15. Arrendamento mercantil. Grupo como Arrendatário. Os reconhecimentos iniciais dos valores referentes ao arrendamento financeiro são contabilizados no ativo de direito de uso ao custo e no passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento descontados pela taxa de juros implícita...

Ativo - Table with columns for Circulante, Não circulante, and Passivo, listing items like Caixa e equivalentes de caixa, Dividendos a receber, and Investimento.

Ativos financeiros - Table with columns for Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras compromissadas, and Títulos e valores mobiliários.

DF Grupo - Table with columns for Caixa e equivalentes de caixa, Custos amortizados, and Custos amortizados.

2.1. Base de preparação. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. 2.2. Declaração de conformidade. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. 2.3. Base de consolidação. As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Radix e de sua controlada integral Radix US, sediada nos Estados Unidos. A controlada foi consolidada a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obteve controle e continua a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. A demonstração contábil da controlada é elaborada para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados no momento da consolidação. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas no patrimônio líquido. O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes (reconhecidos diretamente no patrimônio líquido) são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos acionistas não controladores. Perdas são atribuídas à participação de acionistas não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. 2.4. Investimento em controlada. Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente com uma participação de mais do que a metade dos direitos a voto. O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Com base neste método, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da investida a partir da data de aquisição, reconhecido no resultado do exercício como participações nos lucros (prejuízos) de controlada (equivalência patrimonial). Variações cambiais registradas no patrimônio líquido da investida, a Companhia reconhecerá no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, evidenciando na demonstração das mutações do patrimônio líquido. 2.5. Conversão de moeda estrangeira. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada determina sua própria moeda funcional e, naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações contábeis são traduzidas para o real na data do fechamento. Em 31/12/2023, a moeda funcional é o real, com exceção da controlada Radix US, que é o dólar. a) Transações e saldos. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. b) Controlada e conversão de moeda de apresentação. Os ativos e passivos da controlada no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio da data das transações e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média da data do balanço. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado. 2.6. Classificação corrente versus não corrente. O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou Todos os demais ativos são classificados como ativos não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses, após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como passivos não circulantes. 2.7. Reconhecimento da receita. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: a) Venda de produtos. A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado pelo cliente; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou as Companhias tenham evidenciado e

2.8. Tributos. a) Imposto de renda e contribuição social correntes. Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado e a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, se reconhecidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos ou passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Os decorrentes créditos tributários serão registrados somente quando a Companhia apresentar histórico e projeções de lucros tributários. A Companhia possui R\$92.443 e R\$124.038 (R\$92.748 e R\$124.323 em 2022) de IR e CSLL diferidos sobre PF e base negativa de CSLL não reconhecidos. c) Impostos sobre prestação de serviços e vendas. A Radix está sujeita, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) de 0,65% e 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3% e 7,6%; • Imposto sobre Serviços (ISS) de 2% a 5%; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 4% a 20%. Esses tributos são apresentados como deduções dos serviços prestados e de vendas na demonstração do resultado. d) Impostos de renda na controlada Radix US. A controlada Radix US está sujeita, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas: • Imposto de Renda Federal de 21%; • Imposto de Renda Estadual de 0,75% a 9,8%. Em 31/12/2023, a Radix US possui US\$97 de imposto de renda a pagar que se refere ao exercício de 2023. 2.9. Instrumentos financeiros. Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Ativos financeiros. a) Classificação e mensuração. A avaliação dos ativos financeiros da Grupo está detalhada na tabela abaixo:

2.10. Caixa e equivalentes de caixa. Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.11. Títulos e valores mobiliários. É composto por recursos aplicados em fundos de investimentos e são registrados pelo valor das cotas divulgado pelos administradores dos fundos e são classificados ao custo amortizado. 2.12. Contas a receber. As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços no decorrer normal das atividades do Grupo. Quando necessário o saldo de contas a receber é corrigido pela provisão para crédito de liquidação duvidosa. A Administração da Companhia não provisiona para perda de contas a receber com partes relacionadas. 2.13. Imobilizado. O imobilizado é apresentado pelo seu custo histórico, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. 2.14. Ativos intangíveis. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Projetos de informática e sistemas aplicativos. Os gastos incorridos no desenvolvimento e implantação de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que o projeto será bem-sucedido, considerando-se sua viabilidade tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo

Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A.

CNPJ/MF nº 11.677.441/0001-49

amortização são revisadas para a verificação de necessidade de constituição de provisão para recuperação do ativo - impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Neste caso, uma perda por impairment será reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Não foram identificados indicadores de impairment nos exercícios de 2023 e 2022.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Recursos em espécie e banco	1.391	115	5.834	9.669
Aplicações financeiras compromissadas	10.909	8.962	11.248	8.962
	12.300	9.077	17.082	18.631

Em 31/12/2023, os equivalentes de caixa são compostos principalmente por aplicações financeiras compromissadas e pelo excesso da posição de caixa aplicada após o fechamento do mercado até a abertura do próximo dia útil. As operações compromissadas são operações com o compromisso do vendedor, normalmente um banco de primeira linha, em recomprar a aplicação por um preço especificado em uma data futura determinada, e a maioria delas possui taxas flutuantes de liquidez diária (CDI). As operações compromissadas foram remuneradas a uma taxa média de 70% do CDI para 2023 e 2022.

5. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.047	5.147	2.047	5.147
	2.047	5.147	2.047	5.147

Os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) possuem prazos de resgates superiores a 90 dias e foram remunerados a uma taxa média entre 98% e 99% do CDI em 2023 (os CDBs foram remunerados a uma taxa média de 99% do CDI durante todo o ano de 2022).

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes, faturados	43.878	38.097	69.766	54.129
Contas a receber de clientes, não faturados (i)	9.602	8.712	26.490	19.773
	53.480	46.809	96.256	73.902
Partes relacionadas (Nota 25)	31.912	12.258	909	715
	85.392	59.067	97.165	74.617

(i) As contas a receber de cliente não faturados referem-se a serviços prestados aos seus clientes, comprovadas através do avanço físico de serviços já prestados. As contas a receber de clientes e partes relacionadas são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Reais	53.945	59.067	96.477	72.607
Dólares americanos	31.447	-	688	2.010
	85.392	59.067	97.165	74.617

A seguir apresentamos o saldo de contas a receber por vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer, não faturados	9.602	8.712	26.490	19.773
A vencer, faturados	72.798	42.735	62.838	44.789
Vencidas até três meses	2.868	6.319	7.703	6.380
Vencidas de três a seis meses	124	1.301	124	3.675
Vencidas acima de seis meses	-	-	10	-
	75.990	50.355	70.675	54.844
	85.392	59.067	97.165	74.617

9. Imobilizado.

	Equipamentos de informática		Equipamentos e ferramentas		Instalações, móveis e utensílios		Beneficiárias em propriedade de terceiros		Construções em andamento		Veículos		Total imobilizado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Saldo em 1º/01/2022	3.963	-	24	-	186	-	206	-	-	-	580	4.959	-	-
Aquisição	2.190	-	-	-	-	-	-	-	21	-	2.319	4.530	-	-
Alienações e baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(972)	(972)	-	-
Depreciação	(2.032)	-	(9)	-	(45)	-	(65)	-	-	-	(356)	(2.507)	-	-
Saldo em 31/12/2022	4.121	-	15	-	141	-	141	-	21	-	443	443	-	-
Em 31/12/2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo	10.808	-	87	-	437	-	718	-	21	-	2.328	14.399	-	-
Depreciação acumulada	(6.687)	-	(72)	-	(296)	-	(577)	-	-	-	(314)	(7.946)	-	-
Saldo contábil, líquido	4.121	-	15	-	141	-	141	-	21	-	2.014	6.453	-	-
Saldo em 1º/01/2023	4.121	-	15	-	141	-	141	-	21	-	2.014	6.453	-	-
Aquisição	1.212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.046	2.258	-	-
Alienações e baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(671)	(671)	-	-
Depreciação	(2.382)	-	(9)	-	(46)	-	(61)	-	-	-	(486)	(2.984)	-	-
Saldo em 31/12/2023	2.951	-	6	-	95	-	80	-	21	-	2.238	5.391	-	-
Em 31/12/2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo	12.020	-	87	-	437	-	718	-	21	-	2.703	15.986	-	-
Depreciação acumulada	(9.069)	-	(81)	-	(342)	-	(638)	-	-	-	(465)	(10.595)	-	-
Saldo contábil, líquido	2.951	-	6	-	95	-	80	-	21	-	2.238	5.391	-	-
Taxas anuais de depreciação	20% a 33%	10%	10%	10%	20%	20%	33%	20%	33%	20%	33%	33%	20%	33%
Consolidado	Equipamentos de informática	Equipamentos e ferramentas	Instalações, móveis e utensílios	Beneficiárias em propriedade de terceiros	Construções em andamento	Veículos	Total imobilizado							
Saldo em 1º/01/2022	4.034	24	217	206	-	580	5.061							
Aquisição	2.264	-	-	-	21	2.319	4.604							
Alienações e baixa	-	-	-	-	-	(972)	(985)							
Depreciação	(2.046)	(9)	(13)	(65)	-	(356)	(2.535)							
Saldo em 31/12/2022	4.252	15	145	141	21	443	6.588							
Em 31/12/2022	-	-	-	-	-	-	-							
Custo	11.069	87	626	718	21	2.328	14.849							
Depreciação acumulada	(6.817)	(72)	(481)	(577)	-	(314)	(8.261)							
Saldo contábil, líquido	4.252	15	145	141	21	2.014	6.588							
Saldo em 1º/01/2023	4.252	15	145	141	21	2.014	6.588							
Aquisição	1.398	-	-	-	-	1.046	2.573							
Alienações e baixa	(19)	-	-	-	-	(671)	(704)							
Depreciação	(2.438)	(9)	(14)	(61)	-	(486)	(3.044)							
Saldo em 31/12/2023	9	6	15	80	21	335	359							
Em 31/12/2023	3.202	6	96	209	21	2.238	5.772							
Em 31/12/2023	-	-	-	-	-	-	-							
Custo	12.448	87	612	847	21	2.703	16.718							
Depreciação acumulada	(9.246)	(81)	(516)	(638)	-	(465)	(10.946)							
Saldo contábil, líquido	3.202	6	96	209	21	2.238	5.772							
Taxas anuais de depreciação	20% a 33%	10%	10%	20%	20%	33%	33%							

10. Intangível

	Controladora e Consolidado		Total
	Gastos iniciais com projetos	Licença de software e sistemas aplicativos	
Saldo em 1º/01/2022	-	206	208
Aquisições	1.877	6	1.883
Amortização	-	(127)	(127)
Saldo em 31/12/2022	1.877	85	1.964
Em 31/12/2022	-	-	-
Custo	1.877	14.914	16.793
Amortização acumulada	-	(14.829)	(14.829)
Saldo contábil, líquido	1.877	85	1.964
Saldo em 1º/01/2023	1.877	85	1.964
Aquisições	6.158	-	6.158
Amortização	-	(78)	(78)
Saldo em 31/12/2023	8.035	7	8.044
Em 31/12/2023	-	-	-
Custo	8.035	14.914	22.951
Amortização acumulada	-	(14.907)	(14.907)
Saldo contábil, líquido	8.035	7	8.044
Taxas anuais de amortização	20%	20%	20%

11. Ativo de direito de uso e obrigações com arrendamentos. O Grupo possui contratos de arrendamentos financeiros, atuando como arrendatária no aluguel de imóveis. A seguir estão os valores contábeis registrados no ativo de direito de uso e a movimentação durante o período:

	Controladora		Consolidado	
	Imóvel	Imóvel	Imóvel	Imóvel
Em 31/12/2021	3.076	3.655	-	-
Depreciação	(1.757)	(2.065)	-	-
Recálculos das parcelas (i)	855	855	-	-
Em 31/12/2022	2.174	2.445	-	-
Depreciação	(1.910)	(2.181)	-	-
Em 31/12/2023	264	264	-	-

(i) A Companhia obteve alterações nas parcelas dos aluguéis dos imóveis resultando em recálculos dos arrendamentos de direito de uso. Abaixo estão apresentados os valores contábeis registrados no passivo de arrendamento a longo prazo e a movimentação durante o período:

	Controladora		Consolidado	
	Imóvel	Imóvel	Imóvel	Imóvel
Em 31/12/2021	3.821	4.401	-	-
Acrescimo de juros	224	255	-	-
Pagamentos	(2.293)	(2.623)	-	-
Recálculos das parcelas (i)	855	855	-	-
Em 31/12/2022	2.607	2.888	-	-
Circulante	2.305	2.586	-	-
Não circulante	302	302	-	-
Acrescimo de juros	103	113	-	-
Pagamentos	(2.406)	(2.697)	-	-
Em 31/12/2023	304	304	-	-
Circulante	304	304	-	-
Não circulante	-	-	-	-

(i) A Companhia obteve alterações nas parcelas dos aluguéis dos imóveis resultando em recálculos dos arrendamentos de direito de uso. Os passivos de arrendamentos têm vencimentos até setembro de 2024 e foram calculados com base na taxa incremental média de 0,6076% a.m. (0,5529% a.m. em 2022) (Nota 3.2.e). Os montantes reconhecidos no resultado são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesa depreciação ativo de direito de uso	(1.910)	(1.757)	(2.170)	(2.025)
Créditos PIS/COFINS não cumulativos	78	99	78	99
Total de despesa de depreciação (Nota 20)	(1.832)	(1.658)	(2.092)	(1.926)
Despesa de juros s/ arrendamentos	(103)	(224)	(114)	(255)
Créditos PIS/COFINS não cumulativos	27	13	27	13
Total de despesa de juros (Nota 23)	(76)	(211)	(87)	(242)
Despesas relativas a arrendamentos operacionais (Nota 20)	(6.532)	(6.541)	(7.197)	(6.615)
Total reconhecido no resultado	(8.440)	(8.410)	(9.376)	(8.783)

12. Empréstimos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante	-	-	-	-
Empréstimos	18.687	7.465	18.687	15.333
	18.687	7.465	18.687	15.333
Não circulante	-	-	-	-
Empréstimos	2.066	-	2.066	-
	2.066	-	2.066	-
	20.753	7.465	20.753	15.333

a) Características dos empréstimos.

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	Saldo inicial 2022	Captações 2022	Juros incorridos 2022	Amortizações de juros 2022
Capital de giro nacional	4.187	-	65	(4.000)
Capital de giro estrangeiro	3.278	21.236	659	(3.349)
	7.465	21.236	724	(7.349)

Em 31/12/2023, as contas a receber de clientes faturados no valor de R\$2.992 na controladora (R\$7.620 em 2022) e R\$7.837 no consolidado (R\$10.055 em 2022), encontram-se vencidas, mas não provisionadas. Esses valores referem-se a clientes que não apresentam histórico recente de inadimplência e para os quais a Administração entende não haver risco de crédito, pois são clientes-chaves da Companhia. Adicionalmente, do montante em atraso até 31/12/2023 no valor de R\$2.992 na controladora e R\$7.837 no consolidado, foram recebidos pela Companhia aproximadamente R\$1.853 e R\$6.269, respectivamente, até a data de 01/03/2024. As movimentações na provisão para perdas em contas a receber de clientes são as seguintes:

Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A.

CNPJ/MF nº 11.677.441/0001-49

c) Saldo no fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos e serviços

	2023	2022
Contas a receber de partes relacionadas		
Radix US	31.447	11.543
Sotreq S.A.	465	715
	31.912	12.258
Dividendos a pagar a partes relacionadas		
Sotreq Par S.A.	3.391	-
Sotrex S.A.	-	3.549
	3.391	3.549

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em um mês. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas.

d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

	2023	2022
Honorários de diretoria	3.643	3.639
Salários e encargos	645	472
Participação nos lucros da diretoria	48	38
	4.336	4.149

26. Seguros. O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventos sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Abaixo seguem os seguros contratados em 2023 pela Companhia:

Apólices

Apólices	Vigência
Responsabilidade civil profissional	01/07/2023 a 01/07/2024
Seguro de automóvel	01/07/2023 a 01/07/2024
Responsabilidade civil geral	01/07/2023 a 01/07/2024
Riscos de petróleo	01/07/2023 a 01/07/2024
Seguro patrimonial	17/07/2023 a 17/07/2024

Assinaturas

João Carlos Chachamovitz - Presidente
Geraldo Luiz Rochocz - Diretor; **Daniella Romão Gallo** - Diretora
Laurent Lisandre - Diretora; **Paulo Armando Carneiro do Rego** - Diretor
 Contador: **Rafael Procaci Camera** - CRC/RJ-131252/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores **Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A.** Rio de Janeiro - RJ, Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções po-

ERNEST & YOUNG

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2024.
 ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC-SP015199/F.
 Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci - Contadora - CRC-RJ091370/O.

EMPRESA VIAÇÃO IDEAL S.A.

CNPJ/MF nº 33.197.161/0001-76

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo	31/12/2023	31/12/2022	Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2023	31/12/2022	Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			Passivo circulante			Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Caixa e equivalentes de caixa	983	1.424	Contas a pagar	5.118	4.801	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(2.500)	3.810
Contas a receber	496	1.337	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.421	1.206	Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício ao caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais		
Estoques	832	762	Obrigações fiscais	873	284	Provisão para contingências	3.334	(3.425)
Adiantamentos	137	2.202	Adiantamentos de clientes	4.206	-	Depreciação e amortização	3.997	2.570
	3.197	6.661	Provisão sobre a folha de pagamento	2.180	2.259	Ajustes retrospectivos	-	(58)
Ativo não circulante			Juros sobre capital próprio	3.069	1.041		4.831	2.897
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos	148	147			
Depósitos restituíveis e créditos vinculados	54	54	Provisões para contingências	17.015	9.738			
Imobilizado	59.076	43.310						
Intangível	24	24	Passivo não circulante					
	59.154	43.388	Contas a pagar	4.340	-	Variáveis nos ativos e passivos		
Total do ativo	62.351	50.049	Empréstimos e financiamentos	223	372	Contas a receber	841	(1.087)
			Provisões para contingências	3.759	425	Impostos a recuperar	187	259
				8.322	797	Estoques	(70)	(122)
			Patrimônio líquido			Adiantamentos	2.065	(148)
			Capital social	4.625	4.625	Contas a pagar	4.657	4.040
			Reserva de lucros	32.389	34.889	Obrigações fiscais	589	197
			Total passivo e patrimônio líquido	62.351	50.049	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	136	(1.105)
						Adiantamentos de clientes	4.206	-
						Juros sobre capital próprio	2.028	1.041
						Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	19.470	5.972
						Fluxo de caixa das atividades de investimento		
						Aquisição de ativos	(69.761)	(8.972)
						Baixa / Alienação de ativos	49.998	1.903
						Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(19.763)	(7.069)
						Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
						Captação/Pagamentos de empréstimos	(148)	519
						Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(148)	519
						Redução no caixa e equivalentes de caixa	(441)	(578)
						No início do exercício	1.424	2.002
						No final do exercício	983	1.424

AUTO VIAÇÃO TIJUCA S/A

CNPJ/MF nº 33.535.592/0001-03

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo	31/12/2023	31/12/2022	Passivo e Passivo a descoberto	31/12/2023	31/12/2022	Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			Passivo circulante			Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Caixa e equivalentes de caixa	973	152	Contas a pagar	2.855	3.757	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	1.682	(6.768)
Contas a receber	3.486	1.956	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.212	2.177	Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício ao caixa e equivalentes de caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		
Estoques	823	549	Obrigações fiscais	222	48	Depreciação e amortização	5.509	3.166
Adiantamentos	22	-	Empréstimos e financiamentos	9.512	10.127	Provisões para contingências	(3.414)	(682)
Impostos e contribuições a recuperar	-	175	Parcelamentos fiscais	290	290		3.777	(4.284)
	5.304	2.832	Adiantamentos	3.774	2.007			
Ativo não circulante			Provisões sobre a folha de pagamento	2.751	2.341			
Realizável a longo prazo				20.616	20.747	Variáveis nos ativos e passivos		
Bens disponíveis para negociação	2.880	2.880	Passivo não circulante			Contas a receber	(1.530)	(1.117)
Imobilizado	7.011	5.421	Contas a pagar	7.667	-	Adiantamentos	(22)	-
Intangível	1.239	1.498	Parcelamentos fiscais e previdenciários	769	1.226	Impostos a recuperar	175	-
	11.130	9.799	Empréstimos e financiamentos	6.120	7.295	Estoques	(274)	(166)
Total do ativo	16.434	12.631	Provisão para passivo a descoberto	10.002	10.371	Outros créditos	-	(2.880)
			Provisão para contingências	1.468	4.882	Contas a pagar	6.765	1.794
				26.026	23.774	Obrigações fiscais	174	-
			Passivo a descoberto			Provisão para passivo a descoberto	(369)	4.529
			Capital social	7.925	7.925	Parcelamentos fiscais e previdenciários	(457)	(602)
			Prejuízos acumulados	(38.133)	(39.815)	Adiantamentos de clientes	1.767	1.146
			Total passivo e passivo a descoberto	16.434	12.631	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(555)	986
						Caixa líquido caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	9.451	(594)
						Fluxo de caixa das atividades de investimento		
						Aquisição de ativos	(6.840)	(2.580)
						Baixa / Alienação de ativos	-	2.776
						Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimento	(6.840)	196
						Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
						Aquisição/amortização de empréstimos	(1.790)	366
						Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(1.790)	366
						Aumento (Diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	821	(32)
						Variável de caixa e equivalentes de caixa		
						No início do exercício	152	184
						No final do exercício	973	152

INFINEUM BRASIL LIMITADA

CNPJ/MF nº 02.833.409/0001-14

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)					DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO Período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)			
Ativo	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	2023	2022	Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Circulante			Circulante			Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Caixa e equivalentes de caixa	108.266	98.829	Contas a pagar a partes relacionadas	17.804	14.403	Lucro líquido do exercício	58.811	83.042
Contas a receber de clientes	132.156	182.160	Impostos, taxas e contribuições a recolher	187.391	311.909	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades consumidas pelas Atividades operacionais	(12.768)	(4.940)
Estoques	114.250	167.574	Salários, provisões e encargos sociais	14.022	5.354	Depreciações e amortizações	46.043	78.102
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	56.362	57.362	Passivo de arrendamento	4.399	4.527			
Outros créditos Circulante	110	110	Outros passivos	-	-	Redução (aumento) de ativos		
Total do ativo circulante	411.144	506.035	Total do passivo circulante	226.370	338.947	Contas a receber de clientes	47.360	(86.745)
Não circulante			Patrimônio líquido			Estoques	53.324	(49.129)
Outros créditos não circulantes	29.887	29.842	Capital social	12.072	12.072	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.000	(3.192)
Ativos de direito de uso	-	-	Lucros acumulados	218.801	197.312	Contas a receber de partes relacionadas	2.644	(2.534)
Intangível	511	742	Total do patrimônio líquido	230.873	209.384	Outros créditos	(45)	(14.529)
Imobilizado	15.701	11.712	Total do passivo e do patrimônio líquido	457.243	548.331			
Total do ativo não circulante	46.099	42.296				Aumento (redução) de passivos		
Total do ativo	457.243	548.331				Fornecedores	3.402	3.745
						Contas a pagar a partes relacionadas	(124.518)	117.193
						Impostos, taxas e contribuições a recolher	8.668	4.095
						Salários, provisões e encargos sociais	(128)	626
						Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	37.750	47.632
						Fluxos de caixa das atividades de investimento		
						Imobilizado	1.654	1.867
						Intangível	34	35
						Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	1.688	1.902
						Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
						Pagamentos de leasing	-	-
						Lucros distribuídos	(30.000)	(15.000)
						Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(30.000)	(15.000)
						Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	9.438	34.534
						Caixa e equivalentes de caixa	98.829	64.295
						No início do exercício	108.266	98.829
						No fim do exercício	9.437	34.534
						Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		

Peter Alentejano Gilbert - Diretor - CPF 905.183.657-00
 Jorge Nascimento - Contador - CRC/RJ 115.736/O-2

Voltaia Areia Branca II Participações S.A. – CNPJ/MF Nº 18.394.146/0001-24

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais				Demonstrações dos resultados				Demonstração dos fluxos de caixa							
Ativo	Controladora		Consolidado		Receita com fornecimento de energia, líquida	Controladora		Consolidado		Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022	
Circulante	13.112	10.772	21.142	19.015	-	-	70.497	63.103	-	-	12.225	7.102	17.880	11.326	
Caixa e equivalente de caixa	1.259	461	4.590	1.676	-	-	2.102	2.729	-	-	-	-	-	-	
Contas a receber	-	-	11.907	11.873	-	-	(38.169)	(36.879)	-	-	-	-	-	-	
Contas a receber - Partes relacionadas I	9	9	126	96	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas antecipadas	-	-	1.221	1.294	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Adiantamentos a fornecedores	3	2	273	591	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Impostos a recuperar	109	43	614	533	-	-	(54)	(43)	(2.973)	(2.289)	-	-	80	-	
Dividendos - Partes relacionadas	2.891	1.738	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.173)	(7.320)	-	-	
Mútuos - Partes relacionadas I	8.841	8.519	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros ativos	-	-	2.261	2.952	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Depósitos judiciais e cauções	-	-	150	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Não circulante	167.076	157.372	359.692	357.325	Resultado operacional	12.119	7.277	31.457	26.824	Despesas administrativas	(1.588)	(1.317)	(20.886)	(20.891)	
Títulos e valores mobiliários	25.382	922	65.084	54.604	Despesas operacionais	1.694	1.142	7.309	5.393	Outras receitas (despesas)	-	-	-	160	
Contas a receber de longo prazo	-	-	5.968	6.284	Resultado de equivalência patrimonial	12.173	7.320	-	-	Depreciações e amortizações	-	-	-	-	16.661
Investimentos	141.694	156.450	-	-	Lucro operacional	12.119	7.277	31.457	26.824	Penalidade (Ressarcimento) - Provisão	-	-	-	-	1.741
Imobilizado	-	-	284.244	291.767	Despesas financeiras	(1.588)	(1.317)	(20.886)	(20.891)	Penalidades contratuais suspensas	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	4.396	4.670	Receitas financeiras	1.694	1.142	7.309	5.393	- Atualização	-	-	-	-	(223)
Total do ativo	180.188	168.144	380.834	376.340	Resultado financeiro	106	-175	(13.577)	(15.498)	(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais	(24.259)	(301)	26.584	49.570	
Passivo	2023	2022	2023	2022	Resultado antes do IR e CS	12.225	7.102	17.880	11.326	Contas a receber	-	-	2.303	(5.935)	
Circulante	13.545	10.817	51.448	39.342	IR e CS	(8)	-	(5.663)	(4.224)	Adiantamentos a fornecedores	(1)	-	318	(40)	
Fornecedores	8	4	5.489	4.669	Lucro líquido do exercício	12.217	7.102	12.217	7.102	Despesas antecipadas	-	-	107	(299)	
Empréstimos e financiamentos	-	-	21.517	21.167	Destinação do lucro	-	-	-	-	Outros ativos	-	-	686	3	
Obrigações fiscais e trabalhistas	26	17	2.510	2.366	Constituição de reserva legal	-	-	354	(354)	Depósitos judiciais e cauções	-	-	(150)	-	
Contas a pagar - Partes relacionadas I	1	1	131	144	Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(1.686)	Impostos a recuperar	(66)	4	(81)	2	
Dividendos - Partes relacionadas II	2.905	1.686	2.905	1.686	Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(2.905)	Contas a receber - Partes relacionadas	-	-	(30)	(87)	
Mútuos - Partes relacionadas	10.605	9.109	-	-	Lucros retidos a deliberar	-	-	5.062	5.062	Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais	4	(11)	820	(95)	
Penalidades contratuais II	-	-	17.418	9.109	Saldos em 31/12/2021	107.995	7.319	36.587	43.906	Obrigações fiscais e trabalhistas	9	3	(1.325)	(871)	
Passivo de arrendamentos I	-	-	420	201	Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.102	Penalidades contratuais	-	-	(2.902)	677	
Outros passivos	-	-	1.058	-	Outras movimentações	-	-	-	-	Contas a pagar - Partes relacionadas I	-	-	(13)	82	
Não circulante	14	10	162.757	179.681	Destinação do lucro	-	-	-	-	Outros passivos	-	-	1.058	-	
Empréstimos e financiamentos II	-	-	146.451	163.993	Constituição de reserva legal	-	-	-	354	Recursos provenientes das atividades operacionais	(24.259)	(301)	26.584	49.570	
Penalidades contratuais II	-	-	2.611	10.251	Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(1.686)	Pagamentos de encargos financeiros	-	-	(14.435)	(15.988)	
Provisões fiscais	14	10	219	216	Lucros retidos a deliberar	-	-	5.062	5.062	Pagamentos de IR e CS pagos	-	-	(4.199)	(3.796)	
Passivo de arrendamentos II	-	-	9.786	5.221	Saldos em 31/12/2022	107.995	7.673	41.649	49.322	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(24.259)	(301)	7.950	29.786	
Outras Obrigações	-	-	3.690	-	Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.217	Fluxos de caixa das atividades de investimento	-	-	40	20.114	
Total do passivo	13.559	10.827	214.205	219.023	Outras movimentações	-	-	-	-	Aplicações em títulos e valores mobiliários	-	-	-	(79)	
Patrimônio líquido	166.629	157.317	166.629	157.317	Destinação do lucro	-	-	-	-	Recebimento de dividendos	25.769	2.884	-	-	
Capital social	107.995	107.995	107.995	107.995	Constituição de reserva legal	-	-	611	(611)	Mútuos - Partes relacionadas	(1.666)	(1.784)	-	-	
Reserva de lucro	50.350	41.649	50.350	41.649	Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(2.905)	Caixa líquido usado nas atividades de investimento	24.103	1.140	20.035	(4.206)	
Reserva legal	8.284	7.673	8.284	7.673	Lucros retidos a deliberar	-	-	8.701	8.701	Fluxos de caixa de atividades de financiamento	-	-	(22.083)	(21.816)	
Total do passivo e patrimônio líquido	180.188	168.144	380.834	376.340	Saldos em 31/12/2023	107.995	8.284	50.350	58.634	Financiamentos com partes relacionadas - Mútuos	2.637	2.309	-	(227)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31/12/2023

1 Informações gerais e base de preparação: Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras. **1.1 Informações gerais:** A Voltaia Areia Branca II Participações S.A. (Companhia), sociedade por ações constituída em 26/06/2013, tem sede administrativa e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 1º andar, CEP 04532-010, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica. Em 31/12/2023 e 31/12/2022, a Companhia encontra-se com o capital circulante negativo no montante de R\$ 30.306 e R\$ 20.327, respectivamente. Havendo a necessidade de capital giro adicional, a sua acionista realizará aporte de capital para que a Companhia honre com suas obrigações de curto prazo. As controladas têm por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido nos parques eólicos denominados Carcará I, Carcará II e Terral. As controladas entraram em operação a partir do quarto trimestre de 2014 e suas necessidades de caixa são cobertas por intermédio do empréstimo firmado junto ao BNDES e das receitas advindas de suas operações. As participações societárias diretas são as seguintes:

	% Participação
Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.	100,00%
Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.	100,00%
Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.	100,00%

Autorização da Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.: A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 390 de 26/06/2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Terral. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 28/06/2012 e o término em 28/06/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia. Em 03/06/2014 foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 4.700, na qual altera as características técnicas da usina para 30.000 kW a capacidade instalada total da mesma, constituída por 10 unidades geradoras de 3.000 kW cada. Em 18/11/2015 foi alterada a Garantia Física da usina para 17,5 MW médio, publicada pela Portaria nº 346 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPDE. A Companhia entrou em fase de teste em 21/10/2014, conforme despacho ANEEL nº 4.194 de 21/10/2014. Em 24/03/2015, a Companhia entrou em operação comercial conforme despacho Aneel nº 740, de 23/03/2015. No dia 03/03/2015, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. **Autorização da Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.:** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 205 de 05/04/2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Carcará I, constituída de 10 Unidades Geradoras, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada. De acordo com a portaria nº 205, de 05/04/2012, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos,

sendo o início em 09/04/2012 e o término em 09/04/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia. A Companhia entrou em fase de teste em 31/12/2014, conforme despacho ANEEL nº 4.5975 de 30/12/2014. No dia 11/03/2015, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. Em 24/03/2015, a Companhia entrou em operação comercial conforme despacho Aneel nº 739, de 23/03/2015. A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. **Autorização da Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.:** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 389 de 26/06/2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Carcará II. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 28/06/2012 e o término em 28/06/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia. Em 03/06/2014 foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 4.698, na qual altera as características técnicas da usina para 30.000 kW a capacidade instalada total da mesma, constituída por 10 unidades geradoras de 3.000 kW cada. Em 18/11/2015 foi alterada a Garantia Física da usina para 15 MWméd, publicada pela Portaria nº 346 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPDE. A Companhia entrou em fase de teste em 12/09/2014, conforme despacho ANEEL nº 3.713 de 11/09/2014. Em 24/12/2014, a Companhia entrou em operação comercial conforme despacho Aneel nº 4.934, de 23/12/2014. No dia 30/01/2015, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. **Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 12/04/2024. **1.2 Base de preparação e políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2 Estimativas críticas e riscos:** Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance. **2.1 Estimativas críticas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

tado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e

consolidada, da Voltaia Areia Branca II Participações S.A. em 31/12/2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024. **Mazars Auditores Independentes**

relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **Depreciação e amortização do ativo fixo:** A depreciação/amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/ amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo. **Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização:** As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo. **Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento:** A provisão para perda/ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Empresa aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos. **Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos.** Os empréstimos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como "custos de transação". Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Ricardo César Gonçalves - CRC: RJ 109.527/O-7

*As demonstrações financeiras completas da Voltaia Areia Branca II Participações S.A. referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>.

EUROINVEST EMPREENDEMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/MF nº 32.227.100/0001-41

Balancos Patrimoniais Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em R\$)				Demonstração dos Resultados Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em R\$)					
Ativo	2023		2022		Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Circulante	17.727.621,00	25.316.568,74	340.911,90	340.911,90	1.931.390,22	2.287.760,80	1.931.390,22	2.287.760,80	
Caixa e Bancos	520.971,15	340.911,90	-	-	Títulos de Renda Fixa	-	-	-	
Disponibilidades	520.971,15	340.911,90	-	-	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(2.144.202,22)	(2.998.156,62)	(2.998.156,62)	
Títulos e Valores Mobiliários	16.538.200,00	24.527.819,64	-	-	Rendas de Participação Coligadas/Controladas	70.916,79	36.999,96	36.999,96	
Título de Renda Fixa	16.538.200,00	24.527.819,64	-	-	Despesa de Participação Equivalência Patrimonial	(190.722,18)	(695.280,31)	(695.280,31)	
Outros Créditos	668.449,85	447.837,20	447.837,20	447.837,20	Despesas de Pessoal	(408.144,02)	(383.688,58)	(383.688,58)	
Diversos	668.449,85	447.837,20	-	-	Outras Despesas Administrativas	(1.518.103,54)	(948.861,94)	(948.861,94)	
Não Circulante	17.778.333,44	17.970.523,34	17.970.523,34	17.970.523,34	Despesas Tributárias	(96.681,55)	(995.668,05)	(995.668,05)	
Permanente	17.778.333,44	17.970.523,34	-	-	Provisionamento e Ajuste Patrimonial	(1.467,72)	(11.657,70)	(11.657,70)	
Investimentos	17.773.756,80	17.964.478,98	-	-	Resultado Operacional	(212.812,00)	(710.395,82)	(710.395,82)	
Imobilizado de Uso	4.576,64	6.044,36	-	-	Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	(212.812,00)	(710.395,82)	(710.395,82)	
Outras Imobilizações	656.893,87								

INVESTPAR BRASIL - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 18.090.519/0001-73

Balço Patrimonial Exercício Findo em 31/12/2023 e 2022 (Em R\$)		Demonstração dos Resultados Exercício Findo em 31/12/2023 e 2022 (Em R\$)		Demonstração do Fluxo de Caixa Exercício Findo em 31/12/2023 e 2022 (Em R\$)		
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativo						
Circulante	45.712.543,71	45.760.545,24	Resultado de Operações de Crédito	1.275.066,61	1.432.284,07	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:
Bancos	26.564,56	22.797,15	Rendas de Operações de Crédito	1.275.066,61	1.432.284,07	Lucro (Prejuízo) Líquido
Disponibilidades	26.564,56	22.797,15	Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	158.741,13	805,60	Ajustes que não Representam Entradas e Saídas de Caixa:
Títulos e Valores Mobiliários	45.381.300,00	45.393.000,00	Rendas de Títulos de Renda Fixa	158.741,13	805,60	Depreciações e Amortizações
Título de Renda Fixa	45.381.300,00	45.393.000,00	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(1.334.329,49)	(1.163.886,81)	Depreciação e Amortização
Outros Créditos	304.679,15	344.748,09	Rendas / Despesas de Participações	95.172,73	358.123,85	Depreciação e Amortização
Diversos	304.679,15	344.748,09	Despesas de Pessoal	(14.400,00)	(14.400,00)	Depreciação e Amortização
Permanente	19.198.757,43	19.103.584,70	Outras Despesas Administrativas	(1.374.825,15)	(1.507.431,01)	Depreciação e Amortização
Investimentos	19.198.757,43	19.103.584,70	Despesas Tributárias	(40.277,07)	(37,41)	Depreciação e Amortização
Imobilizado de Uso	0,00	0,00	Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	0,00	(142,24)	Depreciação e Amortização
Outras Imobilizações	0,00	0,00	Resultado Operacional	99.478,25	269.202,86	Depreciação e Amortização
(Depreciações Acumuladas)	(9.921,36)	(9.921,36)	Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	99.478,25	269.202,86	Depreciação e Amortização
Total do Ativo	64.911.301,14	64.864.129,94	Lucro (Prejuízo) do Exercício	99.478,25	269.202,86	Depreciação e Amortização
Passivo			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício Findo em 31/12/2023 e 2022 (Em R\$)			
Circulante	6.984,46	6.473,62				
Outras Obrigações	6.984,46	6.473,62	Capital Social	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
Fiscais e Previdenciárias	6.966,11	6.473,62	Reservas de Lucros ou Prejuízos	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
Diversas	18,35	0,00	Lucros Acumulados	0,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
Não Circulante	0,00	320.448,90	Total	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
Recursos de Sociedades Ligadas	0,00	18,35	Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
Cretores Diversos no País	0,00	320.430,55	Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
Patrimônio Líquido	64.904.316,68	64.537.207,42	Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
Capital	65.000.000,00	65.000.000,00	Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
De Domiciliados no País	65.000.000,00	65.000.000,00	Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
Lucro ou Prejuízo Acumulados	(95.683,32)	(462.792,58)	Dividendos	-	267.631,01	Depreciação e Amortização
Total do Passivo	64.911.301,14	64.864.129,94	Resultado do Exercício	-	99.478,25	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.904.316,68	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	367.109,26	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021	65.000.000,00	64.268.004,56	Depreciação e Amortização
			Resultado do Exercício	-	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2022	65.000.000,00	64.537.207,42	Depreciação e Amortização
			Mutações do Período	0,00	269.202,86	Depreciação e Amortização
			Saldo em 31/12/2021			

PSLMPAR PARTICIPAÇÕES S/A					
CNPJ: 21.566.362/0001-14					
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - Valores expressos em Reais					
ATIVO	2023	2022	PASSIVO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.702.874,78	6.276.334,80	Obrigações Tributárias	36.664,28	42.459,79
Impostos e Contribuições a Recuperar	107.482,02	26.858,64	Dividendos a Pagar	454.622,16	6.000.000,00
Total do Ativo Circulante	7.810.356,80	6.303.193,44	Total do Passivo Circulante	491.286,44	6.042.459,79
ATIVO NÃO-CIRCULANTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos	13.779.568,05	13.715.490,96	Capital Social	10.102.989,18	10.102.989,18
	13.779.568,05	13.715.490,96	Reserva de Capital	1.613.347,97	1.234.496,17
Total do Ativo Não-Circulante	13.779.568,05	13.715.490,96	Reserva de Lucros	9.382.301,26	6.638.739,26
TOTAL DO ATIVO	21.589.924,85	20.018.684,40	Total do Patrimônio Líquido	21.098.638,41	13.976.224,61
			TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.589.924,85	20.018.684,40
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022					
Valores expressos em Reais					
	Capital Social	Lucros Acumulados	Reserva de Lucros Especial	Reserva Legal	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.102.989,18	-	4.196.894,91	883.913,60	15.183.797,69
Resultado Líquido do Período	-	7.011.651,45	-	-	7.011.651,45
Constituição Reservas Legais	-	(350.582,57)	-	350.582,57	-
Constituição Reservas Especiais	-	(6.240.369,79)	6.240.369,79	-	-
Dividendos a Distribuir do exercício	-	(420.699,09)	-	-	(420.699,09)
Dividendo Adicional Distribuído	-	-	(7.798.525,44)	-	(7.798.525,44)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10.102.989,18	-	2.638.739,26	1.234.496,17	13.976.224,61
Resultado Líquido do Período	-	7.577.035,96	-	-	7.577.035,96
Constituição Reservas Legais	-	(378.851,80)	-	378.851,80	-
Constituição Reservas Especiais	-	(6.743.562,00)	6.743.562,00	-	-
Dividendos a Distribuir do exercício	-	(454.622,16)	-	-	(454.622,16)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.102.989,18	-	9.382.301,26	1.613.347,97	21.098.638,41

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - Valores expressos em Reais		
	2023	2022
RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas Gerais e Administrativas	(13.032,35)	(11.500,00)
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.314.077,09	6.791.777,40
	7.301.044,74	6.780.277,40
RECEITAS E (DESPESAS) FINANCEIRAS		
Receitas Financeiras	391.124,67	317.468,30
Despesas Financeiras	(2,79)	-
	391.121,88	317.468,30
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	7.692.166,62	7.097.745,70
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DOS IMPPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	7.692.166,62	7.097.745,70
Imposto de Renda	(79.929,45)	(67.521,86)
Contribuição Social	(35.201,21)	(28.572,39)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.577.035,96	7.011.651,45

PSLMPAR PARTICIPAÇÕES S/A
Representante Legal
Teixeira Contadores
CRC-RJ 002483/O

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.444.437/0001-46 - NIRE 33.3.0010644-8
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 15ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA
Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a **VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 15.227.994/0001-50 ("Agente Fiduciário"), na qualidade de Agente Fiduciário da 15ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Em Série Única, Da Espécie Quirografaria, Com Garantia Fidejussória Adicional, Para Distribuição Pública da **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.** ("Debenturistas", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), em decorrência, (i) dos recentes andamentos do Processo de Recuperação Judicial nº 0843430-58.2023.8.19.0001, que tramita perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Recuperação Judicial"); e (ii) da iminente votação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores, vem **CONVOCAR** os debenturistas a reunirem-se em **PRIMEIRA CONVOCAÇÃO**, em Assembleia Geral de Debenturistas da Emissão ("AGD"), a ser realizada em **16 de maio de 2024, às 16h00**, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), nos termos da Escritura de Emissão celebrada entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora da Emissão, Light S.A. ("Escritura de Debêntures"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): I. Ratificação dos atos praticados pelos Assessores Legais e pelo Agente Fiduciário na defesa dos interesses dos Debenturistas. II. Aprovação, ou não, para que os Assessores Legais votem no Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores ("AGC"), em representação aos Debenturistas, em consonância com a orientação de voto elaborada pelos Assessores Legais. III. Aprovação, ou não, da orientação elaborada pelos Assessores Legais acerca das Opções de Pagamento previstas no Plano de Recuperação Judicial, a ser aprovado pelos credores em AGC, e demais providências relacionadas. IV. Aprovação das medidas operacionais necessárias em qualquer instância, assim como perante a Emissora e a B3, para cumprimento integral das deliberações aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme instruções que serão apresentadas pelos Assessores Legais em até 3 (três) dias úteis da AGD. V. Aprovação da suspensão de todos os itens da ordem do dia desta AGD, com o propósito de permitir a reabertura e nova deliberação, se for o caso, para nova deliberação destes itens, em data a ser indicada pelo Assessor Legais, em caso de apresentação pela Light de aditamento ao PRJ, em prazo não inferior a 3 (três) dias úteis antes de antecedência da data pretendida para a retomada da AGD. VI. Aprovação para que o Agente Fiduciário celebre e adote todas e quaisquer medidas necessárias para refletir o aprovado nos itens acima.
Informações Gerais. 1.1. A AGD será realizada de forma exclusivamente digital e remota, por meio de participação remota através da Plataforma Digital, conforme instruções dispostas no parágrafo das "Informações Gerais" disponível no website do Agente Fiduciário (www.vortex.com.br), observado o disposto no artigo 71, §2º, da Resolução CVM 81. O Agente Fiduciário disponibilizará (i) Plataforma Digital para participação e votação remota, como alternativa para viabilizar a participação à distância dos Debenturistas na AGD; (ii) Instrução de Voto à Distância; (iii) Material de apoio, disponibilizado no site do Agente Fiduciário (www.vortex.com.br), que conterá todas as orientações e modelos a serem adotados pelos Debenturistas para envio de Instrução de Voto à Distância, bem como os documentos para participação e representação na AGD, observado o disposto do artigo 72, § 1º da Resolução CVM 81 e em conformidade com os artigos 126, § 1º da Lei das S/A e 654, § 1º e §2º do Código Civil. 2.1. 2.2. 2.3. O Agente Fiduciário não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os Debenturistas possam enfrentar, bem como por eventuais questões alheias ao Agente Fiduciário que possam dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico. O Agente Fiduciário recomenda que os Debenturistas que optarem por participar da presente AGD de forma síncrona acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e que os Debenturistas se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas. 2.4. 2.5. Os Debenturistas que participarem via Plataforma Digital ou que tenham enviado Instrução de Voto à Distância serão considerados presentes à AGD e assinantes da ata e do livro de presença, ou, alternativamente, o registro em ata dos Debenturistas que participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, pelos meios referidos neste edital, pode ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário da Assembleia Geral de Debenturistas, cujas assinaturas podem ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no artigo 76, §2º da Resolução CVM 81. 2.6. 2.7. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (www.vortex.com.br). 2.8. 2.9. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.
São Paulo, 25 de abril de 2024.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.444.437/0001-46 - NIRE 33.3.0010644-8
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 22ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA
Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a **VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 15.227.994/0001-50 ("Agente Fiduciário"), na qualidade de Agente Fiduciário da 22ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Em Série Única, Da Espécie Quirografaria, Com Garantia Fidejussória Adicional, Para Distribuição Pública da **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.** ("Debenturistas", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), em decorrência, (i) dos recentes andamentos do Processo de Recuperação Judicial nº 0843430-58.2023.8.19.0001, que tramita perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Recuperação Judicial"); e (ii) da iminente votação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores, vem **CONVOCAR** os debenturistas a reunirem-se em **PRIMEIRA CONVOCAÇÃO**, em Assembleia Geral de Debenturistas da Emissão ("AGD"), a ser realizada em **23 de maio de 2024, às 16h00**, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), nos termos da Escritura de Emissão celebrada entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora da Emissão, Light S.A. ("Escritura de Debêntures"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): I. Ratificação dos atos praticados pelos Assessores Legais e pelo Agente Fiduciário na defesa dos interesses dos Debenturistas. II. Aprovação, ou não, para que os Assessores Legais votem no Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores ("AGC"), em representação aos Debenturistas, em consonância com a orientação de voto elaborada pelos Assessores Legais. III. Aprovação, ou não, da orientação elaborada pelos Assessores Legais acerca das Opções de Pagamento previstas no Plano de Recuperação Judicial, a ser aprovado pelos credores em AGC, e demais providências relacionadas. IV. Aprovação das medidas operacionais necessárias em qualquer instância, assim como perante a Emissora e a B3, para cumprimento integral das deliberações aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme instruções que serão apresentadas pelos Assessores Legais em até 3 (três) dias úteis da AGD. V. Aprovação da suspensão de todos os itens da ordem do dia desta AGD, com o propósito de permitir a reabertura e nova deliberação, se for o caso, para nova deliberação destes itens, em data a ser indicada pelo Assessor Legais, em caso de apresentação pela Light de aditamento ao PRJ, em prazo não inferior a 3 (três) dias úteis antes de antecedência da data pretendida para a retomada da AGD. VI. Aprovação para que o Agente Fiduciário celebre e adote todas e quaisquer medidas necessárias para refletir o aprovado nos itens acima.
1. Informações Gerais. 1.1. A AGD será realizada de forma exclusivamente digital e remota, por meio de participação remota através da Plataforma Digital, conforme instruções dispostas no parágrafo das "Informações Gerais" disponível no website do Agente Fiduciário (www.vortex.com.br), observado o disposto no artigo 71, §2º, da Resolução CVM 81. O Agente Fiduciário disponibilizará (i) Plataforma Digital para participação e votação remota, como alternativa para viabilizar a participação à distância dos Debenturistas na AGD; (ii) Instrução de Voto à Distância; (iii) Material de apoio, disponibilizado no site do Agente Fiduciário (www.vortex.com.br), que conterá todas as orientações e modelos a serem adotados pelos Debenturistas para envio de Instrução de Voto à Distância, bem como os documentos para participação e representação na AGD, observado o disposto do artigo 72, § 1º da Resolução CVM 81 e em conformidade com os artigos 126, § 1º da Lei das S/A e 654, § 1º e §2º do Código Civil. 1.2. O Agente Fiduciário não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os Debenturistas possam enfrentar, bem como por eventuais questões alheias ao Agente Fiduciário que possam dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico. 1.3. O Agente Fiduciário recomenda que os Debenturistas que optarem por participar da presente AGD de forma síncrona acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e que os Debenturistas se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas. 1.4. Os Debenturistas que participarem via Plataforma Digital ou que tenham enviado Instrução de Voto à Distância serão considerados presentes à AGD e assinantes da ata e do livro de presença, ou, alternativamente, o registro em ata dos Debenturistas que participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, pelos meios referidos neste edital, pode ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário da Assembleia Geral de Debenturistas, cujas assinaturas podem ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no artigo 76, §2º da Resolução CVM 81. 1.5. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (www.vortex.com.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.
São Paulo, 26 de abril de 2024.

BHG S.A. - BRAZIL HOSPITALITY GROUP
CNPJ/MF nº 08.723.106/0001-25 - NIRE 33.3.0031638-8
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 03 de abril de 2024, às 10:00 horas, por meio de videoconferência. 2. Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. João Rodrigues Teixeira Júnior e secretariados pela Sra. Ana Carolina Pereira Santos. 3. **Divulgações:** As demonstrações financeiras complementadas pelas respectivas notas explicativas, o relatório de auditoria da IRKO Hirashima Auditores Independentes ("Auditores Independentes"), e os demais documentos necessários para o exercício do direito de voto dos acionistas, foram colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia. 4. **Publicações:** As demonstrações financeiras complementadas pelas respectivas notas explicativas e o relatório de auditoria dos Auditores Independentes foram publicados, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades Anônimas"), no Jornal Diário Comercial Nacional, na edição de 28 de março de 2024, nas páginas B92 e B93, e no Site do Diário Comercial Nacional na edição de 28 de março de 2024, nas páginas 134 a 139, anexo I. 5. **Convocação e Presença:** Convocação realizada em 26 de março de 2024 pelos membros do conselho de administração da Companhia. Presente os acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia. 6. **Ordem do Dia:** Presentes os acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a aprovação da prestação de contas dos administradores, das demonstrações financeiras e do relatório de auditoria dos auditores independentes, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) a aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) a aprovação da proposta de remuneração global dos administradores para o exercício social de 2023; (iv) reeleição dos membros efetivos do Conselho de Administração; e (v) consignar e ratificar a composição do Conselho de Administração da Companhia. 7. **Deliberações:** Instalada a assembleia geral ordinária e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas objeto da ordem do dia, os acionistas presentes, após o exame, discussão e votação das matérias, deliberaram o quanto segue: (i) Aprovar, por unanimidade de votos, a lavratura da ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. (ii) Aprovar, por unanimidade de votos, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras e correspondentes notas explicativas, acompanhadas do relatório de auditoria dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. (iii) Aprovar, por unanimidade de votos, o registro do prejuízo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 109.619.793,29 (cento e nove milhões, seiscentos e dezanove mil, setecentos e noventa e três reais e vinte e nove centavos), para a conta de prejuízos acumulados da Companhia. (iv) Aprovar, por unanimidade de votos, a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia, no montante limite de até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), para o período compreendido entre a presente Assembleia Geral Ordinária e a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que examinará as contas relativas ao exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2024, a ser distribuída individualmente entre os diretores, visto que os membros do conselho de administração não são remunerados, por deliberação do Conselho de Administração, nos termos do artigo 11, §3º do Estatuto Social da Companhia. (v) Aprovar a reeleição dos seguintes membros do Conselho de Administração aos cargos que lhe são indicados abaixo, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinará as contas relativas ao exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2024: **Presidente do Conselho de Administração:** João Rodrigues Teixeira Júnior, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.836.249 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 036.293.778-82, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Professor Atilio Innocenti, nº 165 - 17º andar, CEP 04538-000; **Vice-Presidente do Conselho de Administração:** Robert Dudley McCall, americano, solteiro, administrador de empresas, portador do passaporte americano nº 4999059304, inscrito no CPF/ME sob o nº 702.002.561-73, residente e domiciliado nos Estados Unidos da América, na Cidade de Nova York, Estado de Nova York, com endereço comercial em 787 7th Avenue, 50º andar, 1001945; **Membro efetivo do Conselho de Administração:** Carlos Roberto D'Amato, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 23.020.578-1 (SSP/SP) e inscrito no CPF/ME sob o nº 255.185.308-70, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Professor Atilio Innocenti, nº 165, 17º andar, sala 80, parte, Vila Nova Conceição, CEP 04538-000; **Membro efetivo do Conselho de Administração:** Mariastella de Freitas Val Diniz, brasileira, casada, arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.407.400 SSP/MG e inscrita no CPF/ME sob o nº 758.109.216-04, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Professor Atilio Innocenti, nº 165 - 17º andar, CEP 04538-000; **Membro efetivo do Conselho de Administração:** Thomas Mark Feldstein, americano, casado, advogado, portador do passaporte americano nº 481627240, residente e domiciliado nos Estados Unidos da América, na cidade de Nova Iorque, Estado de Nova Iorque, com endereço comercial na 787 7th Avenue, 50º andar, 1001945; **Membro efetivo do Conselho de Administração:** Thomas Shapiro, americano, casado, administrador de empresas, portador do passaporte americano nº 530482789, residente e domiciliado nos Estados Unidos da América, na cidade de Nova Iorque, Estado de Nova Iorque, com endereço comercial na 787 7th Avenue, 50º andar, 1001945; **Membro efetivo do Conselho de Administração:** Diego Siqueira de Assumpção, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 29.766.041-X e inscrito no CPF/ME sob o nº 298.308.138-94, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Professor Atilio Innocenti, nº 165, 17º andar, sala 80, parte, Vila Nova Conceição, CEP 04538-000. (vi) Os membros do Conselho de Administração ora reeleitos são investido em seus cargos, mediante a assinatura do termo de posse anexo à presente ata na forma do anexo II e lavrado em livro próprio, no qual declaram que (i) não estão impedidos de exercer a administração de sociedades, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) atendem ao requisito de reputação ilibada, conforme estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) não ocupam cargo em sociedades que sejam concorrentes da Companhia, ou represente interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações. (vii) Consignar que a composição do Conselho de Administração da Companhia, a partir da presente data, é a seguinte: João Rodrigues Teixeira Júnior - Presidente, Robert Dudley McCall - Vice-Presidente, Carlos Roberto D'Amato, Mariastella de Freitas Val Diniz, Thomas Mark Feldstein, Thomas Shapiro e Diego Siqueira de Assumpção. 8. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral, da qual se lavrou a presente ata na forma sumária, que foi lida, aprovada e por todos assinada. 9. **Assinaturas:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que foi lida, aprovada e por todos assinada. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2024. **Mesa:** João Rodrigues Teixeira Júnior - Presidente; Ana Carolina Pereira Santos - Secretária. **Acionistas:** **Brazil II Hotel Investors LLC**, p.p. João Rodrigues Teixeira Júnior. **São Paulo Hotel Enterprises LLC**, p.p. João Rodrigues Teixeira Júnior. Jucerja nº 6190077 em 17/04/2024.

CASTELLO COSTA COMPANHIA DE SEGUROS S/A - EM PROCESSO DE FALÊNCIA (processo n. 0171299-43.2000.8.19.0001)
CNPJ 40.436.784/0001-10
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS EM CONJUNTO COM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE CREDORES DA FALIDA
Os acionistas da companhia, srs. Luiz Eduardo Brandão Vieira e Eduardo Pinto Vieira, detentores de mais de 10% das ações que compõe o capital social e credores detendo 76,09% dos créditos inscritos no Quadro Geral de Credores da companhia constante do processo judicial de falência n. 0171299-43.2000.8.19.0001, com os seguintes créditos Almir Ferreira da Rocha (R\$ 22.377,96); Elisabete Pereira Ramos (R\$ 6.731,27); Gerson da Costa Mota (R\$ 3.110,590); José Luis Campos Xavier (R\$2.273,21); Marcia Costa da Silva (R\$ 11.243,06); Sandra Vira Perdigão Barbosa (R\$ 11.842,06); Vera Lucia Salima de Almeida Castro (R\$ 105.017,13) Irb Brasil Resseguros S/A (R\$78.539,87) e Susep (R\$341.055,48), totalizando assim R\$582.190,63 (quinhentos e oitenta e dois mil, cento e noventa reais e sessenta e três centavos) do total do Quadro Geral de Credores da falida, que é de R\$763.475,85, todos representados pelo sub-rogado destes créditos, Sr. Eduardo Pinto Vieira, convidam os demais acionistas e os demais credores da massa falida de Castello Costa Companhia de Seguros S/A - em processo de falência, para a reunião da assembleia geral extraordinária de acionistas a ser realizada em conjunto com assembleia geral de credores da massa falida, que se realizará no dia 14 de maio, com primeira convocação às 14:00 horas, com no mínimo 2/3 (dois terços) do total de acionistas e 2/3 do total de credores inscritos no Quadro Geral de Credores da massa, publicado nos autos do processo de falência n. 0171299-43.2000.8.19.0001, segunda convocação às 15:00 horas com qualquer quórum de acionistas, a se realizar nas instalações do cartório de notas do 15º. Ofício da cidade do Rio de Janeiro, RJ, na rua do Ouvidor n. 89, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20040-030 com a seguinte ordem do dia: a) análise da situação da companhia e medidas de ordem administrativas a serem tomadas em virtude da proximidade do encerramento do processo de falência e restabelecimento da sociedade diante do pagamento de todas as dívidas e extinção das obrigações. b) nomeação de representante dos acionistas para atuar no processo de falência e fiscalizar os atos praticados pelo administrador judicial, examinar contas, reclamar e receber os ativos da companhia e livros e documentos contábeis e atuar em nome da sociedade até a eleição de nova diretoria após o encerramento do processo de falência; 3) nomeação de representante dos credores para atuar no processo de falência, concordar com o encerramento da falência, aprovar a extinção de obrigações e qualquer forma de realização do ativo ou de continuação da sociedade 4) nomear representante da companhia para representar em qualquer instância ou tribunal, receber citações e intimações, constituir advogados, representar em quaisquer órgãos públicos, junta comercial e praticar todos os atos até a nomeação de nova diretoria após o encerramento da falência; 4) assuntos gerais.
Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024.
Eduardo Pinto Vieira - acionista
Luiz Eduardo Brandão Vieira - acionista
Eduardo Pinto Vieira - sub-rogado em 76,09% dos créditos habilitados no QGC da falida

CASSIOPEIA INCORPORADORA LTDA.
CNPJ/MF nº 08.701.400/0001-36 - NIRE nº 33.2.0841267-8
Ata de Reunião de Sócios. Aos 31 de janeiro de 2024, às 10:00 horas, a única sócia representando a totalidade do capital social da **CASSIOPEIA INCORPORADORA LTDA.** ("Sociedade"), deliberou e aprovou por unanimidade, dentre outros assuntos, a proposta de cisão parcial da Sociedade, com a consequente incorporação da parcela cindida da Sociedade ("Incorporação") pela **TUCANO SANTA EFIGÊNIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.** (CNPJ/MF nº 08.821.616/0001-90) ("Incorporadora"), e, por consequência, a Sociedade aprovou as seguintes deliberações: (i) a aprovação do Protocolo e Justificativa de Cisão Parcial com Incorporação, no qual foram reguladas as condições da cisão parcial da Sociedade e a Incorporação pela Incorporadora ("Protocolo e Justificativa"); (ii) ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. (CNPJ/MF: 10.830.108/0002-46) ("Empresa Avaliadora"), como responsável pela avaliação do patrimônio líquido da parcela cindida da Sociedade e a Incorporação pela Incorporadora, e elaboração do laudo de avaliação da Sociedade ("Laudo de Avaliação"); (iii) aprovação do Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora, integrante do Protocolo e Justificativa; (iv) foi aprovado em razão da cisão parcial da parcela cindida da Sociedade uma redução de capital social no valor de R\$ 1.027.309,00, passando o capital social da Sociedade de R\$ 1.030.464,00 para R\$ 3.155,00. Por último, a única sócia autorizou a administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários à efetivação e formalização das deliberações aprovadas. A administração formalizou as deliberações por meio dos seguintes atos societários registrados perante a Junta Comercial do Rio de Janeiro: (i) ata de reunião de sócio da Sociedade, protocolada em 29/02/2024 e registrada sob o nº 6117476 em 06/03/2024 e (ii) 19ª alteração do contrato social da Sociedade, protocolada em 29/02/2024 e registrada sob o nº 6117475 em 06/03/2024.

TUCANO SANTA EFIGÊNIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ/MF nº 08.821.616/0001-90 - NIRE nº 33.2.0775667-5
Ata de Reunião de Sócios. Aos 31 de janeiro de 2024, às 11:00 horas, a única sócia representando a totalidade do capital social da **TUCANO SANTA EFIGÊNIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.** ("Sociedade"), deliberou e aprovou por unanimidade, dentre outros assuntos, a proposta de cisão parcial da **CASSIOPEIA INCORPORADORA LTDA.** (CNPJ/MF nº 08.701.400/0001-36) ("Incorporadora"), com a consequente incorporação da parcela cindida da incorporadora pela Sociedade ("Incorporação"), e, por consequência, a Sociedade aprovou as seguintes deliberações: (i) a aprovação do Protocolo e Justificativa de cisão parcial com Incorporação, no qual foram reguladas as condições da cisão parcial da Incorporadora e a Incorporação pela Sociedade ("Protocolo e Justificativa"); (ii) ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. (CNPJ/MF: 10.830.108/0002-46) ("Empresa Avaliadora"), como responsável pela avaliação do patrimônio líquido da parcela cindida da Incorporadora e a Incorporação pela Sociedade, e elaboração do laudo de avaliação da Sociedade ("Laudo de Avaliação"); (iii) aprovação do Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora, integrante do Protocolo e Justificativa; e (iv) foi aprovado em razão da Incorporação um aumento do capital social da Sociedade no valor de R\$ 1.027.309,00, passando o capital social de R\$ 7561.745,00 para R\$ 8.589.054,00. Por último, a única sócia autorizou a administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários à efetivação e formalização das deliberações aprovadas. A administração formalizou as deliberações por meio dos seguintes atos societários registrados perante a Junta Comercial do Rio de Janeiro: (i) ata de reunião de sócio da Sociedade, protocolada em 29/02/2024 e registrada sob o nº 6117421 em 06/03/2024 e (ii) 23ª alteração do contrato social da Sociedade, protocolada em 29/02/2024 e registrada sob o nº 6117425 em 06/03/2024.

O Diário Comercial oferece um atendimento ágil e o melhor custo-benefício.

Fale com quem entende de Publicidade Legal.

- Atas
- Balancos
- Editais
- Avisos
- Comunicados
- Fatos Relevantes

Diário Comercial
www.diariocomercial.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 94FC-F4C7-0399-4F5E.

INCENTIVOS FISCAIS

Estado do Rio atrai o dobro do número de indústrias

O número de indústrias interessadas em abrir ou ampliar seus negócios no Estado do Rio de Janeiro mais que dobrou no primeiro bimestre de 2024, em relação a 2023. De acordo com a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin), o aumento de 125% no quantitativo de incentivos fiscais concedidos a empresas do setor industrial, nos dois primeiros meses do ano, representa investimentos em torno de R\$ 46 milhões em território fluminense - 13% a mais que no mesmo período do ano passado - e centenas de novos empregos.

"Voltamos a atrair investimentos para o Rio de Janeiro, graças ao ambiente de negócios juridicamente seguro que estabelecemos no estado, e verificamos um crescimento significativo da produção industrial nos últimos 12 meses. Encerramos 2023 com índices bem acima da média nacional e não deixamos o ritmo cair, iniciando

2024 com o setor aquecido. No primeiro bimestre desse ano, tivemos mais de uma indústria por semana se movimentando para entrar ou se expandir em território fluminense", destacou o governador Cláudio Castro.

Segundo a Codin, o quantitativo total de empregos que serão gerados pelas empresas que tiveram seus pleitos de incentivos fiscais analisados e aprovados pela Comissão Permanente de Políticas para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro (CPPDE), no primeiro bimestre, também registrou um aumento expressivo: 30% a mais que o total verificado em janeiro e fevereiro de 2023.

"O interesse do setor industrial no Rio de Janeiro deve continuar crescendo, estimulado pela desburocratização da máquina pública e por uma forte e responsável política de incentivos e segurança jurídica", afirmou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Viní-

cius Farah.

Para o presidente da Codin, Fábio Picanço, esse avanço é fruto da transparência e do trabalho do Governo do Estado, realizado por meio da Companhia, em parceria com os demais órgãos estaduais e também com o legislativo.

"Contamos com um quadro técnico altamente qualificado e estamos investindo ainda mais em capacitação e nos processos de análise. Também não podemos esquecer das secretarias estaduais da Fazenda, a Casa Civil e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que, aliadas à Codin, têm demonstrado um desempenho exemplar pelo desenvolvimento socioeconômico do estado", comentou Picanço.

As empresas que mais tiveram incentivos fiscais aprovados nos dois primeiros meses do ano são do setor atacadista e estão localizadas na região Metropolitana do Estado do Rio.

EDUCAÇÃO

Número de estudantes de cursos técnicos cresce em MG

Dados do Censo Escolar, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), comprovam a mudança no cenário de vagas em cursos técnicos profissionais oferecidos dentro das escolas estaduais de Minas Gerais.

Essa evolução abrange não apenas o aumento no número de matrículas, mas também a expansão para mais municípios, escolas e opções de cursos.

Em 2019, ano inicial da atual gestão, o Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG), matriculou 13.150 estudantes em cursos técnicos, nas modalidades concomitante (durante o ensino médio), subsequente (após a conclusão da formação básica) e Ensino Médio em Tempo Integral (Emiti) Profissional.

Esse número cresceu de forma expressiva ao longo dos anos, atingindo a marca de 75 mil estudantes ativos em cursos profissionalizantes em 2024, o que representa um aumento de 470%.

Considerando as três modalidades de ensino, houve aumento no número de municípios beneficiados, passando de 119 em 2019 para 551 em 2024 (acréscimo de 363%).

O crescimento no número de escolas também foi expressivo, saindo de 150 para 1.030 unidades de ensino nesse mesmo período (aumento de 586%).

O gráfico "Evolução" demonstra esse crescimento na disponibilidade de cursos técnicos dentro das escolas estaduais ao longo dos anos. Isso representa acréscimo significativo no número de estudantes investindo em formação profissional juntamente à Formação Geral Básica (FGB).

Enquanto em 2020 e 2021, a rede estadual matriculou, respectivamente, 14.170 e 12,5 mil estudantes, a partir de 2022, o número de alunos ultrapassou o dobro chegando a 32.290 matrículas. Em 2023, o crescimento foi de 43,7% com 46.415 estudantes.

A marca é resultado do trabalho da SEE/MG no cumprimento da Meta 11 do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação de triplicar o número de matrículas de estudantes em cursos técnicos de nível médio.

"O maior destaque é a ampliação da educação profissional no Emti, um programa estratégico e prioritário da Secretaria de Estado de

Educação e do Governo de Minas, que tem como premissa o desenvolvimento de competências gerais para o mundo do trabalho em alinhamento aos projetos de vida dos estudantes", detalha a coordenadora geral de Educação Integral e Profissional da SEE/MG, Andréa Botelho de Abreu.

Quando destrinchados, os números mostram que o Emti Profissional foi o principal modelo que puxou a ascensão da disponibilidade de cursos técnicos nas escolas estaduais.

Em vigor desde 2017, a partir da Política de Fomento à Implementação de Emti, o cenário dos cursos em 2019 era de apenas 419 matrículas em quatro escolas de quatro municípios mineiros.

Em 2024, o Emti é realidade para 42 mil estudantes em 540 escolas localizadas em 329 cidades. Atualmente, são mais de 50 opções de cursos, com destaque para os técnicos em Administração, Agronegócio, Logística, Desenvolvimento de Sistemas, Segurança do Trabalho e Informática.

Alinhada ao fomento da economia e qualificação do mercado de trabalho, a escolha de cursos abrange setores-chaves de cada região para unir o acesso à educação de qualidade a oportunidades de melhores rendas.

Como explica Andrea, para determinar o Plano de Atendimento Escolar (PAE), as escolas precisam mapear o perfil de cada região para a escolha do curso ideal.

"A SEE faz um estudo de ocupação das escolas e as Superintendências Regionais de Ensino (SREs) fazem o levantamento junto às escolas que têm já o histórico de oferta de educação profissional ou que desejam iniciar", diz.

Entre os critérios, é importante que o curso escolhido dialogue com a realidade local. "A escola faz um levantamento dos arranjos produtivos, como qual o curso tem uma aderência junto ao mercado de trabalho, a empregabilidade dos estudantes e também uma análise das necessidades e prioridades em questões materiais que vão precisar ser disponibilizadas".

Da tecnologia à saúde, passando pela agricultura e artes, são muitos os exemplos da diversidade de cursos técnicos que conectam os jovens ao futuro profissional.

A oportunidade de cursar o ensino médio com o sonho da carreira em Agronomia atraiu

Arthur Ferreira Silva, 15 anos, de Montes Claros, para a Escola Estadual Modestino Andrade Sobrinho, em Sete Lagoas, região Central mineira. Desde o início do ano, ele cursa o 1º ano do Emti Profissional em Agronegócio.

"Quero entrar na faculdade já habituado às matérias, assuntos e continuar me aprofundando cada vez mais", diz.

"Daqui a 10 anos, eu quero estar formado em agronomia e medicina veterinária. Eu me vejo fazendo qualquer uma das funções com uma equipe especializada em inseminação e cirurgias em gado e cavalos", planeja o jovem.

Já no Vale do Mucuri, na Escola Estadual Professora Hermínia Pereira de Almeida, em Ataléia, o plano de Gustavo Ivo Brito, 15 anos, matriculado no 2º ano do Emti Profissional em Informática é unir a base tecnológica do curso para formar-se em Geofísica.

"Uma das partes secundárias de geofísica envolve cálculo de probabilidade e muitas outras que têm a ver com informática. O curso vai me ajudar muito em fundamento e base na carreira. Eu sempre digo que o integral é um lugar de quem quer aprender porque é uma base de vida", destaca.

Ainda que não tenha decidido a carreira que deseja seguir, Samya Vitória Silva, 16 anos, estudante do 2º ano Emti Profissional em Agropecuária, aplica os conhecimentos do projeto "Hidroponia na Escola" na formação como cidadã.

"Além de aprender sobre o cultivo de plantas sem usar a terra, também tenho aprendido bastante sobre sustentabilidade do meio ambiente na agricultura", detalha.

Para além dos cursos técnicos dentro das escolas estaduais, o Governo de Minas Gerais investe na ampliação contínua do projeto Trilhas de Futuro, em parceria com instituições de ensino públicas e privadas.

Como o principal indutor, o Trilhas de Futuro garantiu a Minas Gerais o posto de estado do país que mais avançou na criação de vagas de educação técnica profissional entre 2021 e 2023.

Nesse período foram 144,4 mil vagas, saltando de 118.860 para 263.261 matrículas nessa modalidade de ensino.

Em 2021, ano de início do Trilhas, as instituições privadas instaladas em Minas Gerais contavam com 61 mil matrículas. Em 2023 esse número saltou para 172 mil matrículas.

ESTUDO

Firjan faz alerta para saldo negativo nos estados e DF

Estudo feito pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), a partir de dados publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), aponta que, das 27 unidades da federação, a previsão é de déficit orçamentário em 22 estados e no Distrito Federal, totalizando um saldo negativo de R\$ 29,3 bilhões nas contas de 2024.

A Firjan sinaliza que, de acordo com a dotação orçamentária do ano, as despesas apresentarão alta de 7%, enquanto a previsão é de que as receitas cresçam apenas 3,2%. O Rio de Janeiro, com possibilidade de déficit de R\$ 10,4 bilhões, é o que apresenta o pior resultado na análise, seguido de Minas Gerais (-R\$ 4,2), Ceará (-R\$ 4,0), Paraná (-R\$ 3,5) e Rio Grande do Sul (-R\$ 3,1).

"Esse é um quadro preocupante, pois afeta o crescimento sustentável do país e consequentemente o bem-estar da população e o ambiente de negócios. O Brasil precisa de estadistas que encarem o desafio de explicar para a população que é preciso cortar gastos, mas não em Saúde e Edu-

cação. A solução não pode ser um atalho, como aumento de impostos. Precisamos que o problema das contas públicas seja resolvido de forma estrutural, com medidas que possibilitem um planejamento eficaz. Dessa forma, os investimentos públicos não ficam penalizados", destaca o presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira.

No estudo a Firjan ressalta que a alta rigidez orçamentária é um dos principais problemas que afetam a sustentabilidade das contas. De acordo com a análise, em 2023, ao menos quase 50% do orçamento das unidades da federação foi destinado ao pagamento de despesas com pessoal, que não podem ser ajustadas em períodos de menor previsão de receitas, ou juros e amortizações da dívida, também de caráter obrigatório.

No caso do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul, esse percentual ultrapassou 70%. Com esse quadro de rigidez orçamentária, os investimentos são penalizados, como aconteceu em 2023. No Rio Grande do Norte, por exemplo,

o investimento por habitante foi de R\$ 171. No Rio Grande do Sul, de R\$ 460.

A Firjan pontua que a reforma previdenciária não foi suficiente para garantir o equilíbrio orçamentário. Em 2022, o déficit previdenciário das unidades da federação foi de R\$ 86,1 bilhões. Além disso, o potencial da reforma tributária só poderá ser observado no médio prazo. Nesse sentido, ressalta a importância de regras para os regimes próprios de previdência, de acordo com a realidade de cada unidade da federação; da reforma administrativa, com a inclusão dos estados, para que seja possível adaptação dos custos com pessoal à realidade econômica e social; da discussão de uma solução eficiente para o alto endividamento de alguns entes, como o Rio de Janeiro; além de regras de responsabilidade fiscal.

"Não podemos aceitar que o desequilíbrio orçamentário seja resolvido com aumento de impostos e pedido de socorro à União, como tem acontecido nos últimos anos", comenta o gerente de Estudos Econômicos da Firjan, Jonathas Goulart.

PETRÓPOLIS

Empresas atingidas por chuvas têm mais tempo para pagar empréstimo

As empresas de Petrópolis atingidas pelas fortes chuvas de 2022 terão mais 12 meses para pagar parcelas de empréstimos junto à Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro - AgeRio. A nova ampliação do prazo, assinada pelo governador Cláudio Castro, foi publicada no Diário Oficial do Estado, na quinta-feira (25/04).

Esta é a segunda vez que o estado amplia o prazo para início do pagamento dos empréstimos à AgeRio. A primeira ampliação entrou em vigor em abril do ano passado com base no Projeto de Lei (272/2023), de autoria do então deputado, Bernardo Rossi - hoje secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A Lei beneficia mais de 3.300 empresas que receberam apoio do Estado após os temporais que assolaram o município de Petrópolis.

"Nós sabemos a dificuldade gerada pela pandemia, logo em seguida aconteceu aquela grande tragédia que prejudicou os comerciantes de Petrópolis. O Bernardo na época, já meu subsecretá-

rio, lutou muito para que nós concedêssemos os empréstimos da AgeRio e depois pela prorrogação, mas ainda hoje a gente sabe que os empresários enfrentam muitas dificuldades pra pagar, então publicamos no DO a prorrogação por mais um ano pra que os empresários possam começar a fazer os pagamentos. Importante lembrar que não existe incidência de juros", destaca o governador Cláudio Castro.

"O governo do Estado está hoje subsidiando esses juros, ou seja, pagando esses juros para que as empresas possam se recuperar. Sabemos que a cidade ainda vive um momento de recuperação econômica. Este fôlego é importante para que os empresários e empreendedores de Petrópolis mantenham os empregos e para que a economia da cidade volte girar", destaca Bernardo Rossi.

Ao todo foram R\$ 207 milhões investidos, em auxílio a 3.300 empresas responsáveis por cerca de 15 mil empregos diretos na cidade.

Entre os beneficiados estão padarias, restaurantes, lanchonetes, lojas de vestuário, concessionárias, auto peças, óticas, empresas de produtos hospitalares, confecções, metalúrgicas, cervejarias, indústrias têxteis, escritórios de contabilidade, pousadas, ou seja, empresas dos mais diversos segmentos, que juntas, empregam milhares de petropolitano.

"Nosso principal objetivo desde o princípio foi manter os 15 mil empregos que estas empresas geram na cidade. Sabemos que a economia de Petrópolis se recupera lentamente e por isso foi necessário termos uma medida concreta para evitar demissões. São pessoas que em sua maioria são as responsáveis pelo sustento das suas famílias e que não poderiam perder seu trabalho", assinala Bernardo Rossi.

O Programa Reconstruir Petrópolis, do Governo do Estado, direcionou mais de R\$ 207 milhões para alavancar a retomada econômica de Petrópolis. Com a nova lei sancionada, ficam automaticamente

ampliados os prazos de carência dos financiamentos concedidos com base na Lei 9.564, de 17 de fevereiro de 2022. A proposta de nova ampliação do prazo foi apresentada em projeto de Lei assinado pelos deputados Chico Machado e Yuri Moura. A medida é válida, independente da data de assinatura dos contratos de financiamento.

O texto estabelece ampliação nos prazos de carência dos financiamentos concedidos com base na Lei 9.564 pelo período de 12 meses, a contar de 15 de abril de 2024, independente da data de assinatura do contrato de financiamento. E prevê ainda que caso o empresário decida não alterar os prazos originais de seus contratos de financiamento, basta que o mesmo formalize sua vontade junto à AgeRio.

Um levantamento feito pela Firjan junto aos empresários de Petrópolis após a tragédia apontou um prejuízo estimado em R\$ 665 milhões à economia da cidade em consequência dos temporais.

SEADRILL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA.
CNPJ/MF nº 09.521.059/0001-08 - NIRE 33.2.0808533-2
EXTRATO DA 31ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL. Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo: **I. SEADRILL OFFSHORE AS**, sociedade devidamente organizada e validamente existente sob as leis da Noruega, com sede em Finnstadveien 28, 4029, cidade de Stavanger, Noruega, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 09.421.573/0001-63, neste ato representada por sua bastante procuradora, Sra. Cristina Vasconcellos Prisco Paraiso Ramos Bueno, brasileira, casada, bacharel em direito, portadora da carteira de identidade nº 11131108-0, expedida pelo DETRAN-RJ e inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 058.093.777-18 ("Seadrill Offshore"); e **II. EASTERN DRILLING AS**, sociedade devidamente organizada e validamente existente sob as leis da Noruega, com sede em Finnstadveien 28, 4029, cidade de Stavanger, Noruega, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.421.574/0001-08, neste ato representada por sua bastante procuradora, Sra. Cristina Vasconcellos Prisco Paraiso Ramos Bueno, acima qualificada ("Eastern Drilling") e, em conjunto com Seadrill Offshore, doravante denominadas "Sócias"); na qualidade de sócias representando a totalidade do capital da **SEADRILL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. República do Chile, nº 230, Sala 2.101, Centro, CEP 20031-170, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.521.059/0001-08 ("Sociedade"), com seu Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.2.0808533-2, e sua 30ª e última Alteração ao Contrato Social arquivado na mesma JUCERJA sob o nº 00005711980, por despacho de 27 de setembro de 2023, têm entre si, justo e acordado, alterar pela 31ª vez o Contrato Social da Sociedade, da seguinte forma: (...) **5. REDUÇÃO DESPROPORCIONAL DE CAPITAL EXCESSIVO** 5.1. As Sócias da Sociedade decidem, por unanimidade e sem reservas, aprovar a redução desproporcional do capital social da Sociedade, no valor de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, inciso II, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), mediante o cancelamento de 250.000.000 (duzentas e cinquenta milhões) de quotas representativas do capital social da Sociedade de titularidade da Sócia Seadrill Offshore AS, com restituição à Sócia Seadrill Offshore AS do valor correspondente às quotas canceladas, a ser pago imediatamente após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias a contar da presente data, em moeda corrente nacional. 5.2. Consignar que a deliberação aprovada no item 5.1 acima somente se tornará eficaz após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias para a oposição de credores quirografários, contados da data de publicação da presente ata, nos termos do artigo 1.084, parágrafos 1º e 2º, do Código Civil, e desde que (i) não haja oposição de qualquer credor, ou (ii) se houver oposição de credores, a Sociedade comprove o pagamento do crédito impugnado ou o depósito judicial do respectivo valor, momento em que as Sócias promoverão a respectiva alteração do Contrato Social da Sociedade, a fim de refletir a redução do capital ora aprovada. 5.3. Consignar que a administração da Sociedade fica autorizada a praticar todos os atos necessários para a efetivação da deliberação proposta e aprovada pelas Sócias da Sociedade, uma vez verificadas as condições previstas no item 5.2 acima. (...) E, por estarem assim justas e contratadas, as Sócias celebram a 31ª Alteração do Contrato Social da **Seadrill Serviços de Petróleo Ltda.** e assinam o presente instrumento em única via. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2024. **Sócias:** **SEADRILL OFFSHORE AS**, Cristina Vasconcellos Prisco Paraiso Ramos Bueno, Procuradora. **EASTERN DRILLING AS**, Cristina Vasconcellos Prisco Paraiso Ramos Bueno, Procuradora.



BABILÔNIA HOLDING S.A.
CNPJ: 26.680.187/0001-05

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023 e 31/12/2022.

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	7.425	8.849	35.300	69.291
Concessionárias	9	-	-	21.096	17.448
Impostos a compensar	10	380	135	1.057	798
Despesas pagas antecipadamente	23	660	650	790	-
Partes relacionadas	11	245	332	63	8
Adiantamentos	-	6.037	-	6.037	-
		8.073	16.013	58.166	94.372
Não Circulante					
Caupões e depósitos vinculados	12	-	-	43.509	43.215
Investimentos	13	238.226	272.392	-	-
Intangível	14	6	-	731.303	760.233
		-	-	7	-
		238.232	272.392	774.819	803.448
		246.305	288.405	832.985	897.820

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Fornecedores	15	51	107	5.102	5.020
Salários e encargos	-	1.460	1.096	1.460	1.096
Impostos a pagar	10	40	47	2.789	2.815
Debêntures	17	2.792	2.172	2.792	2.172
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	63.423	57.781
Partes relacionadas	11	-	31	-	1.096
Adiantamentos	-	1.668	468	-	-
		6.011	3.919	75.566	69.990
Não Circulante					
Debêntures	17	101.343	98.645	101.343	98.645
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	468.081	494.959
Provisões	18	-	-	4.418	3.933
Outras contas a pagar	-	-	-	44.626	44.462
		101.343	98.645	618.468	641.999
Patrimônio líquido					
Capital social	20	132.048	182.048	132.048	182.048
Reserva legal	-	6.400	3.793	6.400	3.793
Reservas de lucros	-	503	-	503	-
		138.951	185.841	138.951	185.841
		246.305	288.405	832.985	897.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional
Babilônia Holding S.A. (Companhia ou Controladora ou Babilônia), também referida isoladamente ou em conjunto com suas controladas como Grupo, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela ASTIC IE Participações S.A. que, com sede e foro na Rua São José Gonçalves de Oliveira, 116, 6º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, constituída em 8 de dezembro de 2016, tem por objeto social a participação em outras sociedades, exploração do potencial de projetos eólicos, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade.
A Companhia tem sede e foro na Rua São José Gonçalves de Oliveira, 116, 6º andar, Jardim Paulista, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.
As participações diretas detidas pela Companhia são as seguintes:

Empresas	Consolidação	31/12/2023		31/12/2022	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Central Eólica Babilônia I (Babilônia I)	Integral	100%	100%	-	-
Central Eólica Babilônia II (Babilônia II)	Integral	100%	100%	-	-
Central Eólica Babilônia III (Babilônia III)	Integral	100%	100%	-	-
Central Eólica Babilônia IV (Babilônia IV)	Integral	100%	100%	-	-
Central Eólica Babilônia V (Babilônia V)	Integral	100%	100%	-	-

Autorizações dos Parques Eólico Babilônia I, II, III, IV e V
As controladas possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as seguintes autorizações e registros de geração

Empresa	Usinas	Modalidade	Outorga	UF	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Início	Término
Central Eólica Babilônia I	Ventos de Santa Aparecida	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	15,2	11/07/2016	11/07/2051
Central Eólica Babilônia II	Ventos de Santa Beatriz	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	15,2	11/07/2016	11/07/2051
Central Eólica Babilônia III	Ventos de São Gabriel	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	15,2	11/07/2016	11/07/2051
Central Eólica Babilônia VI	Ventos de Santa Aurora	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	15,2	11/07/2016	11/07/2051
Central Eólica Babilônia V	Ventos de Santa Cecília	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	15,2	11/07/2016	11/07/2051

A Companhia não identificou indicativos sobre a existência de incerteza relevante quanto à continuidade operacional, uma vez que a geração de caixa futura será suficiente para cobrir as necessidades financeiras ao longo do próximo ano.

Base de preparação

Resumo das principais políticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e com base nos planos da administração entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.
A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 28 de março de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das regras contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

Base de Consolidação

As políticas contábeis e as demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das Controladas são alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em controladas são contabilizados na controladora através do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação de investimentos em controladas, resultados de equivalência patrimonial, provisão para perdas em operações de controladas, dividendos a receber e a distribuir e créditos e débitos relativos a transações entre as sociedades consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas, quando aplicável.
- Eliminação dos lucros não realizados, quando aplicável.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Daniel Araque Diretor	Ruy de Sousa Pereira Lima Diretor
---------------------------------	---

CONTADOR

Vicente Pinheiro de Lima CRC: nº 1 SP 290166/O-0
--

BREF III Empreendimentos Imobiliários 4 S.A.

CNPJ nº 27.182.796/0001-05

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)		Balço Patrimonial		Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)		
Ativo/Circulante	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Balço Patrimonial						
Caixa e equivalentes de caixa	1.360	1.471	Saldos em 31 de dezembro de 2021	543.996	Capital Social	Capital a Integralizar
Contas a receber de clientes	-	2.598	Integralização do capital	-	(281.596)	Lucros (prejuízos) acumulados
Outros Créditos	4	-	Prejuízo do exercício	-	4.006	Total
Impostos e contribuições a recuperar	154	-	Saldos em 31 de dezembro de 2022	543.996	(277.590)	222.192
Despesas antecipadas	146	-	Integralização do capital	-	24.410	209.966
Contas a receber de partes relacionadas	1.455	-	Prejuízo do exercício	-	(26.257)	209.966
Total do Ativo Circulante	3.119	4.069	Saldos em 31 de dezembro de 2023	543.996	(253.180)	208.119
Não Circulante						
Estoque de Imóveis	515.769	514.584	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)			
Fundo de despesas e reserva - CRI	1.718	1.619	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Total do Ativo não Circulante	517.487	516.203	Das atividades de financiamento			
Total do Ativo	520.606	520.272	Tributos a pagar (exceto IRRPJ e CSLL)	(154)	(154)	(20)
Passivo e Patrimônio Líquido			Fornecedores e outras contas a pagar	91	91	-
Capital social	543.996	543.996	Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(16.252)	(15.541)	-
(-) Capital a Integralizar	(253.180)	(277.590)	Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(13.726)	(3.937)	
Prejuízos acumulados	(82.697)	(56.440)	Integralização de Capital	13.615	4.006	
Total do Patrimônio Líquido	208.119,00	209.966	Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	13.615	4.006	
Total Passivo e Patrimônio Líquido	520.606	520.272	Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(111)	69	
Demonstração do Resultado Abrangente			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.471	1.402	
Receita líquida de aluguel	2.438	5.737	No fim do exercício	1.360	1.471	
Despesas administrativas e gerais	(443)	(193)	Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(111)	69	
Despesas tributárias	(651)	-	Demonstração do Resultado	31/12/2023	31/12/2022	
(-) Lucro antes do Resultado Financeiro	1.344	5.544	Despesas financeiras	(29.298)	(31.290)	
Receitas financeiras	69	57	(-) Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(26.257)	(16.232)	
Despesas financeiras	(11.067)	(11.820)	Imposto de renda e contribuição social	(26.257)	(16.232)	
(-) Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.654)	(6.219)	(-) Prejuízo do exercício	(26.257)	(16.232)	
Imposto de renda e contribuição social	(9.654)	(6.219)	Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)	(0,0483)	(0,0298)	
(-) Prejuízo do Exercício	(9.654)	(6.219)	Contador:			
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)	(0,0470)	(0,0303)	MP Cont. Sociedade Simples Ltda. - CRC nº 2 SP 028370			
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			Fernando Lucas Correa da Silva - CRC: 1SP262012/O-1			
Capital Social	543.996	543.996				
(-) Capital a Integralizar	(253.180)	(277.590)				
Prejuízos acumulados	(82.697)	(56.440)				
Total do Patrimônio Líquido	208.119,00	209.966				
Total Passivo e Patrimônio Líquido	520.606	520.272				
Demonstração do Resultado Abrangente						
Receita líquida de aluguel	2.438	5.737				
Despesas administrativas e gerais	(443)	(193)				
Despesas tributárias	(651)	-				
(-) Lucro antes do Resultado Financeiro	1.344	5.544				
Receitas financeiras	69	57				
Despesas financeiras	(11.067)	(11.820)				
(-) Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.654)	(6.219)				
Imposto de renda e contribuição social	(9.654)	(6.219)				
(-) Prejuízo do Exercício	(9.654)	(6.219)				
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)	(0,0470)	(0,0303)				
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Capital Social	543.996	543.996				
(-) Capital a Integralizar	(253.180)	(277.590)				
Prejuízos acumulados	(82.697)	(56.440)				
Total do Patrimônio Líquido	208.119,00	209.966				
Total Passivo e Patrimônio Líquido	520.606	520.272				

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	21	40	-	179.528	156.335
Custo de operação	22	-	-	(8.309)	(7.902)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	(21.520)	(20.154)
Materiais e serviços de terceiros	-	-	-	(29.263)	(29.251)
Depreciações e amortizações	-	-	-	(3.571)	(2.483)
Outros custos de operação	-	-	-	(62.663)	(59.790)
Total de custo	-	-	-	(93.763)	(89.520)
Lucro bruto	40	-	-	86.765	66.815
Despesas operacionais					
Despesas gerais administrativas	22	(2.974)	(1.033)	(7.085)	(10.168)
Outras despesas e receitas operacionais	22	85	-	767	1.464
Resultados das participações societárias	13	63.710	34.575	-	-
Total de despesas operacionais	60.821	33.542	(6.318)	-	(6.704)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos					
Resultado financeiro	23	60.861	33.542	110.577	87.841
Receitas financeiras	-	893	581	11.970	12.072
Despesas financeiras	-	(9.607)	(7.846)	(61.010)	(64.816)
Total do resultado financeiro	(8.714)	(7.255)	(49.040)	(52.744)	(52.744

Natural One S.A.

CNPJ nº 08.192.116/0001-81

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				A Diretoria					
Relatório da Administração: Senhores Acionistas, em cumprimento das determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023 e 31/12/2022.									
Balancos Patrimoniais		Nota	2023	2022	Demonstração dos Fluxos de Caixa		Nota	2023	2022
Ativo/Circulante		338.931	231.916	Passivo/Circulante	269.603	215.021	Resultado líquido na baixa de imobilizado e intangível		
Caixa e equivalentes de caixa	5	90.606	71.335	Fornecedores	12	125.717	87.980	Crédito extemporâneo	
Contas a receber de clientes	6	135.600	89.688	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	89.583	100.826	Provisão para pagamento baseado em ações	
Estoques	7	77.602	58.432	Passivo de arrendamento	10	5.026	3.917	Rendimento sobre aplicações financeiras	
Tributos a recuperar	8	25.150	7.092	Obrigações sociais e trabalhistas	14	18.208	7.951	Imposto de renda e contribuição social	
Adiantamentos		5.724	3.035	Obrigações tributárias		5.530	6.732	(Aumento)/redução de ativos	
Despesas antecipadas		4.789	2.334	Contas a pagar - Partes relacionadas	15	320	320	Contas a receber de clientes	
Não Circulante		261.432	251.571	Outras obrigações	17	25.319	7.295	Estoques	
Aplicações financeiras	5	16.186	7.209	Não Circulante	292.200	204.225	Tributos a recuperar		
Tributos a recuperar	8	4.398	7.024	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	218.203	143.900	Partes Relacionadas	
Partes Relacionadas	15	2.484	2.465	Passivo de arrendamento	10	63.381	57.922	Despesas antecipadas	
Outros ativos	10	5.547	7.054	Contas a pagar - Partes relacionadas	15	151	1.902	Outros ativos	
Ativo de direito de uso	10	52.689	49.760	Provisão para demandas judiciais	16	469	529	Aumento/(redução) de passivos	
Imobilizado	11	167.263	167.907	Patrimônio Líquido	18	48.556	64.213	Fornecedores	
Intangível		12.865	10.152	Capital social	18a	247.169	225.669	Fornecedores	
				Adiantamento para futuro aumento de capital	18a	-	21.500	Risco sacado a pagar	
				Reserva de capital	18c	353.159	340.224	Obrigações sociais e trabalhistas	
				Reserva de incentivos fiscais	18c	72.769	7.295	Obrigações tributárias	
				Prejuízo acumulados		(624.541)	(523.180)	Pagamento de processos judiciais	
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido	600.363	483.487	Outros passivos		
								Caixa provenientes das operações	
								Juros pagos	
								Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	
								Fluxos de caixa das atividades de investimento	
								Aplicações financeiras	
								Aquisição de ativo imobilizado	
								Aquisição de intangível	
								Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	
								Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
								Captação de empréstimos e financiamentos	
								Amortização de empréstimos e financiamentos	
								Pagamento de arrendamentos	
								Adiantamento para futuro aumento de capital	
								Redução Reserva de capital	
								Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	
								Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	
								Variação em caixa e equivalentes de caixa	
								Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	
								Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	
								Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	

Total do Ativo		600.363	483.487	Demonstrações da Movimentação do Patrimônio Líquido		Reserva de Capital		Prejuízos acumulados	
		Capital	Adiantamento	Reserva	Reserva	Prejuízos	Total		
		aumento de capital	para futuro	Contribuição	incentivos fiscais	acumulados	Total		
Em 31 de dezembro de 2021		225.669	-	359.230	9.369	(495.018)	99.250		
Redução de capital (Nota 18.b)		-	21.500	(30.568)	-	-	(30.568)		
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 18.b)		-	-	-	-	-	21.500		
Contribuição da Holding (Nota 18.c)		-	-	2.192	-	-	2.192		
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(28.161)	(28.161)		
Em 31 de dezembro de 2022		225.669	21.500	328.662	11.561	(523.179)	64.213		
Redução de capital (Nota 18.b)		-	-	-	-	-	-		
AFAC convertida em Aumento de capital (Nota 18.b)		21.500	(21.500)	-	-	-	-		
Contribuição da Holding (Nota 18.c)		-	-	-	-	-	12.936		
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(28.593)	(28.593)		
Destinação reserva de incentivos fiscais		-	-	-	-	72.769	(72.769)		
Em 31 de dezembro de 2023		247.169	-	328.662	24.497	(72.769)	(624.541)	48.556	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Natural One S.A. ("Companhia") é uma Companhia por ações de capital fechada sediada na Cidade de São Paulo, capital, constituída em março de 2006. Produtora de sucos de frutas integrais, bebidas mistas e alimento vegetal produzido a base de aveia, comercializa seus produtos na cadeia refrigerada e ambiente. A Companhia possui planta fabril instalada na Cidade de Jarinu (SP), equipada com duas linhas de envase assépticas dedicadas à fabricação de sucos de fruta e vegetais. A Companhia produz sucos buscando o mínimo de manipulação dos insumos como o objetivo de preservar as propriedades originais das frutas e vegetais, como frescor, sabor e aroma. O processo de envase asséptico em embalagem PET permite uma validade de produtos percíveis de mais que oito meses, sem adição de conservantes. Os produtos são comercializados em todo território nacional, bem como exportados para Ásia, América do Sul, Europa e Oriente Médio. Em 31/12/2023, a Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$624.541,16 (R\$523.180 em 2022), porém apesar do prejuízo, o capital circulante líquido é positivo em R\$69.3 milhões em 2023 (R\$17 milhões em 2022). O aumento no prejuízo acumulado da Companhia, nos últimos 3 exercícios, está relacionado aos seguintes fatores: • Aumento de preço superior a inflação dos insumos e materiais de consumo, embalagens e itens em geral. • Elevado resultado financeiro representado pela necessidade de capital de terceiros para financiar suas operações e pela manutenção da taxa Selic em patamares elevados. Adicionalmente, a Companhia busca eficiência operacional, financeira e econômica permanente e apresenta resultados mais consistentes no exercício de 2024 até a presente data. O plano da administração da Companhia para reverter a atual situação patrimonial está pautado nos seguintes esforços: • Redução dos custos e despesas relacionados às operações e bem como em 2024, conforme nota explicativa de eventos subsequentes a Companhia emitiu debêntures, no montante de R\$60 milhões, gerando recursos necessários e suficientes para a continuidade das operações da Companhia e para honrar suas obrigações.

2. Resumo das Principais Políticas Contábeis: 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adota todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31/12/2023, quando aplicável. **Continuidade Operacional:** A administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, segue continuando a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 31/03/2024. 2.2. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. 2.3. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente e estão apresentadas na nota explicativa 3. **Base de valor:** A Companhia considera a venda de mercadorias é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente. O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 54 dias para clientes nacionais e 101 dias para clientes internacionais. Em 2023, a Companhia apresenta um aumento representativo no prazo médio de clientes internacionais, relacionado principalmente ao retorno das vendas para a China (R\$11 milhões em 2023) provocando aumento de 101 para 169 dias.

	2023		2022	
	Nacional	Estrangeiro	Nacional	Estrangeiro
Faturamento	183.541	28.395	570.254	28.305
Contas a receber	115.250	19.895	82.208	7.621
Prazo médio recebimento	54	169	53	98
Faturamento China	-	11.116	-	-
Contas a receber - China	-	11.116	-	-
Faturamento	783.541	31.845	570.254	28.305
Contas a receber	115.230	8.779	82.208	7.621
Prazo médio recebimento	54	101	53	98

A receita é reconhecida na extensão em que os benefícios econômicos são prováveis e quando podem ser mensurados de forma confiável. A Companhia considera se existem outras promessas em contrato que são obrigações de desempenho separadas para as quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço de transação da mercadoria, a Companhia considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes financeiros significativos, a consideração de não caixa e a contraprestação devida de cliente (se houver). A Companhia oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva a alguns clientes quanto a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato, dentre outros abatimentos previstos contratualmente. Os abatimentos são contabilizados com os valores a pagar pelo cliente. A Companhia realiza o provisionamento dos valores estimados dos descontos a serem aplicados. A receita pela venda de mercadorias é mensurada em um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca do bem, líquido de devoluções e abatimentos, descontos comerciais e abatimentos de volume. 2.4. **Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, ou valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes relacionadas e dispostas a isso em transação no momento da transação. Os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado. 1) **Ativos financeiros:** Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) valor justo por meio do resultado. a) **Custo amortizado:** Um ativo financeiro deve ser mensurado a custo amortizado se o objetivo do modelo de negócio é manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais até o final do contrato, constituindo exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. b) **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente, de pagamentos de principal e juros, quanto pela venda de ativos financeiros. c) **Valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, caso não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. 1) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao custo amortizado; e (b) valor justo por meio do resultado. a) **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Os passivos financeiros classificados ao custo amortizado são aqueles cujo fluxo de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. b) **Valor justo por meio do resultado:** Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. **Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o

derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge". Durante o exercício de 2023 e 2022 não tiveram operações com derivativos e consecutivamente não possuíamos nada em aberto. 2.5. **Estoques:** Os estoques de matérias-primas, embalagens e outros estão avaliados pelo custo de aquisição. Os produtos acabados estão avaliados pelo custo líquido de produção, menos os custos de reposição ou os valores de realização. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão por obsolescência, deterioração ou baixo giro. Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que estes custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda da Companhia. Os produtos acabados estão avaliados pelo custo médio de produção. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. 2.6. **Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. O imobilizado em andamento é demonstrado pelo custo já incorrido e pelo valor desembolsado, respectivamente. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas não é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de até 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última avaliação. Os custos de manutenção e reparos são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual, conforme a seguir: • Benefícios em propriedade de terceiros: até 10 anos. • Equipamentos e ferramentas: até 10 anos. • Máquinas: até 10 anos. • Outros imobilizados: de

Natural One Holding de Participações S.A.

CNPJ nº 34.239.305/0001-72

Balancos Patrimoniais					Balancos Patrimoniais Consolidados					Balancos Patrimoniais Consolidados					Demonstrações de Fluxos e Caixa					Contabilidade																						
Ativo		Circulante		Caixa e equivalentes de caixa		Contas a receber de clientes		Estoques		Tributos a recuperar		Adiantamentos		Despesas antecipadas		Não Circulante		Aplicáveis financeiras		Tributos a recuperar		Partes Relacionadas		Outros ativos		Investimentos		Ativo de direito de uso		Imobilizado		Intangível		Total do Ativo		Demonstrações de Fluxos e Caixa		Contabilidade				
Nota	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022						
Ativo		321	474	339.765	234.146	61	636	1.038	1	59	733	1.875	202,632	210.200	689	650	211.321	210.850	212.054	212.525	2.583	6.074	611	636	1.038	1	59	733	1.875	202,632	210.200	689	650	211.321	210.850	212.054	212.525	2.583	6.074			
Circulante		321	474	339.765	234.146	61	636	1.038	1	59	733	1.875	202,632	210.200	689	650	211.321	210.850	212.054	212.525	2.583	6.074	611	636	1.038	1	59	733	1.875	202,632	210.200	689	650	211.321	210.850	212.054	212.525	2.583	6.074			
Caixa e equivalentes de caixa		5	60	217	90.629	723.239	217	90.629	723.239	217	90.629	723.239	217	90.629	723.239	217	90.629	723.239	217	90.629	723.239	217	90.629	723.239	217	90.629	723.239	217	90.629	723.239	217	90.629	723.239	217	90.629	723.239	217	90.629	723.239	217	90.629	723.239
Contas a receber de clientes		6	—	—	135.060	69.868	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
Estoques		7	—	—	77.602	58.432	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
Tributos a recuperar		8	261	257	25.682	7.617	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			
Adiantamentos		—	—	—	5.704	3.035	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			
Despesas antecipadas		—	—	—	5.000	3.045	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			
Não Circulante		61.111	75.709	284.293	249.237	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			
Aplicáveis financeiras		5	—	—	16.789	7.909	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Tributos a recuperar		8	—	—	4.988	7.024	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Partes Relacionadas		16	—	—	2.458	2.439	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Outros ativos		—	294	149	5.607	5.924	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Investimentos		9	60.817	75.560	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Ativo de direito de uso		11	—	—	22.873	17.447	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Imobilizado		12	—	—	199.306	198.442	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Intangível		—	—	—	12.865	10.152	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Total do Ativo		61.432	76.183	604.058	483.383	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Demonstrações de Fluxos e Caixa		20	2023	2022	2023	2022	20	2023	2022	20	2023	2022	20	2023	2022	20	2023	2022	20	2023	2022	20	2023	2022	20	2023	2022	20	2023	2022	20	2023	2022	20	2023	2022	20	2023	2022			
Prejuízo do exercício		—	—	—	(27.658)	(22.402)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			
Ajuste por:		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Depreciação e amortização		21	—	—	21	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Resultado de equivalência patrimonial		9	27.679	26.976	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Provisão para demandas judiciais		17	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Resultado líquido na baixa do imobilizado e intangível		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Crédito extemporâneo		21	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Provisão para pagamento baseado em ações		18a	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Fendimento sobre aplicações bancárias		22	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
IR e CS		10b	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Aumento/(redução) de ativos		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Contas a receber de clientes		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Estoques		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Tributos a recuperar		(6)	(9)	1.202	5.669	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Adiantamentos		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Outros ativos e partes relacionadas		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—				
Aumento/(redução) de passivos		—	—	—	—	—																																				

FHV Participações e Empreendimentos S.A.

Table with financial data for FHV Participações e Empreendimentos S.A. including balance sheet, income statement, and cash flow for 2023 and 2022.

Relatório de Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, a Administração da FHV Participações e Empreendimentos S.A. submete à apreciação de V.Sas. os Balanços Patrimoniais e as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Table with names of directors and officers: Marilena Rodrigues Vasone, Renata Rodrigues Vasone, Antonio Dias Figueiredo Filho, Bruno Paula Menelli Calmon, José Carlos Bianchini, Raphael Tonetto Rodrigues.

Tecsan Ingeniería Ambiental S.A.

Table with financial data for Tecsan Ingeniería Ambiental S.A. including balance sheet, income statement, and cash flow for 2023 and 2022.

A Sociedade está devidamente autorizada a funcionar no país, conforme portaria SCS nº 09 de 16.09.2009, e consoante parágrafo único do artigo 1.140 do Código Civil, faz a seguinte publicação: Peças contábeis referentes às atividades no Brasil pelo exercício econômico findo em 31/12/2023, São Paulo, 24 de abril de 2024.

Table with names of directors and officers: João Carlos Mingrone Bruno, Rodney Monteiro Meles, Rômulo de Faria.

Ato de Deliberação do Representante Legal: Em 24.04.2024, o Representante Legal no Brasil, nomeado na forma, e com os poderes, do artigo 1.138 do Código Civil, delibera a aprovação para todos os fins de direito, das peças contábeis referentes às atividades no Brasil, levantadas para atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 1.140 do Código Civil, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras: responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração do resultado das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Table with financial data for Tecsan Ingeniería Ambiental S.A. including balance sheet, income statement, and cash flow for 2023 and 2022.

Atto de Deliberação do Representante Legal: Em 24.04.2024, o Representante Legal no Brasil, nomeado na forma, e com os poderes, do artigo 1.138 do Código Civil, delibera a aprovação para todos os fins de direito, das peças contábeis referentes às atividades no Brasil, levantadas para atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 1.140 do Código Civil, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras: responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração do resultado das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Table with financial data for Tecsan Ingeniería Ambiental S.A. including balance sheet, income statement, and cash flow for 2023 and 2022.

Boulevard Villa dos Pinheiros SPE S.A.

Table with financial data for Boulevard Villa dos Pinheiros SPE S.A. including balance sheet, income statement, and cash flow for 2023 and 2022.

Senhores acionistas: A administração é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração do resultado das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Table with names of directors and officers: Peter Willi Friedrich, Robert Friedrich, Feres Macul Neto, Vinicius Bego.

1. Contexto operacional: A Emcol Eletro S.A. (individualmente denominada "Companhia" e em conjunto com sua controlada o "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Itu, Estado de São Paulo, tendo iniciado suas atividades em 13 de julho de 1967.

Table with financial data for Emcol Eletro S.A. including balance sheet, income statement, and cash flow for 2023 and 2022.



PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 94FC-F4C7-0399-4F5E.

Benito Roggio Transporte Sociedad Anonima

CNPJ nº 11.650.747/0001-01 - NIRE nº 35500067863

Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 (Em reais)

A Sociedade está devidamente autorizada a funcionar no país, conforme portaria SCS nº 10 de 16.09.2009, e consoante parágrafo único do artigo 1.140 do Código Civil, faz a seguinte publicação: Peças contábeis referentes às atividades no Brasil pelo exercício econômico findo em 31/12/2023. São Paulo, 24 de abril de 2024. João Carlos Mingrone Bruno, CPF 126.578.808-19 - Representante Legal no Brasil.

Balanco Patrimonial (Em reais)			Balanco Patrimonial (Em reais)			Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em (Em reais)		
Ativo	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Circulante			Circulante			Receita Bruta de Serviços		
Caixa e equivalentes de caixa	18.128	31.126	Obrigações Fiscais	8	14.321	Serviços Prestados	-	88.000
Impostos a Recuperar	18.538	16.459	Total do passivo circulante	8	14.321	Impostos e contribuições sobre receitas	-	(12.557)
Clientes	72.636	88.000	Não Circulante			Receita Operacional Líquida	-	75.443
Total do ativo circulante	109.302	135.584	Partes Relacionadas	1.285.013	1.285.013	Lucro Bruto	-	75.443
Não Circulante			Partes Relacionadas	1.285.013	1.285.013	(Despesas) Receitas Operacionais		
Partes Relacionadas	3.934.805	4.900.503	Total do passivo não circulante	1.285.013	1.285.013	Despesas gerais e administrativas	(957.503)	(60.937)
Investimentos	1.048.381	1.048.381	Patrimônio Líquido			Despesas/Receitas Financeiras, líquidas	(13.614)	(4.028)
Ativo Imobilizado	961	1.838	Capital destinado às operações no país	4.400.000	4.400.000	Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(971.117)	10.478
Outros Créditos	15.920	8.492	Lucros/Prejuízos acumulados	(575.652)	395.465	Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(971.117)	10.478
Total do ativo não circulante	5.000.067	5.959.215	Total do patrimônio líquido	3.824.348	4.795.465	Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(1.760)
Total do Ativo	5.109.369	6.094.799	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	5.109.369	6.094.799	Lucro (Prejuízo) do Exercício	(971.117)	8.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

Saldos em 31 de Dezembro de 2021	Capital destinado às operações no país		Total
	Lucros/Prejuízos acumulados	Total	
4.400.000	386.747	4.786.747	
4.400.000	8.718	4.408.718	
4.400.000	395.465	4.795.465	
(971.117)	(971.117)	(971.117)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	4.400.000	(575.652)	3.824.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

1. Contexto Operacional: Benito Roggio Transporte Sociedad Anonima, com sede na República Argentina, é uma sociedade estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, nos termos do artigo 1.134 e seguintes do Código Civil, conforme autorização do Poder Executivo Federal, Portaria SCS nº 10, de 16/09/2009. As atividades preponderantes da Sociedade no Brasil são serviços de assessoria ou operação, manutenção e ampliação de sistemas de transporte metropolitano-ferroviário, incluindo a participação em empreendimentos que tenham por objeto essas atividades. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As atividades no Brasil são conduzidas por estabelecimento subordinado, intitulado sucursal ou filial. Esse estabelecimento mantém registros contábeis em reais, e contabiliza as operações realizadas no território nacional, de modo a apurar o resultado da mesma, de maneira segregada e independente, em relação às atividades da Sociedade no exterior. As demonstrações contábeis ora apresentadas surgem desses registros e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil, baseando-se nas disposições contidas na normativa pertinente. **3. Principais Práticas Contábeis:** Ativos circulante e não circulante: São apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor. As participações societárias estão avaliadas ao custo histórico, já que a Sociedade não possui influência significativa nas participadas. Passivos circulante e não circulante: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. **Apuração do Resultado:** As receitas e despesas são apropriadas no resultado, de acordo com o regime de competência, e as suas contrapartidas associadas com a atividade desenvolvida no Brasil. **4. Partes Relacionadas:** O saldo da conta de ativo se refere à posição com a Casa Matriz no exterior de R\$ 2.632.693 (2022 - R\$ 3.895.109) e os saldos das outras contas de ativo e passivo são operações com outras sociedades vinculadas no país. **5. Investimentos:** Corresponde aos valores integralizados em (1) Concessionária do VLT Carioca S.A., onde a Sociedade possui participação no capital social de R\$ 668.381. A Concessionária presta serviços de transporte no modal Veículo Leve sobre Trilhos - VLT nas regiões centrais e portuária do Rio de Janeiro, conforme contrato de parceria pública privada com o Município do Rio de Janeiro. O projeto encontra-se em fase de planejamento operacional; (2) Concessionária do Monorail da Linha 18 - Bronze S.A., onde a participação da Sociedade no capital social monta em R\$ 380.000. Esta Concessionária tem como objetivo a implementação de linha de metrô São Paulo - São Bernardo do Campo, mediante contrato de parceria público privada com o Estado de São Paulo, assinado em 2014. Em 05 de agosto de 2020 a Concessionária foi notificada de ato do Poder Concedente declarando extinto o contrato, tendo posteriormente apresentado requerimento de instauração de arbitragem, na forma da cláusula contratual pertinente, ora em andamento. **6. Patrimônio Líquido:** Em 31.12.2023 o capital destinado às operações no País, conforme aprovado pela Portaria SCS nº 9/2013 é de R\$ 4.400.000, e está devidamente registrado junto ao Banco Central do Brasil, na qualidade de investimento estrangeiro direto.

João Carlos Mingrone Bruno
Representante Legal - CPF: 126.578.808-19

Demonstração do Fluxo de Caixa para os Exercícios Findos em (Em reais)

Fluxo de caixa de atividades operacionais:	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (Prejuízo) do exercício	(971.117)	8.718
Despesas que não afetam o caixa:		
Depreciação	877	877
Lucro (Prejuízo) do exercício ajustado pelos itens que não afetam o caixa	(970.240)	9.596
Aumento (redução) nos ativos operacionais:		
Clientes	15.364	(56.822)
Partes Relacionadas	965.699	50.908
Impostos a Recuperar	(2.079)	18.147
Outros Créditos	(7.428)	(6.378)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Obrigações Fiscais	(14.313)	14.314
Obrigações a pagar	(4.164)	(4.164)
Partes Relacionadas	-	-
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	(12.997)	25.601
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(12.997)	25.601
Caixa e equivalentes de caixa - no início das atividades	31.126	5.525
Caixa e equivalentes de caixa - no fim das atividades	18.128	31.126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Rodney Monteiro Meles
Contador - CRC 01SP132.178/O-5

Ato de Deliberação do Representante Legal

Em 24.04.2024, o Representante Legal no Brasil, nomeado na forma, e com os poderes, do artigo 1.138 do Código Civil, delibera a aprovação para todos os fins de direito, das peças contábeis referentes às atividades no Brasil, levantadas para atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 1.140 do Código Civil, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023. São Paulo, SP, João Carlos Mingrone Bruno, CPF 126.578.808-19 - Representante Legal no Brasil.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Benito Roggio Transporte Sociedad Anonima, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis adotadas no período. As demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Benito Roggio Transporte Sociedad Anonima em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Benito Roggio Transporte Sociedad Anonima, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado nas notas explicativas 1, e 2, as atividades no Brasil são conduzidas por estabelecimento subordinado, intitulado sucursal ou filial, devidamente autorizado a funcionar pelas autoridades competentes, e submetido à legislação brasileira. Esse estabelecimento mantém registros contábeis em reais, e contabiliza as operações realizadas no território nacional, de modo a apurar o resultado da mesma, de maneira segregada e independente, em relação às atividades da Sociedade no exterior. As demonstrações financeiras examinadas decorrem desses registros e, portanto, estão limitadas às atividades do estabelecimento no Brasil, em consonância com o disposto no parágrafo único do artigo 1.140 do Código Civil Brasileiro. Nossa opinião não possui ressalva relativa a esse assunto. **Outros assuntos - valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, utilizadas para fins de comparação, não foram

dimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para o início das atividades de auditoria apropriadas às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.** - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Benito Roggio Transporte Sociedad Anonima no Brasil. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Benito Roggio Transporte Sociedad Anonima no Brasil a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 24 de março de 2024. **JMS Serviços Contábeis e Auditoria Ltda.** - CRC - MG 009611/0; **José Madureira e Silva** - Contador - CRC - MG 049890/O-8 - CPF 133.193.376-53

João Carlos Mingrone Bruno
Representante Legal - CPF: 126.578.808-19

AGRISHOW

Governo de SP amplia área do pavilhão de produtos artesanais



O secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, Guilherme Piai

A 2ª edição da Agrishow, em Ribeirão Preto, começa neste domingo (28) cheia de novidades para os produtores rurais do estado de São Paulo. Uma delas é a ampliação do Pavilhão de Produtos Artesanais, que já faz parte do evento há três anos. Para receber os pequenos produtores rurais do Estado, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo realizou uma obra para expansão e instalação do novo piso. Agora, o pavilhão conta com 1.600 metros quadrados e capacidade para mais de 120 expositores, quase o dobro da edição passada.

Segundo o secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, Guilherme Piai, o Pavilhão de Produtos Artesanais valoriza os pequenos produtores rurais paulistas. "Temos trabalhado muito para incentivar os agricultores familiares, que produzem com excelência e muita qualidade", ressalta Piai.

No estande, expandido em parceria com a iniciativa privada, os visitantes poderão experimentar e adquirir produtos como queijos, mel, cachaças, cafés, vinhos, cervejas, azeites e itens de charcutaria produzidos por agricultores, que integram as rotas gastronômicas do Programa Sabor de São Paulo, da Secretaria de Turismo e Viagens de São Paulo.

São Paulo se tornou o segundo Estado com maior número de estabelecimentos artesanais, e pretende atingir a primeira posição nos próximos meses. Pelo Serviço de Inspeção de São Paulo (SISP), já foram registrados 75 estabelecimentos artesanais, sendo que 40 foram realizados nesta gestão, em apenas nove meses.

"Em menos de um ano, fizemos o que havia sido realizado em 20 anos. Nossos registros mensais hoje já ultrapassam a demanda de estabelecimentos industriais, e pretendemos reestruturar nosso ser-

viço para aumentar ainda mais nossa eficiência. Pretendemos ainda registrar produtos de origem vegetal, como bebidas, azeites, compotas e doces", destaca Luiz Henrique Barrochelo, médico-veterinário e coordenador da Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo (CDA), da Secretaria de Agricultura.

Para o produtor Cassio Medeiros de Carvalho, da Prelúdio Charcutaria, a certificação no SISP oficializa a profissionalização da atividade artesanal, abrindo novas oportunidades de mercado. "Podemos divulgar livremente o nosso trabalho, levando os produtos para outros estabelecimentos como varejo, bares, restaurantes ou feiras livres. O pequeno produtor precisa do Estado ao seu lado como um orientador, viabilizando a nossa participação no mercado. Temos muito orgulho de ter participado deste processo neste momento, que consideramos histórico para o produtor artesanal de São Paulo e para o Brasil", afirmou.

Para serem considerados artesanais, a produção dos alimentos deve utilizar processos de elaboração, em pequena escala, de produtos comestíveis de origem animal com características tradicionais ou regionais próprias. De acordo com a legislação, somente os estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção de São Paulo (SISP) poderão solicitar selo de identidade e qualidade ARTE.

Mais de 800 marcas nacionais e internacionais apresentam as últimas novidades em tecnologia, inovação e tendências para o agronegócio na 2ª edição da Agrishow, que acontece até o dia 3 de maio, em Ribeirão Preto (SP). Em 520 mil metros quadrados de feira, os expositores investem todos os anos para apresentar aos visitantes as soluções mais modernas para auxiliá-los no dia a dia do campo. São esperadas mais de 195 mil pessoas neste ano.

BREF III Empreendimentos Imobiliários 7 S.A.

CNPJ nº 28.941.492/0001-39

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em R\$ - Reais)			
Ativo	Balancos patrimoniais		Passivo
	2023	2022	
Circulante			Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	3.175.646,44	29.023.411,22	Contas a pagar
Impostos a Recuperar	642.047,84	198,35	Impostos a Recolher
Total do ativo circulante	3.817.694,28	29.023.609,57	Total do passivo circulante
Não Circulante			Não Circulante
Contas a receber partes relacionadas	5.924.810,82	2.180.670,75	Contas a pagar partes relacionadas
Coligadas e Controladas	13.103.344,75	27.890.733,07	Capital social
Adiantamento/Plufuro aumento de capital	10.500,00	288.071,34	Reserva de capital
Total do ativo não circulante	19.038.655,57	30.359.475,16	Total do patrimônio líquido
Total do Ativo	22.856.349,85	59.383.084,73	Total do Passivo

João Rodrigues Teixeira Junior
CPF: 036.293.778-82 - Administrador

SPE São Miguel Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ nº 19.381.550/0001-26

Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais - R\$)			
Ativo/Circulante	Balancos patrimoniais		Passivo e patrimônio líquido/Circulante
	Nota	2023	
Caixa e equivalentes de caixa	3	37.566	58.364
Outros créditos	-	325	294
Não circulante		41.163.062	41.163.284
Imóveis destinados a futura incorporação	4	41.162.414	41.162.414
Imobilizado	-	648	870
Total do ativo		41.200.628	41.221.648
Demonstrações do resultado	Nota	2023	2022
Receita líquida de aluguel	7	120.956	114.015
Despesas administrativas, comerciais e gerais	8	(197.039)	(159.819)
Resultado antes do resultado financeiro	(76.083)	(45.804)	
Resultado financeiro	9	677	835
Resultado antes do IR e da CS	(75.406)	(44.969)	
IR e CS	10	(9.728)	(9.508)
Prejuízo do exercício	(85.134)	(54.374)	
Resultado básico e diluído por ação	12	(0,026776)	(0,016858)
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		41.780.142	547.733
Prejuízo do exercício		(85.134)	(54.374)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		41.780.142	547.733
Aumento de capital	6	120.000	-
Prejuízo do exercício		(85.134)	(54.374)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		41.900.142	547.733

A Diretoria

Clayton Castro da Rocha - CRC - 1SP251.075/O-3

SANSÃO HOLDING S.A.

CNPJ nº 32.266.866/0001-35

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos a V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Diretoria,

Ativo	Balanco Patrimonial (Em milhares de reais - R\$)			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	-	25.002	16.219	-
Contas a receber	-	8.224	1.765	-
Estoque	-	4.202	7.216	-
Impostos a recuperar	-	48	3.325	-
IRPJ e CSLL a compensar	-	4.067	-	-
Dividendos a receber	1.422	1.235	596	1.949
Outros ativos	1.422	1.236	42.139	30.474
Total circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	426	709	-
Outros ativos	-	6	14	-
Total do realizável a longo prazo				
Investimentos	36.872	46.900	432	723
Imobilizado	-	10.782	12.603	-
Intangível	-	17.113	16.473	-
Direito de uso	-	1.399	1.443	-
Total não circulante	36.872	46.900	29.726	31.242
Total do ativo	38.294	48.136	71.865	61.716

Demonstração do resultado e resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R\$)

Receita de prestação de serviços	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo dos serviços prestados	-	90.377	83.087	-
Lucro Bruto	-	(69.180)	(63.637)	
(Despesas) receitas operacionais	-	21.197	19.450	-
Despesas gerais e administrativas	-	(4.968)	(3.231)	-
Despesas comerciais	-	(7.456)	(6.943)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	1	(1.277)	(475)
Lucro operacional				

Superlógica Tecnologias S.A.

CNPJ: 04.833.541/0001-51

Relatório da Administração: Superlógica, Juntos Somos Super! O ano de 2023 representou um grande avanço para consolidar nossa presença e empoderar nossos clientes diretos, as administradoras de condomínios e imobiliárias. Seja por meio do crescimento orgânico sustentado por nossa força de vendas, atendendo em todo o Brasil, quanto pelo crescimento das empresas adquiridas nos anos anteriores, que também contribuíram para o desenvolvimento destes mercados, com consequente aumento de eficiência e rentabilidade para nossos parceiros e clientes. Continuamos com o aprofundamento das automatizações que otimizam as operações dos nossos clientes.

Balancos Patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	134.480	14.980	78.328	133.050
Títulos e valores mobiliários	-	-	153.673	-
Contas a receber de clientes	1.494	895	6.009	4.319
Transações de cartão a receber	-	-	62.039	42.289
Direitos creditórios	98.898	51.253	98.898	51.253
Tributos a recuperar	1.336	2.809	3.429	5.981
Adiantamentos diversos	4.893	1.480	6.318	3.012
Dividendos a receber	460	1.094	-	-
Partes relacionadas	6.920	-	-	-
Outros ativos	5.168	4.969	5.962	6.355
Total circulante	253.649	177.440	412.456	246.259
Não circulante				
Títulos e valores mobiliários	-	-	62.913	-
Partes relacionadas	11.021	12.716	-	-
Dépósitos judiciais	-	-	25	134
Investimentos	30.280	138.224	-	-
Imobilizado	4.508	4.774	7.543	10.077
Intangível	125.372	25.442	161.338	162.458
Direito de uso	2.375	2.886	2.375	2.886
Total não circulante	173.556	184.042	234.194	175.555
Total ativo	427.205	261.522	646.650	421.814

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

tempo para eles atenderem outras demandas dos moradores principalmente para melhorar a conformidade dos condomínios. Consolidamos o produto Indemplicência Zero, endereçando uma das maiores queixas dos moradores de condomínios que é a inadimplência condominial. **Destaques Operacionais:** Durante o exercício de 2023 a controladora Superlógica incorporou as empresas Ahreas e First Control e a controlada Superlógica Imobiliária incorporou as controladas Indretas Arbo e Simbo. Todas as transações ocorridas em 2023 fazem parte do planejamento estratégico de longo prazo, cuja busca otimiza a eficiência operacional, além de um aumento de portfólio de produtos.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Passivo Circulante				
Fornecedores	2.008	2.944	6.753	8.092
Arrendamento mercantil a pagar	658	573	658	573
Salários, férias e encargos sociais	14.955	11.967	27.316	27.801
Impostos e contribuições a recolher	3.485	2.006	5.927	4.448
Imposto renda e contribuição social	285	17	668	341
Repasse de terceiros	18	219	130.080	134.522
Contas a pagar de aquisições	9.381	299	9.381	486
Depósitos e demais instrumentos financeiros	-	-	66.699	-
Outros passivos	5.987	2.306	6.398	3.004
Dividendos a pagar	-	-	-	4
Total circulante	36.777	20.331	253.775	179.071
Não circulante				
Arrendamento mercantil a pagar	2.012	2.460	2.011	2.460
Partes relacionadas	-	-	11	-
Provisão para riscos	53	134	1.639	182
Contas a pagar de aquisições	33.692	43.300	33.692	43.300
Total não circulante	35.757	45.905	37.343	45.942
Patrimônio líquido				
Capital social	399.831	249.831	399.831	249.831
Reserva de capital	19.844	21.287	19.844	21.287
Reserva legal	4	4	4	4
Dividendos a distribuir	-	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	(65.008)	(75.836)	(65.008)	(75.836)
Patrimônio líquido dos controladores	354.671	195.286	354.671	195.286
Participação de não controladores	-	-	861	1.515
Total patrimônio líquido	354.671	195.286	355.532	196.801
Total passivo e patrimônio líquido	427.205	261.522	646.650	421.814

Demonstrações do resultado

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita líquida	109.076	75.381	309.624	236.911
Custos dos serviços prestados	(22.207)	(16.008)	(83.705)	(70.539)
Lucro bruto	86.869	59.373	225.919	166.372
Receitas (despesas) operacionais:				
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(73.410)	(84.416)	(212.465)	(207.752)
Outras receitas (despesas) operacionais	(4.674)	(2.407)	(10.423)	(1.683)
Equivalência patrimonial	(1.988)	(6.962)	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	6.797	(36.732)	3.030	(43.063)
Despesas financeiras	(6.428)	(4.328)	(1.700)	(2.119)
Receitas financeiras	12.293	7.968	13.145	16.822
Resultado financeiro	5.865	3.640	11.445	14.703
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	12.662	(33.092)	14.475	(28.360)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do IR e CS	12.662	(33.092)	14.475	(28.360)
Depreciação e amortização	3.740	2.628	8.421	7.416
Baixa de ativo imobilizado e intangível	222	9	1.387	117
Provisão para perdas de créditos estimados	5.211	1.707	5.558	1.707
Provisão (reversão) para contingências	(80)	(181)	1.457	(333)
Receita financeira sobre direitos creditórios	(1.540)	(1.597)	(1.540)	(1.597)
Resultado financeiro sem efeito caixa	(227)	-	(227)	-
Equivalência patrimonial	1.988	8.982	-	-
Variáveis no ativo e passivo:				
Redução (aumento) em contas a receber	(1.258)	(254)	(314)	(1.988)
Redução (aumento) em impostos a recuperar	3.151	(1.671)	2.552	(3.071)
Redução (aumento) em direitos creditórios	(50.639)	(51.350)	(50.638)	(46.845)
Redução (aumento) em adiantamentos diversos	(2.765)	4.486	(3.306)	2.954
Redução (aumento) em transações de cartão a receber	-	-	(21.325)	(3.599)
Redução (aumento) em outros ativos	(200)	(4.931)	393	(4.812)
Redução (aumento) em transações com partes relacionadas	(1.662)	(63)	-	-
Aumento em depósitos judiciais	-	-	109	-
Aumento (redução) em fornecedores	(991)	(412)	(1.339)	4.057
Aumento (redução) em salários, férias e encargos	105	2.673	(285)	11.292
Aumento em impostos e contribuições a recolher	1.423	838	1.374	2.075
Aumento (redução) em impostos em repasse a terceiros	(201)	219	(2.867)	219
Aumento em depósitos e demais instrumentos financeiros	-	-	66.699	-
Aumento (redução) em outros passivos	3.930	(6.440)	4.077	2.181

contabilidades de todas as empresas do Grupo Superlógica, com o intuito de reduzir o ciclo de fechamento contábil, melhorar a gestão financeira e a análise de rentabilidade, além de fortalecer a estrutura de sistemas da companhia de modo a acompanhar o crescimento do negócio. **Agradecimentos:** A Administração agradece a fidelidade e confiança de nossos clientes, parceiros, fornecedores e investidores; em especial, agradecemos a todos os nossos colaboradores pela dedicação, competência e superação demonstrados neste ano de trabalho.

Demonstrações do resultado

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social:				
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.834)	(70)	(4.304)	(7.537)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível	10.828	(33.162)	10.171	(35.897)
Resultado do exercício atribuível a:				
Controladora	10.828	(33.162)	10.828	(33.162)
Acionistas não controladores	-	-	(658)	(2.735)
Total	10.828	(33.162)	10.171	(35.897)

Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível	10.828	(33.162)	10.171	(35.897)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultados abrangentes do exercício	10.828	(33.162)	10.171	(35.897)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Pagamento de IRPJ e CSLL	(1.834)	-	(4.304)	(6.678)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas Atividades operacionais	(28.763)	(78.449)	(20.356)	(65.265)
Atividades de investimento:				
Títulos e valores mobiliários - aplicação	-	4.440	(198.451)	-
Títulos e valores mobiliários - resgate	-	-	-	(18.335)
Aumento de capital em controlada	(2.776)	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de controladas	(299)	(2.971)	(486)	(6.430)
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	7.301	(1.094)	-	-
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(3.746)	(7.461)	(5.404)	(10.005)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas Atividades de Investimento	480	(7.268)	(222.676)	(116.435)
Caixa líquido de incorporação	26	-	-	-
Atividades de financiamento:				
Pagamento de empréstimo	-	-	-	(18)
Pagamento de arrendamentos	(801)	(356)	(599)	(767)
Integralização e aumento de capital	149.670	2.598	149.670	2.598
Pagamento baseado em ações	627	542	627	542
Participação de não controladores	-	-	(362)	1.132
Reserva de capital	(1.740)	-	(1.740)	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	147.757	2.784	147.597	3.487
Aumento líquido no caixa e equivalente de caixa	119.500	(82.751)	(64.722)	(78.213)
Saldo de caixa e equivalente de caixa inicial	14.980	97.371	133.050	211.263
Saldo de caixa e equivalente de caixa final	134.480	14.980	78.328	133.050
Aumento no caixa e equivalente de caixa	119.500	(82.751)	(64.722)	(78.213)

contando (boleto e cartão de crédito), conta digital, serviços financeiros de garantia de arcação para condomínios, sistemas de controle de acesso, dentre outros, sistemas com atuação em todo território nacional. A emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pelos acionistas em 10 de abril de 2024.

Contadora: Caroline Olivé de Abreu Machado - CRC SP-264947/O-5

Meistercorp Construtora e Incorporadora S.A.

CNPJ: 08.776.950/0001-14

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores em R\$ Mil)

Senhores Acionistas: Cumpriro disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2023, colocando-as à disposição para os esclarecimentos que julgarem necessários.

Balanco Patrimonial

	2023		2022	
	Ativo/Circulante	Passivo e Patrimônio Líquido	Ativo/Circulante	Passivo e Patrimônio Líquido
Caixa ou Equivalente a Caixa (nota 2.3)	4.241	4.528	157	150
Contas a Receber (nota 2.4)	679	679	-	-
Estoque (2.5)	1.436	-	-	-
Outros ativos	5.143	11.990	-	-
Não Circulante	-	6.847	-	-
Créditos a Receber	5.143	5.143	-	-
Permanente	5.143	5.143	-	-
Imobilizado (nota 2.6)	11.656	17.347	-	-
Total do Ativo	263	148	20	10
Passivo/Circulante				
Fornecedores	76	124	-	-
Obrigações Sociais e Tributárias	168	15	-	-
Dividendos a Pagar	-	-	-	-
Não Circulante				
Patrimônio Líquido	11.393	17.199	-	-
Capital Social (nota 2.9)	4.148	4.148	-	-
Reserva Legal	1.155	1.055	-	-
Reserva de Reavaliação	241	241	-	-
Reserva Lucros Retidos	5.849	11.755	-	-
Total do Passivo	11.656	17.347	11.656	17.347

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Lucros Acumulados		Total
	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	
Lucro Líquido do Exercício	4.148	1.071	9.920
Constituição de Reservas	-	226	(226)
Dividendos Propostos	-	(1.193)	(1.193)
Saldo em 31/12/2022	4.148	1.296	17.199
Lucro Líquido do Exercício	-	2.009	2.009
Constituição de Reservas	-	100	(100)
Dividendos Propostos	-	(7.815)	(7.815)
Saldo em 31/12/2023	4.148	1.396	11.393

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: Meistercorp Construtora e Incorporadora S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Itá, Estado de São Paulo, tendo iniciado suas atividades em 31/01/2007, e tem como objeto social atividades preponderantes: a) a compra e venda de imóveis; b) o desmembramento

Demonstrações do Resultado

	2023		2022	
	Receita Bruta de Vendas e Serviços	Lucros (prejuízos) acumulados	Receita Bruta de Vendas e Serviços	Lucros (prejuízos) acumulados
Vendas de Terrenos	1.550	3.142	-	-
Aluguel	-	1.650	-	-
Serviços	1.550	1.492	-	-
(-) Impostos Sobre Vendas e Serviços	(57)	(115)	-	-
Receita Líquida de Vendas e dos Serviços	1.493	3.028	1.493	3.028
(-) Custos dos Produtos e Mercadorias	-	(80)	-	-
Lucro Bruto	1.493	2.948	1.493	2.948
Despesas (Receitas) Operacionais	(155)	(240)	(155)	(240)
Despesas Administrativas	(15)	(98)	-	-
Despesas Comerciais	(8)	(13)	-	-
Despesas Tributárias	(133)	(129)	-	-
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	1.338	2.708	1.338	2.708
(-) Despesas Financeiras	(2)	(2)	-	-
(+) Receitas Financeiras	1.240	1.114	-	-
Lucro Antes do IR e da CS	2.575	3.820	2.575	3.820
(-) IR e C.S.L.L.	(566)	(568)		

DADOS FRÁGEIS

Justiça libera assinatura de concessão para Trem Intercidades em São Paulo

O Tribunal de Justiça de São Paulo acatou recurso da Fazenda Pública do estado e autorizou a continuidade do processo de concessão do Trem Intercidades (TIC) Eixo Norte, que ligará os municípios de Jundiaí e Campinas à capital paulista. O andamento tinha sido suspenso por decisão liminar na última quarta-feira (24).

Na decisão que derrubou a liminar, a desembargadora Maria Laura Tavares destacou a necessidade de aguardar as

manifestações do governo de São Paulo na ação. No recurso apresentado ao TJ-SP, a Procuradoria Geral do Estado argumentou que as alegações de supostas irregularidades eram frágeis e que o descumprimento do cronograma de concessão provocaria prejuízos diretos tanto aos cofres públicos como à população.

Após licitação, ficou definido que a C2 Mobilidade Sobre Trilhos é a companhia que irá assumir o serviço. A assinatura

do acordo está prevista para maio.

Na última quarta-feira (24), uma liminar obtida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo (SindPaulista) suspendeu o andamento da concessão. A juíza Simone Casoretti, da 9ª Vara de Fazenda Pública, acolheu o pedido da entidade representativa dos trabalhadores, destacando que a formalização do contrato mediante assinatura dependia da revisão

de termos do edital.

O argumento apresentado pela entidade foi de que faltavam informações em relação às condições de trabalho que os empregados da linha terão. O sindicato da categoria também contestou o fato de a licitação ter combinado dois serviços diferentes – o trem expresso entre São Paulo e Campinas e a linha metropolitana já existente.

A entidade sindical tem um prazo de 15 dias para entrar

com recurso, caso queira. O SindPaulista ainda não se manifestou sobre a decisão.

O veículo ligará Campinas a São Paulo em 64 minutos, com 15 minutos de intervalo entre os trens e uma parada em Jundiaí. A velocidade média será de 95 quilômetros por hora, podendo chegar a 140 quilômetros por hora em alguns trechos. Cada trem terá uma capacidade de 860 passageiros. A previsão é que o novo sistema de transporte fique pronto em

2031.

Há expectativas, ainda, de que o projeto gere melhorias na Linha 7-Rubi, que já liga São Paulo a Jundiaí, e implemente o Trem Intermetropolitano (TIM) entre Jundiaí e Campinas, linha que terá 44 km de extensão, com paradas em Louveira, Vinhedo e Valinhos. O percurso será feito em 33 minutos. Os trens terão capacidade para até 2.048 passageiros cada. A previsão é que o sistema fique pronto em 2029.

AMAGGI LOUIS DREYFUS ZEN-NOH HOLDINGS S.A.

CNPJ nº 18.844.424/0001-06

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					
Ativo	Consolidado		Controladora		Passivo
	2023	2022	2023	2022	
Caixa e equivalentes de caixa	9	294.727	108.469	-	Fornecedores
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	655.063	272.561	-	Passivos financeiros com corretoras
Estoques	11	275.798	511.137	-	Empréstimos e financiamentos
Ativos financeiros com corretoras	12	-	80.784	-	Adiantamentos de clientes
Adiantamentos a fornecedores	13	517.459	784.605	-	Impostos e contribuições a recolher
Impostos a recuperar	14	20.792	16.761	-	Salários, encargos e contribuições sociais
Ativos fiscais correntes	15	7.209	4.073	-	Instrumentos financeiros derivativos
Instrumentos financeiros derivativos	24	133.335	134.546	-	Dividendos a pagar
Outras contas a receber	24	28.293	16.043	23.069	Arrendamentos a pagar
Total do ativo circulante	1.932.676	1.928.979	23.069	27.013	Total do passivo circulante
Aplicações financeiras	2.016	3.055	-	-	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas
Instrumentos financeiros	-	-	-	-	Empréstimos e financiamentos
derivativos	24	22	66	-	Passivos fiscais diferidos
Impostos a recuperar	14	8.264	14.634	-	Arrendamentos a pagar
Ativos fiscais correntes	15	52.994	-	-	Total do passivo não circulante
Ativo fiscal diferido	22	40.008	-	-	Total do passivo
Realizável a longo prazo	103.304	17.754	-	-	1.639.954
Investimentos	16	63	63	1.066.562	1.909.572
Imobilizado	17	494.429	495.766	-	Capital social
Intangível	18	37.787	43.860	-	Reserva de lucros
Direito de uso	19	138.257	142.815	-	Reserva Incentivos Fiscais
Total do ativo não circulante	670.536	682.503	1.066.562	719.666	Ajuste acumulado de conversão
Total do ativo	2.706.516	2.629.239	1.089.631	746.679	Resultado de avaliação patrimonial

Demonstrações do resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					
Nota	Consolidado		Controladora		Resultado após impostos
	2023	2022	2023	2022	
Receita operacional líquida	27	9.897.661	8.897.567	-	Imposto de renda e contribuição social - Corrente
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	28	(9.177.238)	(8.403.992)	-	Imposto de renda e contribuição social - Diferido
Lucro bruto	720.423	493.575	-	-	Resultado do exercício
Despesas com vendas	28	(161.880)	(178.051)	-	22
Despesas administrativas	28	(144.315)	(92.883)	-	22
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	28	16.265	(42.913)	-	22
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	400.437	109.052	22
Resultado antes das despesas financeiras líquidas de impostos	430.493	179.728	400.437	109.052	400.437
Receitas financeiras	29	65.276	57.371	-	109.052
Despesas financeiras	29	(86.008)	(59.477)	-	109.052
Variação cambial líquida	29	(69.154)	(2.865)	-	109.052
Despesas financeiras líquidas	(89.886)	(28.971)	-	-	400.437

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	Reserva de lucros		Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Ajuste acumulado de conversão	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Saldo em 31 de dezembro de 2022
	Capital social	Reserva legal							
Hedge accounting de fluxo de caixa, líquido de impostos	234.162	13.176	10.450	220.835	166.645	(1.086)	633.731	633.731	633.731
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	1.900	(23.231)	(21.331)	(21.331)	(21.331)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	109.052	109.052	109.052	109.052
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.004	-	-	-	(1.004)	(1.004)	(1.004)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(27.012)	(27.012)	(27.012)
Reserva de incentivo fiscal	-	-	7.529	-	-	-	-	7.529	7.529
Absorção de saldos dos dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	26.446	-	-	26.446	26.446	26.446
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	63.057	-	-	(81.036)	(81.036)	(81.036)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	234.162	14.180	17.979	310.338	144.638	(1.630)	719.667	719.667	719.667
Hedge accounting de fluxo de caixa, líquido de impostos	-	-	-	-	1.900	(59.805)	(57.905)	(57.905)	(57.905)
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	400.440	400.440	400.440
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.438	-	-	-	(1.438)	(1.438)	(1.438)
Dividendos	-	-	-	-	27.011	-	(23.069)	(23.069)	(23.069)
Absorção de saldos dos dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	560.740	(184.807)	-	(375.933)	(375.933)	(375.933)
Reserva de incentivo fiscal	-	-	7.529	-	-	-	-	7.529	7.529
Saldos em 31 de dezembro de 2023	234.162	15.618	154.443	84.833	(1.213)	-	1.066.561	1.066.561	1.066.561

1. Contexto operacional: A Amaggi Louis Dreyfus Zen-Noh Holdings S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia foi constituída em 9 de setembro de 2013 com a denominação social de Amaggi Louis Dreyfus Zen-Noh Holdings S.A. A Companhia é joint venture entre as empresas Amaggi Exportação e

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					
Fluxos de caixa das atividades operacionais	Consolidado		Controladora		Resultado do exercício
	2023	2022	2023	2022	
Resultado do exercício	400.437	109.052	400.437	109.052	400.437
Ajuste por:	-	-	-	-	-
Depreciação	19.581	17.445	-	-	19.581
Amortização	1.076	1.088	-	-	1.076
Depreciação direito de uso	6.189	6.189	-	-	6.189
Provisão para perdas na realização dos estoques	(16.982)	3.283	-	-	(16.982)
Constituição de provisão para despesas de estoques	936	-	-	-	936
Resultado de equivalência patrimonial	(121.437)	(6.496)	(400.437)	(109.052)	(121.437)
Impostos diferidos	61.605	-	-	-	61.605
Instrumentos financeiros derivativos	34.557	(280)	-	-	34.557
Juros provisionados - empréstimos e financiamentos	77.068	47.768	-	-	77.068
Ajuste a valor presente em passivos de arrendamentos	-	-	-	-	-
Variação cambial - empréstimos e financiamentos	(72.206)	65.832	-	-	(72.206)
Variação cambial - operações com corretoras	-	-	-	-	-
Juros apropriados do passivo de arrendamento	10.061	10.466	-	-	10.061
Resultado líquido de conversão de moeda	(5.044)	43.129	-	-	(5.044)
(Aumento) redução nos ativos	(4.596)	188.424	(400.437)	(109.052)	(4.596)
Aplicações financeiras	1.039	2.099	-	-	1.039
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(418.123)	(244.486)	-	-	(418.123)
Estoques	252.321	(414.606)	-	-	252.321
Operações com corretoras	80.784	105.057	-	-	80.784
Adiantamentos a fornecedores	267.147	(541.292)	-	-	267.147
Impostos a recuperar	2.339	5.175	-	-	2.339
Ativos fiscais correntes	(53.552)	503	-	-	(53.552)
Outras contas a receber	(12.250)	6.184	-	-	(12.250)
Aumento (redução) nos passivos	(148.267)	742.892	-	-	(148.267)
Operações com corretoras	38.363	-	-	-	38.363

Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais					
Fluxos de caixa das atividades operacionais	Consolidado		Controladora		Resultado do exercício
	2023	2022	2023	2022	
Resultado do exercício	400.437	109.052	400.437	109.052	400.437
Ajuste por:	-	-	-	-	-
Depreciação	19.581	17.445	-	-	19.581
Amortização	1.076	1.088	-	-	1.076
Depreciação direito de uso	6.189	6.189	-	-	6.189
Provisão para perdas na realização dos estoques	(16.982)	3.283	-	-	(16.982)
Constituição de provisão para despesas de estoques	936	-	-	-	936
Resultado de equivalência patrimonial	(121.437)	(6.496)	(400.437)	(109.052)	(121.437)
Impostos diferidos	61.605	-	-	-	61.605
Instrumentos financeiros derivativos	34.557	(280)	-	-	34.557
Juros provisionados - empréstimos e financiamentos	77.068	47.768	-	-	77.068
Ajuste a valor presente em passivos de arrendamentos	-	-	-	-	-
Variação cambial - empréstimos e financiamentos	(72.206)	65.832	-	-	(72.206)
Variação cambial - operações com corretoras	-	-	-	-	-
Juros apropriados do passivo de arrendamento	10.061	10.466	-	-	10.061
Resultado líquido de conversão de moeda	(5.044)	43.129	-	-	(5.044)
(Aumento) redução nos ativos	(4.596)	188.424	(400.437)	(109.052)	(4.596)
Aplicações financeiras	1.039	2.099	-	-	1.039
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(418.123)	(244.486)	-	-	(418.123)
Estoques	252.321	(414.606)	-	-	252.321
Operações com corretoras	80.784	105.057	-	-	80.784
Adiantamentos a fornecedores	267.147	(541.292)	-	-	267.147
Impostos a recuperar	2.339	5.175	-	-	2.339
Ativos fiscais correntes	(53.552)	503	-	-	(53.552)
Outras contas a receber	(12.250)	6.184	-	-	(12.250)
Aumento (redução) nos passivos	(148.267)	742.892	-	-	(148.267)
Operações com corretoras	38.363	-	-	-	38.363

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)
Importação Ltda., Louis Dreyfus Company Brasil S.A. e Zen-Noh Grain Brasil Holding Ltda., e tem como objeto social a realização de aplicações e investimentos financeiros com recursos próprios e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócio ou acionista, no Brasil ou no exterior.

Diretoria
Maurício Hardman Tavares de Melo Filho - Diretor Geral

Contadora
Aline Aparecida Adelino dos Santos - CRC-SP/203769/O-5 - CPF: 214.538.868-00

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais
Admitimos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras consolidadas e individuais:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas

relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante,

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC GO-001203/O-2 F-GO
Fernando Rogério Liani
Contador - CRC 15P229193/O-2

deveremos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho do auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com a administração e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Goiânia, 22 de março de 2024

AMAGGI LOUIS DREYFUS ZEN-NOH TERMINAIS PORTUÁRIOS S.A.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/94FC-F4C7-0399-4F5E> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 94FC-F4C7-0399-4F5E



Hash do Documento

915CA33B2D9AEE9EC1B06F6E3CB4D6F979305606B4E8B976C6B79FDD4440566D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 27/04/2024 00:29
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

